



Alvaro Cunhal e János Kádár, primeiro-secretário do Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro

Delegação do PCP regressa da Hungria e da Checoslováquia

(Pág. 3)

Comício de Amizade PCP - PC Búlgaro

Encontra-se desde ontem entre nós uma delegação do Partido Comunista Búlgaro que visita o nosso país a convite do PCP. A delegação é chefiada pelo camarada Alexander Lilov, do Bureau Político e do Secretariado do CC do PCB, integrando ainda G. Kardachev, membro do CC e vice-responsável do Departamento Internacional, C. Maleev, vice-responsável do Departamento Internacional e K. Vassileva, colaboradora do mesmo Departamento.

Do programa da visita, de que daremos conta na próxima edição, fazem parte conversações com uma delegação do PCP e diversos contactos com a realidade portuguesa e o nosso Partido.

No sábado, às 21 e 30, no Pavilhão dos Bombeiros Voluntários de Queluz, realiza-se um Comício de Amizade em que usarão da palavra Alexander Lilov e Alvaro Cunhal.

Em Loures, no domingo

Confirmar a vitória reforçar a APU



Dezenas e dezenas de iniciativas têm caracterizado a campanha da APU em Loures, sendo a característica dominante a grande adesão e apoio populares, como o último fim-de-semana bem demonstrou. Entretanto, hoje e amanhã, a campanha encerra em grande estilo, destacando-se a presença amanhã à noite, num comício em Sacavém, de Alvaro Cunhal. Na foto: Octávio Pato em Odivelas

Um exemplo triste, mas significativo, do tipo de campanha que Riço Calado e os seus amigos têm feito em Loures: propaganda do PS colada por cima da da APU. Os cartazes até estão colocados de lado, obedecendo aparentemente à única intenção de tapar os cartazes da APU.



(Págs. centrais)

Entrevista

(Pág. 4)

Como vai ser a Conferência sobre o Poder Local

Em declarações ao «Avante!», Manuel Sobral dá conta do andamento da fase final da preparação da Conferência e de como irão decorrer os trabalhos.



Reportagem

(Págs. 8/9)

Crime e sabotagem por conta dos latifundiários

Em terras da Reforma Agrária, a reportagem do «Avante!» viu e registou o que tem sido a acção dos grandes agrários em contraste com a dos trabalhadores das UCPs e Cooperativas.



Aniversário em tempo de luta

VIVA
os 11 anos de luta
da
CGTP-IN!

(Pág. 12)

SEMANA Nacional

30
Quarta-feira



Onde vai parar o custo de vida?

O Instituto Nacional de Estatística revela que os preços da alimentação sofreram um aumento de 4,6% em Agosto, relativamente ao mês anterior; em relação a Agosto de 1980, a classe «alimentação e bebidas» registou um aumento de 23,8% ■ A Aliança Povo Unido reclama no Porto, em conferência de imprensa, a demissão da Câmara e a marcação de novas eleições para a freguesia de Santo Ildefonso ■ A quase totalidade dos assalariados agrícolas dos concelhos de Almeirim, Alpiarça, Cartaxo, Chamusca, Golegã, Salvaterra de Magos, Santarém e Azambuja aderem à greve decretada pelos respectivos sindicatos para pressionar o patronato a negociar novas tabelas salariais ■ O Movimento Português Contra o «Apartheid» (MPCA) protesta contra a readmissão da Associação dos Médicos da África do Sul (MASA) no seio da Associação Médica Mundial (que contou com o voto favorável da Ordem dos Médicos portuguesa).

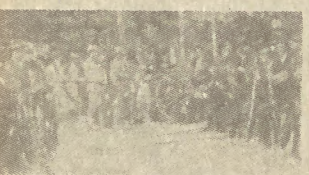
1
Quinta-feira



Escolas: é preciso é «abrir»...

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa denuncia em conferência de imprensa que muitas escolas preparatórias e secundárias da área de Lisboa irão abrir no próximo dia 6 sem que para tal tenham condições, sendo os respectivos Conselhos Directivos pressionados por ameaças do Ministério da Educação e Universidades (MEU), que quer impor a abertura das aulas a qualquer preço, apesar das graves deficiências que se verificam neste sector, desde falta de professores à gritante insuficiência de espaço e material escolar; o MEU ameaça em telegrama com a «responsabilização disciplinar» dos conselhos directivos que não acatarem as suas ordens. ■ O Sindicato dos Pescadores do Distrito de Setúbal, a União dos Sindicatos de Sines e Santiago do Cacém e a Federação dos Sindicatos do Sector das Pescas, em comunicado conjunto sobre o ataque sofrido pelo pesqueiro de Sines «Porto Céu» nas costas do Sará Ocidental, afirmam que o Governo não está interessado em resolver nenhum problema dos pescadores. ■ Mais de 300 organizações ligadas ao Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) têm distribuído nos últimos dias pelo país documentos de denúncia da situação em que vivem e da posição do Governo (de indiferença) às suas reivindicações.

2
Sexta-feira



Na Rotunda, em 1910

O «Diário da República» publica novos preços de venda para os adubos (que entrarão em vigor já amanhã), os quais aumentam 43% em média, os aumentos dos preços dos adubos têm sido amplamente repudiados pelas organizações da lavoura, pois constituem um pesado factor de agravamento dos custos de produção agrícola e da crise do sector ■ A CGTP-IP protesta contra os novos valores do aumento dos salários mínimos, que classifica como um atentado do Governo a uma das camadas sociais mais desfavorecidas da população, recordando que os aumentos aprovados são significativamente inferiores aos valores reivindicados pela central sindical e não chegam sequer a repor o aumento do custo de vida. ■ O ministro da Justiça e Reforma Administrativa, Meneres Pimentel, revela em conferência de imprensa que o Governo irá fazer o «levantamento jurídico da Função Pública» e proceder à elaboração de uma «proposta de lei de bases sobre o sector». ■ Para se entregar com «total disponibilidade» à campanha eleitoral para as eleições intercalares do município de Loures, o secretário-geral do PS, Mário Soares, cancela viagem a França e RFA.

3
Sábado

Com o lema «Defender a Reforma Agrária e continuar a produzir» realiza-se em Évora o Encontro Regional de Culturas de Outono-Inverno com a presença de centenas de trabalhadores em representação das UCP's e Cooperativas Agrícolas da Zona da Reforma Agrária. ■ É anunciado oficialmente em Itália que o Presidente Sandro Pertini visitará o nosso país de 23 a 25 de Outubro a convite do Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes. ■ Regressa a Sines o barco de pesca «Porto Céu» que foi metralhado por desconhecidos ao largo do Sará Ocidental, transportando o pescador assassinado pelo ataque; o barco e os seus tripulantes numarão amanhã para a Docapesca, em Pedrouços (Lisboa) para reivindicarem ao Governo segurança na faina, obtida nomeadamente nas águas do Noroeste Africano através de acordos a negociar com os países da região (reivindicação, aliás, há muito apresentada pelos pescadores portugueses).

4
Domingo

Os Sindicatos dos Professores de todo o país (Zonas Norte, Centro, Grande Lisboa, Sul, Açores e Madeira) criticam o Ministério da Educação e das Universidades (MEU) por não ter ainda publicado um volumoso conjunto de diplomas já negociados com os sindicatos (treze assuntos); os sindicatos foram igualmente unânimes na crítica à publicação de legislação sobre as condições de trabalho dos professores e que não foi previamente negociada com os sindicatos. ■ Segundo a ANOP, que cita «fontes comunitárias», a resposta da Comissão Europeia aos pedidos de alargamento das quotas para determinados produtos têxteis fica «nitidamente aquém» das quantidades propostas em Junho pelas autoridades portuguesas.

5
Segunda-feira

Comemora-se em todo o país a implantação da República em 1910; no âmbito oficial o Presidente da República, como tem acontecido em anos anteriores, depôs uma coroa de flores na estátua de António José de Almeida, em Lisboa; no Porto realizam-se cerimónias promovidas por uma comissão de democratas que organizou uma romagem ao cemitério de Agramonte. ■ Os pescadores de Sines decidem esperar mais um dia pela resposta do ministro das Pescas ao seu pedido de audiência, hoje renovado, ao que se poderá seguir a luta que visa sobretudo a obtenção de condições de segurança para o exercício da sua faina no Norte de África, o que só poderá conseguir-se mediante acordos negociados (e até agora negligenciados) pelo Governo português.

6
Terça-feira

Dirigentes, delegados e activistas sindicais dos têxteis, reunidos em plenário nacional, deliberam esforçar a luta por um contrato justo, denunciam os propósitos políticos do patronato e marcam um calendário de novas paralisações parciais e totais que abarcam o período de 13 a 22 do corrente ■ Um relatório efectuado por técnicos do Instituto Nacional de Investigação das Pescas, divulgado pela Câmara Municipal de Mértola, revela que a água do Guadiana está inquinada por «compostos cancerígenos», como suspeitava a autarquia quando, há meses, decidiu suspender o abastecimento de água à vila.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 1 de Outubro de 1970 é criada a Intersindical, contra a fascização dos sindicatos, pelas liberdades sindicais, em defesa dos direitos elementares dos trabalhadores negados pelo regime fascista

Editorial

A TEORIA DOS «PARCEIROS SOCIAIS» E O AGRAVAMENTO DA LUTA DE CLASSES

NA Reunião de 26 do mês passado o Comité Central do PCP, no exame da situação política actual, alertava o Povo português para a hipótese mais que certa de que o novo Governo AD/Balsemão/Freitas, na tentativa de «evitar nova crise antes da revisão da Constituição, a par de medidas e decisões abertamente inconstitucionais, ilegais e arbitrárias, use declarações, promessas e medidas demagógicas a fim de enganar o Povo, amortecer a indignação e travar o desenvolvimento da resistência e da luta de massas».

Neste seu alerta o CC do PCP partia não só do facto da própria composição pessoal e política do Governo, da sua natureza de classe, como do carácter do «programa» acabado de discutir na Assembleia da República onde foi objecto de três moções de rejeição da oposição democrática, uma das quais do PCP. Logo dois dias depois, numa entrevista a um jornal estatizado da tarde, o novo ministro do Trabalho, Queirós Martins, comprovava largamente a justeza das denúncias do PCP ao abordar o novo «pacote» das leis laborais que o Governo se propõe fazer aprovar pela sua maioria na AR.

A estafada teoria dos «parceiros sociais» e a legislação antioperária expostas na referida entrevista do ministro Queirós Martins, conjuntamente com os ataques às empresas nacionalizadas e da correspondente apologia da iniciativa privada do superministro da Economia, Finanças e Plano e antigo testa-de-ferro dos Mellos da CUF, João Salgueiro, que defende com o ar mais sério deste mundo a absurda teoria da defesa dos postos de trabalho através da «liberalização dos despedimentos», constituem, com o insultuoso apodo de «parasitas» saído da boca do Primeiro-Ministro contra os trabalhadores portugueses, partes inseparáveis de uma filosofia e de uma política de classe que o nosso povo já conhece do antigamente.

O novo pacote de leis laborais anunciado pelo novo ocupante do palacete da Praça de Londres é um modelo acabado de demagogia do Governo AD/Balsemão/Freitas, uma cínica expressão do carácter brutal das novas medidas contra os trabalhadores, contra as suas garantias constitucionais de direito ao trabalho, contra as suas liberdades.

Os projectos complementares de novas leis dos despedimentos individuais e colectivos e dos contratos a prazo, juntamente com a velada mas inequívoca ameaça de revisão da lei da greve e de promulgação de uma verdadeira lei antigreve, integram-se nos planos e exigências do grande patronato organizado nas três confederações patronais — CIP, CAP e CCP — na ofensiva contra o poder de compra e o salário real dos trabalhadores e na estratégia global da AD, tendente à rápida reconstituição do poder económico do grande capital, à aceleração do processo de acumulação capitalista, à custa da superexploração da classe operária e dos restantes trabalhadores e da crescente introdução de métodos repressivos contra o movimento operário e popular organizado a que deve associar-se o esbulho impiedoso das classes e campanhas médias da população.

O próprio aumento dos salários mínimos agora generosamente «concedido» pelos governantes é uma medida puramente demagógica.

O aumento agora decretado não chega a ser uma simples actualização do salário mínimo nacional face ao aumento real do custo de vida e da taxa de inflação indicada pelo próprio Governo.

Os salários decretados de 6000 escudos; 8 950 e 10 700 escudos, respectivamente, para os trabalhadores de serviços domésticos, os trabalhadores rurais e os operários industriais e dos serviços, não correspondem mesmo à elevação, confessada pelo Governo, da taxa de inflação, avaliada em 19%, relativamente ao primeiro semestre de 1980.

PCP

Carlos Brito no Carregado

Realizou-se no passado dia 5 de Outubro, no Largo da Balança, no Carregado, um almoço comemorativo do 60.º aniversário do PCP. Coube a iniciativa à Comissão de Freguesia de Cadafais do PCP e contou com a presença de mais de duas centenas de democratas, muitos dos quais sem qualquer filiação partidária.

O almoço convívio decorreu num pavilhão propositadamente montado para o efeito encontrando-se decorado com diversas palavras de ordem alusivas ao 60.º aniversário do PCP.

Participou no almoço o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP que, depois das intervenções dos camaradas João Fernando, da Comissão de Freguesia de Cadafais, e Maria do Céu, da Comissão Concelhia de Alenquer, salientou num breve improviso o positivo da iniciativa ao associar as duas datas e o seu significado na trajectória do povo português na luta pela democracia, quer em 5 de Outubro de 1910, quer durante os sessenta anos do Partido.

Num aparte ironizou com o facto de o Partido Socialista ter transferido para Loures, — só porque havia eleições — os almoços e jantares que costuma realizar em Alenquer por ocasião do 5 de Outubro.

Ao abordar a presente situação política o camarada Carlos Brito referiu o perigo que representaria para a democracia a revisão da Constituição da República no referente à organização do poder político, caso a mesma se fizesse segundo os projectos existentes da FRS e da AD. Apeloando por último para que todos se associem na luta em defesa da Constituição de Abril.

No final foi aprovada uma moção exigindo do Governo Balsemão/Amaral o cumprimento das leis e da Constituição, designadamente a Lei das Finanças Locais.

Comemoração em Vila Verde

A data do 5 de Outubro foi comemorada em Vila Verde (Figueira da Foz) por iniciativa da respectiva Comissão de Freguesia do PCP com um convívio em que participaram mais de 60 pessoas e durante o qual se procedeu à matança do porco.

As intervenções políticas registadas apontaram para o significado da data da qual não se pode separar a importância da unidade dos democratas e o reforço do Partido.

Num ambiente de camaradagem e alegria que se prolongou até às 23 horas, actuou com canções populares o grupo musical «Os Caminheiros», de Coimbra.

A referida taxa oficial, que, como se sabe, é um valor fictício que as realidades desmentem, os números actualizados seriam de 6 783, 8 925 e 10 710 escudos, respectivamente, ao passo que os salários reivindicados pela CGTP-Intersindical, de 7 500, 9 600 e 11 200 escudos, respectivamente, aproximam-se mais do aumento real do custo de vida.

O ministro do Trabalho, que melhor se deveria chamar «ministro do capital», alarga-se, na referida entrevista, sobre o conceito de «justa causa» nos despedimentos individuais e colectivos.

Não senhor, não se trata de «alargamento» mas de preenchimento de uma lacuna do conceito de «justa causa» no despedimento individual e colectivo de trabalhadores — diz o ministro.

O conceito actual de «justa causa» só contempla as razões do trabalhador — de futuro deverá contemplar também as razões do patrão...

A absurda teoria dos «parceiros sociais» e do Estado-árbitro como órgão de conciliação de classes, recheia o linguajar do ministro do Trabalho.

Mesmo na determinação futura do salário mínimo nacional o Estado «arbitrará» a conciliação de interesses entre os trabalhadores e o patronato... O ministro anuncia o propósito de formação de uma «comissão tripartida» (confederações patronais, «centrais» sindicais e Governo) para a determinação futura dos salários mínimos.

Quer dizer, o Governo dos patrões seria o «árbitro» nos litígios entre o patronato e os trabalhadores!

Ainda agora, a propósito das leis dos contratos a prazo, dos despedimentos e da greve, o ministro referindo-se às críticas da CIP e dos sindicatos, «por razões opostas», proclama que, afinal, o Governo «está no caminho certo»...

É evidente que o amuo do sr. Ferraz da CIP contra o Governo não é senão um truque para fazer passar as safadices do ministro do Trabalho contra os trabalhadores e a favor do capital.

O ministro pretende com as novas leis laborais antioperárias atirar ainda mais as consequências da crise sobre os ombros dos trabalhadores.

A «liberalização dos despedimentos» é uma medida brutal para legalizar a ofensiva do grande patronato contra a segurança dos postos de trabalho, para abater todas as barreiras de contenção do desemprego a favor do patronato; para acentuar o peso da crise capitalista em Portugal sobre os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes — estes empurrados para a falência pelas restrições ao crédito e o brusco encarecimento do dinheiro, impostos pelo FMI aos governantes da AD.

A luta de classes agudiza-se no plano nacional e no plano internacional.

A crise geral do sistema capitalista atravessa um novo surto, uma fase aguda que traz de novo com grande força à luz do dia a incapacidade do capitalismo para dar resposta aos problemas e às aspirações mais sentidas dos trabalhadores e dos povos.

Os defensores do capitalismo enchem-se de pânico ante o espectro de uma nova recessão de efeitos ainda mais devastadores que a de 1929/32.

Ainda na última semana a Bolsa de Nova Iorque viveu momentos febris — chamaram-lhe a «segunda-feira negra» — com a queda brusca do valor das acções.

Na CEE, para onde o Governo AD/Balsemão/Freitas quer atirar Portugal, o desemprego atingiu cifras antes desconhecidas.

Nun ano, de Agosto de 1980 a Agosto de 1981, o desemprego subiu em média nos países da CEE, com a exclusão da Grécia, de 32,8%, atingindo o número impressionante de 9 135 000 desempregados (mais que toda a população de Portugal).

Campanha em Famalicão

Depois de terem iniciado uma campanha de fundos, que tem encontrado receptividade, os camaradas de Famalicão fazem um apelo, desta vez um apelo diferente, pois trata-se de restaurar o Centro de Trabalho do Partido naquela vila.

Para isso — que um Centro de Trabalho deve ter um bom aspecto — os camaradas propõem o próximo sábado, dia 10, para uma jornada de trabalho. É de participar e mesmo que não se tenha muito jeito para estas coisas de construção civil, há sempre alguma tarefa mais pequena que qualquer é capaz de desempenhar a bom termo.

É já no sábado. Não esquecer! E o Centro de Trabalho de Famalicão irá ficar com um outro aspecto.

Reunião de Mulheres Comunistas

A fim de discutirem e prepararem a Conferência das Mulheres do Norte, a realizar no próximo mês de Novembro, em Viana do Castelo, decorrerá no próximo sábado, dia 10, pelas 17 horas, nas instalações do Centro de Trabalho de Vila Nova de Famalicão, uma reunião de mulheres comunistas.

JCP contra o «numerus clausus»

«O que adianta ter notas mais altas se também o «numerus clausus» (sobretudo nos cursos mais frequentados) foi restringido e se o aumento de notas foi mais ou menos geral? De facto de que vale ter passado administrativamente se a nota dessa passagem é dez e com essa nota é quase impossível um lugar na Universidade?» — pergunta a Direcção do Ensino Secundário do Porto da JCP, numa nota distribuída nesta altura em que os estudantes terão de enfrentar o «numerus clausus».

Afirma a JCP no referido documento que nem o 12.º ano nem o «numerus clausus» servem os interesses do povo português, apenas dificultam a vida dos jovens e espalham o desinteresse e o desânimo entre a população estudantil.

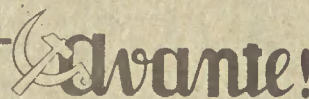
Por último, a JCP considera a política AD no sector do ensino como antinacional, porque neste processo de elitização se estão a afastar milhares e milhares de jovens do ensino superior, ou seja, está-se a impedir a formação de milhares de técnicos indispensáveis ao progresso económico e social e a atirar estes jovens para o desemprego.

Amanhã Sexta-feira RTP-1

(a seguir ao Telejornal)

Conferência do PCP sobre o Poder Local

Tempo de antena
sobre a actividade
do PCP
nas autarquias locais



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante!, SARIL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — 1000 Lisboa Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARIL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693908

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.ª de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31286

Delegação do Sul: Centro Dist. buldor de Évora: Alcarova da Baixa, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Dist. buldor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 3 — 8000 Faro. Tel. 24417

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044

Composto e Impresso na Heika Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora

Tiragem média do mês de Setembro: 52 413

PCP

János Kádár e Álvaro Cunhal chefiando delegações do POSH e do PCP tiveram conversações em Budapeste

Prevê-se para hoje a chegada a Lisboa da delegação do PCP, chefiada por Álvaro Cunhal, que durante uma semana realizou visitas à República Popular da Hungria e à República Socialista da Checoslováquia. A estada neste último país — de que falaremos na próxima semana — decorreu desde o último domingo. Antes, a delegação permanecera três dias na Hungria, tendo sido recebida por János Kádár, primeiro secretário do Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro.

No termo da visita à Hungria, foi divulgado o seguinte comunicado comum do POSH e do PCP:

"A convite do Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro visitou a Hungria de 1

a 4 de Outubro uma delegação do Partido Comunista Português composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Intenacional, e Fran-

cisco Lopes, membro do Comité Central e da Direcção Regional de Lisboa.

János Kádár, primeiro-secreário do Comité Central do POSH teve conversações com a delegação. Károly Németh, membro da Comissão Política e secretário do Comité Central, assim como András Gyenes, secretário do Comité Central, entrevistaram-se também com a delegação do PCP. Nas conversações participou János Berecz, membro do Comité Central, chefe do Departamento Internacional do CC.

A delegação portuguesa deslocou-se à Fábrica de Produtos

Electroacústicos de Budapeste, assim como à província de Bács-Kiskum, onde se avistou com Pál Romány, primeiro-secreário provincial do Partido, membro do Comité Central, e teve ocasião de conhecer a vida e as actividades da Cooperativa de Produção Agrícola "Lénine" da localidade de Kiskunfélegyháza.

No decurso das conversações as duas partes informaram-se reciprocamente sobre a situação, actividades e tarefas de seus partidos. Intercambiaram opiniões sobre as relações entre os seus países e os seus partidos, assim como sobre questões actuais da vida internacional e do movimento comunista e operário internacional. As conversações foram caracterizadas por um ambiente caloroso e de camaradagem, tradicional das relações existentes entre o POSH e o PCP e decorreram no espírito de compreensão total.

János Kádár expressou a solidariedade dos comunistas e trabalhadores húngaros para com a luta abnegada, consequente e difícil que levam a cabo os comunistas portugueses e outras forças democráticas, progressistas e patrióticas em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, das conquistas da revolução, do regime democrático consagrado na Constituição da República.

Álvaro Cunhal expressou a gratidão dos comunistas portugueses pela solidariedade do POSH e do povo húngaro para com a luta dos comunistas e do Povo português. Sublinhou que o PCP aprecia altamente os re-

sultados alcançados pela Hungria sob a direcção do POSH na construção do socialismo, particularmente no decorrer dos últimos 25 anos.

Os representantes do POSH e do PCP voltaram a sublinhar que os povos húngaro e português estão mutuamente interessados no desenvolvimento da cooperação entre a República Popular Húngara e a República Portuguesa, reafirmando a sua disposição de continuarem a dar o seu contributo activo para este objectivo.

Os dirigentes do POSH e do PCP, ao mesmo tempo que valorizaram as vitórias históricas alcançadas pelos trabalhadores e os povos do mundo na luta pela democracia, a independência nacional, o socialismo e o comunismo, expressaram a sua preocupação pela deterioração da situação internacional, em consequência da política e da actuação dos círculos mais agressivos do imperialismo. Condenaram com firmeza a política de corrida aos armamentos com vista a alcançar a supremacia militar, de agravamento das tensões internacionais e de restauração da guerra fria. Indicaram os perigos que implica a decisão da OTAN no que diz respeito à colocação de mísseis norte-americanos de médio alcance em certos países da Europa Ocidental e sublinharam que ao iniciar a produção do novo armamento de destruição de massas, a bomba de neutrões, a administração americana assume séria responsabilidade pela deterioração da situação internacional e cria novos e sérios perigos para a paz mundial.

Condenaram os actos de intervenção e agressão imperialista visando suste e fazer retroceder a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos. Sublinharam os perigos decorrentes da aliança dos EUA com os dirigentes chineses. Destacaram que na situação internacional actual é sumamente importante a unidade, a solidariedade recíproca e as acções comuns de todas as forças progressistas e amantes da paz, para impedir a realização dos planos do imperialismo, para combater os perigos da guerra, para travar a corrida dos armamentos, para reforçar a segurança internacional e alcançar um acordo justo dos problemas existentes nas zonas nevrálgicas de várias regiões do mundo.

János Kádár e Álvaro Cunhal corroboraram a firme determinação do POSH e do PCP na defesa do desanuviamento e na luta pelo seu aprofundamento e extensão ao plano militar.

As duas delegações expressaram a sua solidariedade para com o POUP e o povo trabalhador polaco na sua luta pela defesa e consolidação do socialismo, contra a escalada das forças contra-revolucionárias que contam com o apoio activo do imperialismo. Adesões do socialismo na Polónia é do interesse não só do povo polaco, mas também dos trabalhadores e po-



A 1.ª página do órgão central do POSH, sábado passado

vos de todos os países e da defesa da paz.

No decorrer das conversações os dois partidos expressaram a sua decisão de continuar a fazer todo o possível pelo fortalecimento da coesão do movimento comunista internacional e de todas as forças revolucionárias e anti-imperialistas.

Expressaram o seu apoio à luta de libertação dos povos e aos movimentos da Ásia, África e da América Latina contra o imperialismo, o fascismo, a discriminação racial, o colonialismo e neocolonialismo, pela independência política e económica e pelo progresso social. Expressaram em particular a sua solidariedade para com os povos de Angola, da Namíbia e demais países da África Austral que lutam contra a política de opressão e agressão do regime racista sul-

-africano e para com o povo palestino e os povos árabes.

János Kádár e Álvaro Cunhal expressaram a sua satisfação pelos vínculos estreitos e fraternais existentes entre o POSH e o PCP, baseados nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Sublinharam que o aprofundamento da cooperação entre o Partido Operário Socialista Húngaro e o Partido Comunista Português serve igualmente os interesses dos dois partidos, dos dois povos e dos dois países, a unidade do movimento comunista internacional e a sua causa comum.

A delegação do PCP transmitiu o convite para a visita a Portugal de uma delegação do Comité Central do POSH, convite que foi aceite.



As delegações do PCP e do POSH no decorrer das conversações

Grupo parlamentar comunista apresenta recurso de deliberações violadoras do Regimento da AR

Depois de terem votado contra a proposta da «AD» na reunião da Comissão de Regimento e Mandatos realizada em 1 de Outubro porque ela se traduz em impedir a análise das propostas de alteração do Regimento e a elaboração do correspondente parecer por esta Comissão de Regimento e Mandatos, tudo isto em clara e frontal violação do disposto no Regimento em vigor, os deputados do PCP, apresentaram anteontem, em documento assinado pelo camarada Carlos Brito, Presidente do Grupo Parlamentar Comunista, um recurso das deliberações da Comissão Permanente, da Comissão de Regimento e Mandatos e do Presidente da Assembleia, e correspondentes propostas alternativas.

Este recurso que se previa vir a ser apreciado na primeira parte da Ordem do Dia de ontem, baseava-se nas razões adiantadas na referida declaração de voto, que acusavam a «AD» de, através de uma escandalosa revisão de facto das leis de funcionamento da AR, pretender imprimir ao próprio processo de revisão do Regimento a mesma marca de ilegalidade, prepotência e esmagamento dos direitos da oposição que quer ver consagrada em letra de forma.

A declaração de voto dos comunistas considerou ilegal a deliberação que a «AD» tomou na Comissão Permanente de restringir o objecto da sessão suplementar à apreciação das propostas de alteração do Regi-

mento, pondo de parte a apreciação de importantes matérias para o povo e o País; na convocação da presente reunião de Regimento e Mandatos — afirmava ainda a declaração do PCP — não foram acatadas as disposições regimentais; o documento aprovado na Comissão de Regimento e Mandatos sem exame sequer das propostas pendentes corresponde à imagem, ao estilo e ao padrão de comportamento que a «AD» pretende impor às comissões parlamentares mas viola frontalmente as regras de procedimento ainda em vigor; o debate na própria comissão foi cerceado e abruptamente interrompido pelos representantes da maioria, através do uso ilegítimo de expediente processual restritivo.

Acusando também a «AD» de pretender fazer uma revisão antecipada e inconstitucional da Constituição no tocante ao funcionamento da AR, de destruir as regras regimentais que garantem a democraticidade, publicidade e transparência dos debates da revisão constitucional, de limitar e desnaturalizar os poderes de fiscalização da AR em relação ao Governo e de abrir caminho à célere aprovação de diplomas que fazem parte da ofensiva de subversão do regime democrático, a declaração de voto dos deputados do PCP anunciava já na quinta-feira passada que iriam opor-se por todos os meios constitucionais e regimentais à concretização de tal plano «AD».

O recurso das deliberações da Comissão Permanente, da Comissão de Regimento e Mandatos e do Presidente da Assembleia não terá sido, pois, surpresa.

Mas o grupo parlamentar comunista adianta também propostas alternativas:

Quanto ao objecto da sessão parlamentar:

1) Que seja alterada a deliberação da Comissão Permanente quanto às matérias da ordem do dia das reuniões plenárias desta sessão suplementar;

mentar incluindo-se nessas ordens do dia projectos relevantes para os interesses do povo e do País;

2) Que essas ordens do dia sejam fixadas em reunião da Conferência dos Presidentes, a realizar de imediato (no decurso da reunião plenária do 7 de Outubro);

3) Que na fixação das ordens do dia se seleccionem matérias atendendo às propostas dos vários partidos, designadamente às apresentadas pelo PCP (votação na especialidade e votação final global dos projectos de revisão do regime jurídico dos contratos a prazo, deliberação sobre a constituição da comissão de inquérito ao MAP sobre o caso EPAC/AGA, debate da ratificação do decreto-lei sobre vencimentos dos trabalhadores da Função Pública, apreciação dos projectos e iniciativas relativas a deficientes, apreciação do projecto do PCP de revogação dos aumentos das taxas dos serviços médico-sociais, constituição da comissão eventual para definição e acompanhamento das medidas urgentes para a defesa da floresta);

4) Que o plenário funcione na

6.ª feira, dia 9, na 2.ª feira dia 12 e na 4.ª feira, dia 14, ficando os dias 8 e 13 reservados aos trabalhos em comissão que se mostrem necessários. Quanto às alterações ao Regimento:

1) Que, sendo nulo e de nenhum efeito o documento aprovado na Comissão de Regimento e Mandatos, as propostas de alteração já formalizadas (ou outras que eventualmente sejam apresentadas) sejam devidamente analisadas pela Comissão de Regimento e Mandatos, ponderando-se a sua constitucionalidade e adequação ao estatuto constitucional dos partidos da oposição, adiando e fundamentando os trabalhos do plenário e aprovando o respectivo parecer, conforme determina o Regimento;

2) Que os partidos adoptem as providências necessárias a assegurar a comparência dos seus representantes na Comissão de Regimento e Mandatos;

3) Que seja fixado o prazo de 4 semanas para o trabalho da Comissão (que envolve a apreciação e fundamentação de centenas de propostas de alteração).

Os comunistas na Assembleia Regional da Madeira

Um ano de actividade

Em 5 de Outubro de 1980, o PCP, integrado na APU, elegeu o seu primeiro deputado à Assembleia Regional da Madeira, perante o desespero da reacção que, através dos mais variados métodos, tinham apostado no isolamento dos comunistas face ao povo da Madeira e Porto Santo — assim começa um documento que faz o balanço de um ano de actividade dos comunistas na Assembleia Regional da Madeira.

E acrescenta o mesmo balanço:

Desespero esse bem expresso pelo presidente do Governo Regional que, ao conhecer os resultados eleitorais e mostrando bem as suas tendências antidemocráticas defendeu o boicote à participação do deputado do PCP na Assembleia Regional declarando que, apesar dos resultados eleitorais, a este não deviam ser reconhecidos os direitos de deputado.

No entanto — elucida-se mais adiante —, ao contrário do que o PSD pretendia, o isolamento do deputado do PCP não se verificou e os apelos do seu presidente não resultaram.

Salientando depois que em coerência com as posições anteriormente assumidas o PCP, na Assembleia Regional, pautou a sua actividade pela defesa do diálogo sereno, do respeito mútuo, da análise dos problemas regionais, recusando-se a entrar no jogo daqueles que, como forma de esconder a situação real e concreta do nosso arquipélago, preferem falar em tudo e em todo o mundo menos na Madeira e nos madeirenses.

O PSD obrigado a aceitar propostas do PCP

A continuação do documento que faz o balanço da actividade

dos comunistas é bem revelador de que algo mudou naquela Região Autónoma. E para melhor, como se verá pelas linhas que se seguem:

E apesar de por vezes ainda assistirmos à aprovação de tomadas de posição afrontosamente inconstitucionais, tal como sucedeu com a chamada «Lei Orgânica da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais» ou com o parecer sobre a lei da Assembleia da República relativa à «Criação de Novas Freguesias», a verdade é que existe uma maior discussão e mais aprofundado debate e cuidado na elaboração de diplomas legislativos.

Neste sentido, é bom recordar que, ao contrário do isolamento que alguns propunham, o PSD viu-se obrigado a aceitar várias propostas de alterações feitas pelo PCP que foram aprovadas nas comissões e também no plenário.

Não obstante contar com apenas um deputado o PCP evidenciou-se pela sua actividade na Assembleia, contribuindo decisivamente para o seu melhor funcionamento, levando até que os restantes partidos da oposição alterassem radicalmente as suas opiniões, como sucedeu quanto à «Lei Orgânica da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais» e o parecer sobre a

proposta de lei relativa à «Criação de Novas Freguesias».

Intervenções e requerimentos

Durante o ano parlamentar o PCP fez onze intervenções antes da ordem do dia, focando assuntos tão variados como a falta de habitação, a colónia, o funcionamento da Inspeção Regional do Trabalho, a criação da chamada «Air Madeira» ou o uso imoderado, abusivo e ilegal do processo de expropriações na Região.

Durante o mesmo período o PCP apresentou ainda 14 requerimentos solicitando diversos esclarecimentos e informações sobre as autarquias, condições de trabalho, trabalho, pescas, colónia, etc...

De tais requerimentos — acrescenta o documento — até agora apenas três tiveram resposta, o que ilustra bem a recusa do PSD em informar a Assembleia e o seu interesse em esconder a política que pratica. Chegou-se mesmo ao cúmulo do secretário Regional do Comércio e Transportes afirmar que tinha mais que fazer do que responder aos requerimentos do deputado do PCP.

Esta amostra de como os responsáveis do PSD regional pretendem reduzir a Assembleia a um mero papel decorativo de demonstrar bem a necessidade de, na Região Autónoma da Madeira, lutar pela dignificação do papel e importância da Assembleia, contra o total desconhecimento das regras democráticas

que é demonstrada por alguns membros do Governo Regional.

Um melhor funcionamento da Assembleia

Defendendo um melhor funcionamento da Assembleia Regional e apesar de reconhecer que alguns passos positivos foram dados, o PCP na Madeira propõe e bater-se-á para que: «-seja revogada o Art.º 164.º do Regimento que impede os partidos de tomarem a iniciativa de apresentar projectos de Estatuto da Região. Por absurdo que pareça consagrou-se que qua-

tro deputados teriam maior relevo e poderes que um qualquer partido político representado na Assembleia Regional; — a Assembleia venha a revogar os decretos regionais que aprovou, que estejam em frontal oposição à Constituição ou às leis gerais do País, dos quais o decreto regional n.º 5/79/M é um bom exemplo; — se verifique a melhoria das condições para o funcionamento da Assembleia, que possibilitem que todos os partidos nela representados tenham as instalações e meios indispensáveis à sua actividade, e para que os serviços de apoio estejam suficientemente apetrechados.

Luta pela Paz — uma frente de trabalho

Um abaixo-assinado condenando a decisão de Ronald Reagan em fabricar a bomba de neutrões e subscrito por mais de seis mil pessoas foi entregue no passado dia 2 do corrente no Consulado dos EUA, na cidade do Porto.

Subscribiam este documento individualidades desta cidade norteña como António Macedo, Oscar Lopes, José Morgado, Rui Luís Gomes, José Lello, Luís Cunha, Oliveira Dias, Rosado Correia, Virgínia Moura e Raul Castro.

Apesar do cônsul se encontrar ausente o documento foi en-

tregue. Mais de uma centena de populares acompanharam este acto de repúdio pela política belicista dos EUA. Na altura, Oscar Lopes, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dirigiu algumas palavras aos presentes.

Contra a agressão racista a Angola

Uma declaração de protesto contra a agressão racista sul-africana à República Popular de Angola e de solidariedade

com o povo angolano encontrase a circular, neste momento, para recolha de assinaturas e posterior divulgação.

Nesta declaração, os signatários, conscientes dos particulares laços de solidariedade que unem os povos angolano e português, repudiam a agressão sul-africana contra a RPA, solidarizam-se com o MPLA-Partido do Trabalho, apoiam incondicionalmente o povo da Namíbia e a SWAPO na luta contra o inimigo, racista e colonialista na luta pela conquista integral da sua independência, exigem, ain-

Moitas Venda, Gouxaria e Alcanena.

Na última semana e em conjunto com outros deputados estiveram no Cartaxo, a convite da Câmara local, onde se comprometeram a defender a criação da Região Demarcada dos Vinhos do Cartaxo, uma velha aspiração ainda não satisfeita dos vitivinicultores da região.

O atentado da Malveira

A propósito do atentado na Malveira que vitimou dois guardas da GNR, a SIP do PCP divulgou, sábado, a seguinte posição:

1. Trata-se de um acto criminoso e abjecto que só pode merecer uma firme condenação política, cívica e moral por parte de todos os democratas.

2. Constitui um insulto e uma provocação ao 25 de Abril que grupos dedicados ao banditismo

e terrorismo pretendam acobertar os seus verdadeiros objectivos e interesses com a clínica invocação da luta gloriosa da libertação do Povo português.

3. Como o PCP tem advertido numerosas vezes, actos criminosos como o da Malveira e grupos como o que o terá reivindicado terão de ser julgados pela consciência democrática do País, não pelas siglas que provocatoriamente usam, não pelos objectivos que demagogicamente invocam, mas fundamentalmente pelo critério de saber a quem servem os seus crimes e a quem aproveitam as suas provocações.

4. A este respeito, uma vez mais se impõe a conclusão de que tais crimes e atentados terroristas só servem as forças reacçãoárias e o seu propósito de, sob a capa e a pretexto de combate a estas acções criminosas, adoptarem medidas restritivas das liberdades e direitos dos cidadãos e de repressão ao movimento operário e popular.

5. Do que não pode haver dúvida é que os autores destes atentados, sejam mercenários da reacção e do fascismo, sejam marginais desesperados, sejam as duas coisas ao mesmo tempo, são inimigos dos trabalhadores e da democracia e são agentes, instrumentos ou aliados da conspiração reacçãoária contra a liberdade e a democracia.

Defesa da paz

Promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM) realiza-se amanhã, dia 9, pelas 21 horas, no salão dos Bombeiros Voluntários da Parede, uma sessão sobre a Paz e o Desarmamento que terá como principal oradora a dr.ª Laura Lopes, do MDM.

Poder local

Conferência do PCP sobre Poder Local

Um grande êxito em perspectiva

Realiza-se no próximo dia 18 a Conferência Nacional do PCP sobre Poder Local. Para ficarmos a conhecer um pouco do que tem sido o trabalho preparatório e a que se destina a Conferência falamos com o camarada Manuel Sobral, membro do Comité Central do PCP e da Direcção da Organização Regional de Setúbal, e também membro do Secretariado da Conferência.

— Qual a ideia que há nesta fase do trabalho preparatório da Conferência?

— Pode-se dizer que o trabalho preparatório da Conferência excedeu largamente as expectativas. O último balanço às intervenções preparadas para serem apresentadas indica que o seu número ultrapassa já as 400. Estas reflectem as nossas experiências de trabalho nas autarquias e um profundo conhecimento das situações e das realidades locais.

Elas apontam também, numa perspectiva progressista, os caminhos para a resolução dos grandes e, mesmo, dos pequenos problemas que afectam as populações.

Naturalmente que haverá dificuldades de tempo para a leitura de todas estas intervenções durante as escassas horas da Conferência. Mas, para este trabalho, para essas experiências e ideias relatadas no papel mas não lidas na Conferência por falta de tempo, o Partido prevê que sejam incluídas, tal como as ou-

tras, numa edição de um ou mais volumes, o que permitirá o seu aproveitamento posterior.

Já anteriormente as inúmeras contribuições para os cinquenta textos-base que tinham sido distribuídos demonstraram o grande interesse que esta nossa iniciativa estava a despertar. Estes textos, agora já contemplados com muitas propostas de alteração, irão servir como intervenções de fundo para cada um dos temas das várias secções, agora enriquecidas com a participação não só de milhares de comunistas mas também de muitas e muitas pessoas não-comunistas que quiseram contribuir pondo os seus conhecimentos e as suas experiências em defesa dos interesses das populações.

Para além do mais, esta Conferência, pela intensa participação que já suscitou, revelou que não há no fundamental divergências entre os democratas, entre os trabalhadores, quando se buscam as soluções concretas para os problemas concre-

tos do povo. Revela também a potencialidade, a força do poder local e a consciência cada vez mais colectiva de que um poder local forte é indispensável para melhorar a precária qualidade de vida que as populações herdaram do fascismo.

— Como se está a processar a eleição dos delegados?

— Neste momento estão praticamente eleitos todos os delegados, que são cerca de 1200 a nível nacional.

Tratando-se de uma Confe-

rencia que não é apenas para os camaradas relacionados com a frente de trabalho das autarquias, mas sim de uma Conferência do Partido sobre uma frente de trabalho que tem múltiplas relações com outros sectores de actividade do Partido, o conjunto dos delegados eleitos vai de encontro a esse objectivo.

— E de salientar que uma grande parte desses pedidos de convites destinam-se a pessoas que não são do Partido. São, na maior parte dos casos, eleitos das autarquias de áreas políticas que vão desde o MDP e independentes até à UDP e ao PPD, e também de quadros técnicos e intelectuais ligados profissionalmente aos temas em debate na Conferência.

A ideia de que esta é uma iniciativa útil e corresponde a uma necessidade objectiva das populações revela-se também em

particular no facto dos membros da Câmara Municipal de Almada terem aprovado por unanimidade o apoio à Conferência e de a própria Assembleia Municipal, na pessoa de todos os seus membros, estar também convidada para assistir.

— Podes dar-nos uma ideia sucinta dos problemas que vão estar em debate?

— Serão doze as secções a funcionar. Dentro de cada secção está incluído um conjunto de temas. O conjunto das secções abarca o mundo de problemas sobre os quais as autarquias são chamadas a intervir. E elas são chamadas a intervir na generalidade dos sectores da vida das populações.

É assim que nas várias secções aparecem temas para debate tais como: política de unidade, participação popular, informação às populações; descentralização e relações com o Poder Local; funcionamento dos órgãos de Poder Local; habitação; administração urbanística e política de solos; infra-estruturas; recursos hídricos e autarquias; ecologia e Poder Local; educação, cultura, desporto, tempos livres e juventude; saúde e segurança social; autarquias e desenvolvimento económico; as freguesias na administração local portuguesa; defesa do património cultural.

Penso que é de salientar que, para além dos delegados, qualquer convidado pode intervir nas secções, independentemente de ser comunista ou não.

— Irá a Conferência corresponder aos objectivos traçados pelo Comité Central?

— O trabalho realizado até agora aponta para isso.

Se durante os trabalhos a participação for tão viva (e pensamos que assim será) como tem sido na fase de preparação, podemos dizer que serão milhares de comunistas e democratas que levarão o seu conteúdo para as suas terras, locais de trabalho e residência, para as autarquias e Comissões de Moradores onde têm actividade.

Para além disso ficarão registados documentos importantes cuja divulgação irá ajudar muito o Poder Local.

Penso que a Conferência será um grande êxito. Um êxito à altura das responsabilidades do Partido Comunista Português.

Emigrantes reunidos em Paris

Realizou-se no passado dia 4, em Paris, uma Assembleia de emigrantes onde se agradeceu e retribuiu uma saudação enviada pelo Grupo Parlamentar do PCP, saudando-se igualmente a forma como o Partido se tem batido e continua a bater pela defesa das reivindicações dos trabalhadores portugueses dentro e fora do País.

Esta Assembleia de emigrantes alertaria ainda todas as forças democráticas para «o perigo que constitui uma aliança AD/PS, a qual possi-

bilitaria a gravosa revisão da Constituição, importante marco das instituições democráticas, o que resultaria no aniquilamento total da democracia e o regresso ao 24 de Abril, o que nós trabalhadores não podemos consentir».

A Assembleia apelaria finalmente às bases do PS para que não consintam alianças do seu partido com forças reacçãoárias, pois que «esta luta é comum, é a luta de todos os trabalhadores».



rência que não é apenas para os camaradas relacionados com a frente de trabalho das autarquias, mas sim de uma Conferência do Partido sobre uma frente de trabalho que tem múltiplas relações com outros sectores de actividade do Partido, o conjunto dos delegados eleitos vai de encontro a esse objectivo.

No sentido de os delegados se integrarem melhor e mais conscientemente no trabalho da Conferência, as Organizações Concelhias do Partido estão a promover, nesta fase, plenários de delegados, abertas a convidados, para apresentação e debate do documento-síntese, que

No distrito de Setúbal, que conhece mais de perto, as organizações concelhias estão a solicitar cartões de convidados muito para além dos quantitativos atribuídos. Nalguns casos, o pedido é da ordem do dobro que estava indicado.

— E de salientar que uma grande parte desses pedidos de convites destinam-se a pessoas que não são do Partido. São, na maior parte dos casos, eleitos das autarquias de áreas políticas que vão desde o MDP e independentes até à UDP e ao PPD, e também de quadros técnicos e intelectuais ligados profissionalmente aos temas em debate na Conferência.

A ideia de que esta é uma iniciativa útil e corresponde a uma necessidade objectiva das populações revela-se também em

A AD nas freguesias do Porto

— Santo Ildefonso: o exemplo da corrupção e incompetência

Dar a conhecer os problemas autárquicos que de momento mais afligem a população do Porto foi o objectivo da Conferência de Imprensa recentemente realizada pela Comissão Coordenadora da APU daquele distrito, em que participaram Raul de Castro e Oliveira Dias, vereadores do Povo Unido na Câmara Municipal do Porto e Manuel Andrade, deputado municipal da APU.

Após se referirem à vitória da APU em Miragaia e à importância política nacional daquelas eleições, que constituíram ao mesmo tempo um importante contributo para a luta contra a

Câmara AD e a sua gestão, os representantes da APU denunciaram a situação que se vive em inúmeras freguesias da cidade. Particularmente na de St.º Ildefonso — um exemplo típico

da incompetência, desinteresse e desprezo pelos problemas dos moradores que caracterizam a actuação da AD nas autarquias onde detém a maioria.

A actuação da AD em Santo Ildefonso foi classificada de «degradante espectáculo» de ilegalidades, escândalo e corrupção. «Não se cumpre a Lei de Atribuição e Competências, não se fazem as reuniões impostas por Lei, não se fiscaliza a actividade do executivo, admite-se pessoal na base do compadrio e da cunha, movimentam-se, sem qualquer controlo e em nome pessoal, milhares de contos. «A APU atribui ainda responsabilidades deste caso ao governador civil, que se demite das suas funções recusando-se a intervir. Como única forma de superar o caos existente a APU preconiza a marcação de novas eleições.

A degradação é agudização de conflitos nas juntas da Vitória, de Remalde e S. Nicolau, onde se demitem eleitos e são instaurados inquéritos aos pre-

sidentes de Junta, foram outros casos referidos.

Finalmente, foi abordada a situação na Câmara do Porto e algumas medidas que acentuam o seu carácter antipopular e repressivo.

Depois de ter afirmado «que nenhum, mas nenhum dos grandes problemas da cidade foi resolvido», Raul de Castro denunciou os aumentos ilegais da água em mais de 150%, o que levou a APU a meter a Câmara em Tribunal; a aprovação de uma alteração a uma postura através da qual se procura eliminar todas as formas de propaganda; aprovação do novo regulamento de venda ambulante que procura acabar com esta actividade e ainda a preparação da revisão do edital que regulamenta a abertura e fecho dos estabelecimentos comerciais, na tentativa de acabar com a semana inglesa e favorecer os grandes comerciantes.

Particular realce foi dado «ao escândalo que recentemente rebentou com o relatório e contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento», que aliás imediatamente na altura foi denunciado e criticado pelos eleitos da APU. De facto, e como o «Avante!» já se referiu no número anterior, a pretexto do financiamento duvida conduzida para água o Banco Mundial ditou ordens e fez exigências, no texto distribuído, é transcrita a

OT de uma reunião realizada por quatro técnicos do BM com representantes do SMAS donde constam de entre outros pontos: aumento das tarifas de venda de água e taxas de saneamento, estado de avanço das negociações destinadas à formação da Federação de Municípios do Grande Porto. Sobre directrizes do BM acerca dos pontos referidos, o presidente da Câmara do Porto até telefonemas de Washington recebeu.

«Este um exemplo vivo do grau de degenerescência política, da mais completa subversão e submissão do Governo AD ao imperialismo e do completo desprezo pela soberania popular, pelo exercício do poder local democrático». «Basta de tanto servilismo, basta de tanta incompetência e desprezo pelo povo e pela cidade do Porto: é urgente uma nova Câmara». Estas as palavras com que Raul de Castro terminaria a sua exposição sobre a situação na CMP.

Entretanto a Assembleia Municipal do Porto, na sua última reunião, aprovou uma derrama de 10% da Contribuição Predial, mas com a condição de que a sua aplicação pertencesse às freguesias.

Este facto foi considerado pela APU uma vitória, na medida em que tira das mãos do executivo camarário corrupto, largos milhares de contos.

aberto a todas as prepotências, ilegalidades, compadrios e corrupção».

Como exemplo das ilegalidades cometidas pelo executivo foram referidos muitos escândalos já anunciados no «Avante!» e ainda o despedimento de 50 trabalhadores camarários, alguns dos quais com mais de três anos de serviço, com a promessa de que viriam a ser de novo reintegrados!

Salientando que tais actos da autoria dos eleitos do PSD «têm as suas razões, que directa ou indirectamente se prendem com a corrupção, desprezando a gestão do poder democrático local», a APU concluiu que «face à lei o caminho é apenas um: dissolução da Assembleia Municipal e realização de novas eleições».

Como vivem as famílias portuguesas

As condições de habitação, assistência à infância, transportes, assistência médica e carestia de vida, são algumas das questões colocadas no inquérito «Como vivem as famílias portuguesas», recentemente lançado pela Comissão Unitária de Mulheres do Porto (CUM).

Em várias freguesias do Porto as CUMs estão também a desenvolver uma intensa campanha contra os novos aumentos de preços.

Governo quer acabar com correios de Freamunde

A exemplo do que sucedeu recentemente em Lixa (Felgueiras), o Governo pretende encerrar a estação dos correios de Freamunde, importante freguesia do concelho de Paços de Ferreira, com todos os inconvenientes que tal implicaria para a população local. Basta dizer que os habitantes da freguesia teriam de se deslocar cerca de



servidas refeições ligeiras. Um último aviso útil. Para que os trabalhos da Conferência possam ser cumpridos e o

horário respeitado, há que providenciar a chegada à Escola a tempo e horas, ou seja, antes das 9 h da manhã.

Informações úteis aos participantes

A Conferência do PCP sobre o Poder Local, conforme temos vindo a referir, realiza-se no próximo dia 18 de Outubro, no Pavilhão da Escola D. António da Costa, em Almada.

Os participantes na Conferência que cheguem a Almada de carro não terão certamente dificuldades em encontrar o Pavilhão, uma vez que a organização de Almada se vai encarregar de colocar tabuletas indicativas do percurso até ao local.

Para quem se desloca nos transportes públicos, quer vindo de Lisboa, quer do sul, tem toda a conveniência em ir ter a Cacilhas. Ali, graças a um acordo com a Rodoviária, haverá das 7 e 30 às 9 h um reforço das carreiras n.º 5 e 6, que param mesmo junto à Escola onde vai decorrer a Conferência.

No que se refere às refeições pode-se já anunciar que serão servidos entre 600 a 700 almoços e jantares no Pavilhão da Romeira, estando garantido o transporte durante esses períodos de ida e volta ao Pavilhão da Escola.

As refeições, que terão de ser marcadas no início da Conferência, não poderão abranger todos os participantes que, como se sabe, entre delegados e convidados ascendem a cerca de três mil. No entanto, para colmatar a diferença e dado que ao domingo muitos restaurantes encerram em Almada, funcionará na própria Escola um serviço de bar onde serão

Santarém prepara a Conferência

No distrito de Santarém continua a discussão e preparação da Conferência, com reuniões de militantes e eleitos em todos os 21 concelhos do distrito para debater o documento síntese e ultimar a eleição de delegados.

Do distrito de Santarém participarão na Conferência 60 delegados e 100 convidados, bem como apresentadas 30 intervenções elaboradas e discutidas nas diversas organizações.

Aquelas intervenções, fruto da experiência e do trabalho de

envolvido pelos eleitos comunistas e outros democratas na resolução dos problemas da população, abrangem temas tão vastos como:

— ilegalidades e arbitrariedades no funcionamento dos órgãos autárquicos (particularmente onde a AD tem a maioria); rede viária rural; habitação; a poluição e a defesa da qualidade de vida das populações; defesa do património cultural; saneamento básico; informação

às populações; trabalho dos eleitos do Partido em minoria; etc., etc.

A Direcção da Organização Regional de Santarém apresentará também à Conferência um balanço das quatro Câmaras do distrito de maioria APU (Coruche, Benavente, Alpiarça e Chamusca), que será bem o exemplo de que o trabalho realizado nestes sete anos de Poder local democrático é de longo superior ao de dezenas de anos de regime fascista.



Os reformados em luta

Uma concentração nacional de reformados, promovida pelo Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), realizou-se no passado sábado na zona da Graça, em Lisboa. Seguiu-se uma manifestação cujo objectivo foi exigir do Governo uma resposta ao caderno reivindicativo que o MURPI entregara em Janeiro passado àquele órgão de soberania. Esta iniciativa teve ainda a finalidade de assinalar o Dia do Reformado. O convívio, realizado depois na Voz do Operário, teve a participação de Carlos Mendes, dos Jograis do Barreiro e do Fado de Abril

quatro quilómetros sempre que precisassem de utilizar aqueles serviços.

Indignada e em total desacordo com esta medida do Governo AD — o mesmo que fala em descentralizar, regionalizar, melhorar as condições de vida — a população de Freamunde concentrou-se no início do mês junto da estação local (data prevista para de uma desactivação dos telefones) e impediu que tal acontecesse.

PSD demite-se em S. Brás

Vão realizar-se eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia de S. Brás, no concelho da Ribeira Grande, Açores, devido à demissão de sete dos nove eleitos do PSD nos órgãos de poder local.

A razão invocada é a recusa do presidente da Junta em «acatar as decisões da maioria». É caso para dizer que já nem entre eles se entendem...

APU no executivo de Miragaia

Reuniu no passado dia 2 a Assembleia de Freguesia de Miragaia para eleição do respectivo executivo. Com os votos a favor da APU, a abstenção do PS e os votos contra da AD, a Junta de Freguesia ficou composta por três elementos da APU: além do presidente, Joaquim Nascimento, foi eleito para secretário Fernando Marques e para tesoureiro António Dias.

Na reunião foi ainda eleita a mesa da Assembleia Geral e aprovado o respectivo regimento. No final foi dada a palavra ao público, que enchia a sala, para apresentação de assuntos de interesse da população,

sessão/debate

CARLOS BRITO

(membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e Presidente do Grupo Parlamentar do PCP)

Pav. ACADÉMICO

PORTO - 6.ª feira 9 Outubro 21.30 h.

unidade dos democratas

PCP

para a defesa da Constituição

NENHUM

HOMEM

É

ESTRANGEIRO

Worker

Nenhum homem é estrangeiro

Trabalhadores

Novos salários e contratação

De antemão rejeitados pelo Governo os quantitativos nacionais propostos pela CGTP-IN com a fixação dos novos salários mínimos, bastante inferiores ao da proposta sindical, novas tabelas salariais negociadas recentemente têm, no entanto, constituído êxitos e mesmo vitórias dos trabalhadores

organizados e dos seus representantes. É por exemplo o caso dos mineiros que, após a luta prolongada, conseguiram levar a bom termo a negociação de um contrato vertical. Processos para a revisão de contratos colectivos e de outro tipo de contratação prosseguem entretanto em outros sectores como a imprensa

e restantes meios de comunicação social (jornalistas). Na Função Pública, os negociadores sindicais desmentiam entretanto a «larga faixa de consumo» a que, segundo um comunicado do Ministério da Reforma Administrativa, se teria chegado logo na primeira reunião com os representantes governamentais.

Segundo a Comissão Negociadora Sindical (CNS) da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública, nessa primeira reunião apenas se conseguiu reconhecer mutuamente a necessidade de continuar as conversações de acordo com um calendário; a data da próxima reunião; e, por último, a conveniência de terminar o mais cedo possível a revisão salarial.

Nos dois pontos principais não houve acordo. Esses pontos coincidem com matérias que deram que falar nas negociações anteriores. Trata-se da garantia de que haverá novos salários negociados, antes da aprovação do Orçamento Geral do Estado,

e do reconhecimento formal por parte do Governo do direito à negociação colectiva que assiste aos trabalhadores da Função pública e aos seus representantes de acordo com a Constituição da República e com a Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Esses dois pontos em que não houve acordo levaram os trabalhadores à luta durante as últimas negociações.

O montante a atribuir para as novas remunerações da Função Pública e a distribuição desse montante serão anunciados aos Sindicatos na próxima semana, segundo prometeu o Ministério da Reforma Administrativa.

A reunião da CNS da Função Pública com o ministro daquela pasta, Meneres Pimentel, efectuada na manhã de 30 de Setembro findo foi antecedida de um encontro dos representantes das associações sindicais (mais de duas dezenas) que assinaram a Proposta Reivindicativa Imediata da Função Pública. O reforço da «coesão e unidade dos Sindicatos dos TFPs» foi sublinhado no encontro como a «única maneira de garantir a mobilização dos trabalhadores para fazer frente ao crescente agravamento da situação económico-financeira do País e à degradação do poder de compra dos trabalhadores».

Os Sindicatos que ainda



Pormenor da concentração dos têxteis em frente à delegação do Ministério do Trabalho, no passado dia 1

não fazem parte da Frente Comum serão contactados pela CNS, segundo decisão do encontro, onde os dirigentes sindicais reconheceram a responsabilidade que lhes advém do «facto de representarem mais de 90 por cento de todos os trabalhadores da Administração Pública» em Portugal.

Entretanto, o Governo aprovava em Conselho de Ministros de 1 do corrente novos quantitativos para os salários mínimos nacionais, que fixou em 10 7000 escudos para a indústria e serviços, 8950 escudos para os trabalhadores rurais e 6800 escudos para o serviço doméstico.

Segundo a ordem indicada, a CGTP-IN exigia, como já foi divulgado no «Avante!», 11 200, 9600 e 7500 escudos, respectivamente.

O Governo afirma que os

aumentos são de 18,9 por cento para a indústria e serviços e de 19,3 por cento para os trabalhadores rurais e do serviço doméstico.

Como se sabe, essas percentagens estão longe de cobrir o aumento do custo de vida e muito menos a perda do poder de compra que entretanto afectou os trabalhadores.

O Governo pode ter a veleidade de impor qualquer dessas ou outras percentagens ainda menores para limite dos aumentos de salários. Os trabalhadores não aceitarão a imposição de nenhum tecto salarial.

Os mineiros conseguiram um aumento que ronda em média os 26 por cento relativamente às 3 tabelas da Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) anterior. O contrato (CCTV), que teve a particularidade importante

de ser negociado directamente com o patronato, abrange cerca de 70 empresas mineiras e 9 mil trabalhadores. As tabelas salariais agora acordadas têm efeito a partir de 1 de Setembro findo.

No que respeita aos jornalistas, a respectiva comissão negociadora avistou-se pela primeira vez para negociações de revisão com as entidades patronais do sector em 1 do corrente. A reunião efectuou-se na sede do Sindicato e, segundo um comunicado distribuído no final da reunião, as partes voltam a encontrar-se no princípio da próxima semana. Nessa primeira reunião compareceram por parte do patronato representantes da Associação da Imprensa Diária (AID), RDP, Rádio Renascença, ANOP e as agências estrangeiras France-Presse, Reuter e EFE.

Várias frentes para derrotar a AD e os divisionistas

Forças democráticas não podem fazer o jogo reaccionário da revisão constitucional pretendida pela AD que tenta institucionalizar a repressão sobre as actividades sindicais nas empresas, os contratos a prazo, os despedimentos colectivos, a coacção sobre os representantes dos trabalhadores.

Num plenário em 29 de Setembro findo, reuniu no Porto dirigentes e delegados sindicais com membros de comissões de trabalhadores em representação democrática de sindicatos e organizações de empresa, como é normal no movimento unitário, os participantes aprovaram uma resolução que recorda oportunamente a determinadas forças democráticas as responsabilidades que assumem, se cederem a pressões, ou pactuarem com os partidos de direita, fazendo assim o jogo reaccionário da AD que, como se sabe, precisa de uma maioria de dois terços para fazer aprovar na Assembleia da República a revisão constitucional.

O Plenário Nacional da CGTP-IN de 19 de Setembro foi citado em apoio às reivindicações constantes do Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Portugueses, na posse do Governo com os quantitativos actualizados pela Central. O mesmo aconteceu com a disposição de luta manifestada pelos trabalhadores presentes em representação dos seus companheiros de trabalho contra a política da AD.

A actividade da UGT, que continua a não se poder desligar das manobras da direita e da própria repressão nas empresas, prosseguia, entretanto, no paralelo que designam por Sindetex/UGT procurando desmarcar a luta por melhores salários nos

Sob comando da CAP

Entretanto, a tentativa de fundar uma agremiação sindical paralela entre os trabalhadores rurais, com sede em Évora, está «sob o comando da CAP e dos grandes agrários» — acusa a Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul.

A Federação, que representa todos os Sindicatos agrícolas da região, fundada depois do 25 de Abril, pois foram sempre proibidos pelo fascismo, considera o paralelo uma organização-fantochesca resultante do esforço dos que apostam na «divisão do proletariado rural» a fim de evitarem, por exemplo, que no futuro se consigam novos êxitos como foi a contratação colectiva recentemente negociada por força da «unidade de todos os trabalhadores em torno

dos seus verdadeiros sindicatos».

A Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul é com toda a legitimidade que reclama para si a representação sindical dos trabalhadores rurais, quer pelo número de filiados, quer pelo apoio nunca negado às lutas desenvolvidas no Alentejo.

«Unir e organizar os trabalhadores em torno das suas organizações de classe» foi objectivo pelo qual nunca «os divisionistas da UGT» se interessavam, sublinha a Federação que sem necessidade de invocar quaisquer hegemonias partidárias (porque não existem, estando os sindicatos unitários abertos a todos os trabalhadores sem distinções de qualquer ordem político-partidária, ou outra) acusa os fomentadores da divisão de nunca te-

rem aparecido na luta contra a exploração patronal, a repressão e as arbitrariedades do patronato.

Jornas mínimas para o Norte

Jornas de 600 escudos para os homens e de 500 para as mulheres, trabalho nocturno e extraordinário remunerados segundo a legislação em vigor, alojamentos habitáveis e liquidação das importâncias proporcionais ao subsídio de férias e de outros subsídios a que os trabalhadores tenham direito, quando terminar a campanha, são, no essencial, as condições propostas pela Comissão Coordenadora

dos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro para o trabalho sazonal das vindimas, no que respeita a trabalhadores e trabalhadoras eventuais.

O conjunto de reivindicações, apresentado pela Coordenadora, foi aprovado em reuniões efectuadas nas regiões Norte e Centro do País.

As reivindicações são justas e exigem que os trabalhadores contratados se unam em sua defesa, lembra a Coordenadora dos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro que representam uma grande massa de trabalhadores dos mais mal pagos do País.

Sobre o que valerá o alegado neutralismo-AD

Na tentativa de esconder a sua política odiosa contra os interesses da maioria da população, e não apenas dos operários e dos restantes trabalhadores, a AD desenvolve naturalmente os seus processos de propaganda. Neste caso da legislação laboral, escuda-se atrás do *neutralismo*, ou daquilo que o Governo gostaria de ver entendido como tal, entre o que designa por *parceiros sociais*. Mas o *neutralismo* AD é apenas mais uma arma que o patronato vira contra os trabalhadores.

O total dos contratados a prazo — ainda recentemente foi afirmado na Assembleia da República durante a discussão do programa do Governo — situa-se entre 350 e 400 mil. Ainda no mesmo local e na mesma sessão se afirmou, citando textualmente o Ministério das Finanças, que «o mercado de emprego continua a evoluir no 2.º trimestre de 1981 de forma desfavorável», isto é, desfavoravelmente para os trabalhadores. É neste contexto que o Governo insiste, tanto que já a aprovou em Conselho de Ministros, na nova legislação sobre aspectos essenciais do trabalho.

O desemprego crescente e todas as suas consequências, a diminuição cada vez mais sensível daquilo que costuma designar-se por oferta de emprego só *sensibiliza* o Governo n.º 3 da AD para a revisão das leis fun-

damentais do trabalho em favor do patronato.

É certo que o Ministério dito competente procura dourar a pilula, ouvindo organizações representativas, ou não, dos trabalhadores. E ouve também os grandes patrões. As aparências estariam assim salvas, no entendimento de gente que se serve de miragens, ou pensa que os outros vivem de visões.

Entretanto na prática, o programa exposto no Congresso das Actividades Económicas, que reuniu há meses em Lisboa a mais fina nata dos exploradores do País e dos trabalhadores (CIP, CAP, CCP, agremiações dominadas respectivamente pela grande indústria privada, agricultores ricos e «grossos» comerciantes) esse programa — sublinhe-se, pois é o programa do Governo — exigia nomeadamente, segundo um dos oradores mais responsáveis: «a modificação da lei da greve no sentido de ser considerada ilícita a greve política ou de solidariedade e permitida a «paralisação técnica da empresa» por parte dos empresários; (ou seja o «desemprego técnico», o despedimento colectivo, a «prateleira») a redução dos direitos das comissões de

No BESCL A pretexto de absentismo e pontualidade

Um não decidido à repressão contra trabalhadores e actividades sindicais, uma melhor assistência médico-social, pela qual é responsável a actual direcção do Sindicato afecta à UGT/PSD, a tentativa de despedimento de um delegado sindical do Banco Português do Atlântico (BPA) e um apelo oportuno ao reforço da unidade, para derrotar a política antitrabalhadores deste Governo, são algumas das tomadas de posição mais recentes de organizações representativas dos trabalhadores da banca nacionalizada, onde a situação se tem degradado progressivamente com os gestores da direita colocados à frente dos destinos dessas instituições de crédito para facilitar a vida aos inimigos das nacionalizações e para proporcionarem aos antigos e actuais «banqueiros» o novo acesso ao grande capital financeiro, actuando assim contra a Constituição e contra o regime democrático que vigora no País.

Sob o título «Não à repressão no BESCL», a célula do PCP no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa revela que através de normas gerais sobre «pessoal, absentismo e pontualidade», o conselho de gestão «pretende institucionalizar na empresa um clima de opressão e repressão de tal forma violento que só poderá ter paralelo nos períodos mais negros do fascismo. Através do comunicado 10/81 o CG do BESCL manifesta «claramente profundo desprezo» pelos trabalhadores, **não respeita o CCTV dos bancários** — sublinha a célula — e pretende objectivamente:

“1. Criar na empresa um clima de instabilidade, que conduza à sua degradação e que permita projectar uma má imagem junto da opinião pública.

“2. Instalar sistemas de vigilância de tipo policial, que permitam intensificar a prepotência e os abusos de autoridade.

“3. Attingir as estruturas representativas dos trabalhadores, retirando-lhes o crédito de horas fundamental para o seu pleno funcionamento.”

O ataque às organizações representativas destina-se a:

- **Obter cobertura legal para a instauração de processos disciplinares que terminariam em despedimentos; os mais atingidos seriam obviamente aqueles que mais se têm distinguido nas lutas dos trabalhadores;**
- **Intensificar ritmos de trabalho, abrindo caminho a uma exploração dos trabalhadores mais condizente com a Europa do Mercado Comum;**
- **Comprometer a hierarquia que mais directamente contacta com os trabalhadores fazendo dela bode expiatório da sua acção repressiva.**

A esta ofensiva os trabalhadores do BESCL militantes do PCP oporão como sempre a sua luta em unidade e exortam os seus companheiros de trabalho a lutarem lado a lado «contra o projecto repressivo do conselho de gestão».

Nas boas graças do patrão AD

Esse projecto, que a célula do PCP no BESCL identifica com os propósitos anunciados pelo Governo AD, não tem razão de ser. Foi aparentemente despoletado pela «existência pontual e localizada de alguns casos de absentismo, falta de pontualidade e ausências temporárias ao serviço», em muitos casos provocados pelo clima de imoralidade e corrupção, instalados na empresa, e cuja responsabilidade — sublinha a célula — tem de ser imputada ao conselho de gestão e à generalidade da hierarquia a ele directamente ligada. Terá ainda de ser considerada a desmotivação ocasionada por uma gestão de pessoal injusta, imoral e desonesta, frímas os trabalhadores comunistas do BESCL acusando os gestores de, com as atitudes repressivas pretenderem «cair nas boas graças do patrão AD».

balho, por motivo das alterações, ou da revisão, das leis laborais.

A delegação da Central opôs-se naturalmente a projectos que na prática só beneficiam o patronato, pois não acabam com os contratos a prazo, nem diminuem, antes fazem aumentar os despedimentos; porque os facilitam como querem as agremiações do grande patronato. A reforma nestes dois casos fulcrais fica-se pela redução de 36 para 18 meses, no que respeita à vigência dos contratos a prazo, e pela introdução na nova lei dos despedimentos, de novas formulações tais como «circunstâncias objectivas» que contemplam a «extinção do posto de trabalho», de acordo com as *circunstâncias objectivas* decididas pelo patronato, e a «inadequação» do operário ou qualquer outro trabalhador ao posto de trabalho.

Nas mãos do patronato ficariam assim, como armas prontas a usar sem algumas precauções que ainda restam hoje, as «circunstâncias objectivas» que ele utilizaria afinal como entendesse, inclusivamente para os despedimentos colectivos, «ouvindo» como mera formalidade o *parceiro social* contrário, mas sem a obrigação de atender ao que dissesse.

Ficam assim em perigo, e é bom que haja uma consciência militante desse facto, garantias contratuais, direitos e defesas que a Constituição regista como inalienáveis.

A própria Lei Sindical é um dos alvos sob a mira da direita e dos divisionistas. É certo que o Governo — também *pró-forma*, aliás, como no caso da audição dos trabalhadores ou dos seus representantes, — submeterá essa nova legislação ao voto da sua maioria na Assembleia da República...

Mas a luta dos trabalhadores organizados não deixará de se intrometer no meio disso, pois depressa se verá mais claramente até onde chega o neutralismo AD.

O PS aponta às massas populares • De fora da UGT?

Mário Soares numa entrevista ao «Expresso» de 3 do corrente anuncia uma «tarefa exaltante» — mais uma — até às eleições autárquicas de 1982. Como parte principal dessa actividade do seu partido, refere nomeadamente a atenção que o PS dará às «massas populares» organizando-as — são expressões que usa — política e sindicalmente. Soares nem ao de leve fala na UGT.

Vai o PS deixar de vez a política gonalista (e quem garante que era só dele, Gonalha, essa política?) que tendia a obrigar os militantes socialistas a filiar-se na UGT; quando ser do PS era

ser da UGT, da «dialogante UGT» como lhe chama, sabado, o «Expresso»; quando de outro modo nada feito ou a fazer: quem não fosse da UGT nem direito tinha a ser «socialista»?

Quem não se lembra desmente o sectarismo bem determinado que servia e serve para demonstrar a que ponto falhara a «aliança» anticomunista dos mandantes ugélistas onde o PS chegou a desempenhar papel de relevo? Onde está hoje esse papel? Para que serviu? E serviu a quem?

Depois de criados os paralelos com o empurrão decisivo de Gonalha como mi-

nistro do Trabalho, quem domina hoje essas aberrações, depois de terem servido para «encher» a agremiação amarela? Os patrões AD. Quem pôe e dispõe, embora nem sempre o consiga, ou deixa correr o marfim — atitude mais frequente — nas direcções dos sindicatos bancários? Pêpêdes identificados com os objectivos da AD.

Será por tudo isso e mais o que não diz que o dirigente máximo do PS aponta o seu partido na direcção das massas, «política e sindicalmente»?

Será que as massas se deixarão apontar?

Encontros distritais • Convocação de Santarém

A União dos Sindicatos de Santarém/CGTP-IN anuncia um Encontro Distrital de dirigentes, delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores e direcções de cooperativas para 10 do corrente, sábado próximo, com início às 15 horas, na Escola Secundária do Entroncamento.

Em debate estará a situação político-sindical e «a posição do movimento sindical unitário face às medidas do Governo».

O momento político, a gravidade da situação económica e as ameaças aos direitos dos trabalhadores e das suas organizações exigem a total participação dos quadros convocados para esta e outras reuniões, deste ou de outro tipo, que se efectuem pelo País.

FECHO

Aparentemente, segundo a direita nada se move. Desde que nada transpire na televisão, na rádio, na imprensa que controla ou possui, tudo brilha e contere como a fachada de um banco, ou de uma sociedade de investimento para ser mais actual e privado. O segredo sempre foi a alma dos negócios, sobretudo dos grandes, e na política a discrição é sempre estimável.

Por isso, o que dizem sindicalistas ou outros representantes legais de trabalhadores organizados na banca, nos seguros, em grandes empresas públicas, quando exercem o controlo de gestão (ou tentam fazê-lo, frequentemente arriscando o emprego) fica sempre para a direita, isto é para a AD, no campo das aparências salvas a tempo.

Mas as realidades pesam, movem-se e são divulgadas quer a direita queira ou não. A AD que dizia não poder governar, ou pôr em prática os seus projectos, com a Constituição existente, vai-se governando com ela. O que continua a passar-se impune na banca pública, nacionalizada, aquilo que o «Avante!» e outra imprensa democrática divulgam sobre a gestão e os gestores das instituições de crédito ilustra perfeitamente a afirmação de uma célula do PCP na banca, segundo a qual a repressão acompanha, vai a par da corrupção. Nada disso são aparências. É tudo realidade.



A palavra de ordem é participar

a Câmara APU cumpriu. deve continuar! vota APU



Uma campanha em que foi necessário concentrar esforços para não responder a vis provocações, insultos e arruaças que lamentavelmente os socialistas se empenharam em fomentar; uma campanha em que ao programa de trabalho proposto para resolver com a população os problemas e aspirações da população foi ainda necessário juntar os testemunhos de um passado recente de 18 meses de gestão para desmascarar os artifícios, os pretextos, as desculpas inventadas pela coligação PS/AD para obrigar a realização de novas eleições.

Com o desassombro de quem não temo prestar contas, os candidatos da APU e seus apoiantes correram o conchelo de Loures de ponta a ponta, bateram a milhares de portas, falaram com gente de todos os quadrantes políticos, debateram ideias, fizeram propostas de trabalho honesto e competente que já mostraram estar empenhados em realizar.

O apoio entusiástico da juventude, das mulheres, dos

reformados, das mais variadas organizações populares, de democratas de diversas tendências (incluindo muitos socialistas), mostram já hoje que de uma maneira geral no conchelo de Loures se reconheceram como falsos os motivos invocados para fa-

zer cair a Câmara de maioria APU.

Um apoio crescente que testemunha igualmente o repúdio de cada vez mais socialistas pela aliança de Risco Calado/PS com a direita, expresso aliás na participação directa na campanha da

APU e em declarações em sessões públicas do Povo Unido de muitos socialistas dispostos a votar APU.

Severiano Falcão, cabeça

da o homem mais visado desta campanha. Atacado sobretudo pelos opositores PS, saudado pela população que o reconhece como ex-

Severiano Falcão ao «Avante!»: «A aproximação das forças democráticas tem vindo a ganhar ao longo da campanha uma expressão muito forte».

de lista da APU e membro do CC do PCP, foi sem dúvi-

pressão de um trabalho sem tréguas pela melhoria das condições de vida do conchelo, atribui a esta campanha eleitoral uma importância que ultrapassa as fronteiras do conchelo.

A aproximação das forças democráticas — afirma ele ao «Avante!» — tem vindo a ganhar ao longo da campanha uma expressão muito forte, tem vindo a conseguir que a consciência desses mesmos democratas se volte para o sentimento comum de que nestas eleições o inimigo a abater é a AD (ao contrário da tese de Mário Soares que apontam a APU como o inimigo a liquidar).

As eleições em Loures assumem assim nesta altura um aspecto muito semelhante às eleições presidenciais, em que os democratas se juntaram (malgrado as posições de Mário Soares) para derro-



Poluição / Gravíssimo problema que não é de fácil resolução

A poluição é um dos problemas mais graves do conchelo de Loures. Quem conhece, ainda que só de passagem, as ribeiras de Odivelas, de Caneças ou o rio Trancão compreende que assim seja.

Como se compreende o legítimo descontentamento de quem tem de viver diariamente com os cheiros pestilentos dos esgotos que correm a céu aberto pelos cursos de água que atravessam povoações, cheiros que invadem as casas, os cafés, os parques, as ruas. E porque é que isto sucede? De quem é a responsabilidade de tal estado de coisas?

Em primeiro lugar, importa saber que todos os cursos de água que fazem parte da rede hidrográfica do Trancão estão poluídos devido, em grande parte, aos esgotos provenientes de Lisboa, Amadora, Sintra, Mafra e Arruda dos Vinhos.

Em segundo lugar, há que ter presente que a estação de tratamento de esgotos de Frielas foi dimensionada para 50 000 habitantes e recebe actualmente esgotos de mais de 200 000 habitantes sem os tratar. Os esgotos que servem o restante da população nem sequer passam pela estação dado que não existem emissários, sendo enviados directamente para os rios.

Estes dados, que são mais do que suficientes para dar a dimensão real da gravidade da poluição no conchelo de Loures, tornam óbvio que a resolução de tão gigantesco problema não é possível apenas com a inter-

refas estiveram dependentes do pelouro de saneamento e meio ambiente, de que era responsável um eleito do PS. E a política dos eleitos do PS e PSD na Câmara de gestão APU era a de que realizar trabalho seria prestigiar a APU e portanto, para o impedir, havia que não fazer nada!

Boicotar por dentro uma gestão democrática — com o objectivo de contabilizar o descontentamento popular contra ela — não se pode considerar propriamente uma tática nova. Nem sequer eficaz — a não ser no agravamento das condições de vida das populações — onde a liberdade de informação se exerce tão plenamente como em Loures.

Bem podem agora os que consideram a APU o «inimigo a abater» agitar a bandeira da luta contra a poluição que já não convencem ninguém.

E não convencem não só

dades governamentais, nomeadamente a Direcção-Geral de Saneamento Básico.

Soluções pontuais por vezes apontadas pelos moradores que sofrem os cheiros pútridos das ribeiras poluídas (como tapar as ribeiras, por exemplo) não só não têm qualquer viabilidade como são tecnicamente inúteis.

Consciente de que não adianta desbaratar verbas em obras de fachada e que é necessário ir ao fundo da questão — sentar à mesma mesa os responsáveis pela situação e conjugar esforços para resolver o problema —

a Câmara APU tomou a iniciativa desses contactos, mas não encontrou da parte das entidades governamentais mostras de interesse ou de capacidade de resolução.

O que significa que há que continuar a exigir a intervenção necessária da parte do Governo, enquanto a nível autárquico importa prosseguir com as obras já iniciadas (actualização de vários esgotos e sua ligação ao emissário recentemente executado entre Odivelas e Caneças).

Por outro lado, a APU considera essencial resolver definitivamente a situação calamitosa da lixeira de

Octávio Pato O que significaria a vitória da APU

(...)

Temos sempre dito nesta campanha, porque é esse efectivamente o pensar e o sentir dos comunistas, que para a APU, seja em Loures ou seja a nível do País, o inimigo principal é e será sempre a «AD» como defensora dos interesses do grande capital monopolista, como representante das forças mais reaccionárias do País.

Porque pensamos assim, não podemos aceitar que o PS, um partido democrático, se alie a tais forças para derrubar a APU, como aconteceu no conchelo de Loures.

E quais as razões para tal atitude? Poderão eles dizer que a Câmara é incompetente, não trabalha, não está virada para a satisfação dos interesses da população?

Não podem, nem dizem, porque sabem que a verdade é que no seu curto mandato de ano e meio a APU fez mais que qualquer deles faria em todo o seu mandato, tal como já se viu, aliás, enquanto o sr. Risco Calado presidiu aos destinos da Câmara.

E se a APU mais não fez foi precisamente porque o PS e a «AD» se aliaram para sabotar a acção da Câmara que, sabiam, diariamente se prestigiava.

Falam de totalitarismo, mas todos sabemos que a Câmara APU distribuiu democraticamente os pelouros pelas várias forças políticas, de acordo com os resultados eleitorais, o que não aconteceu com a actual Comissão Administrativa.

A verdade é que o PS e a «AD» nada têm a apontar à gestão APU e não ser o ter-se empenhado até ao fundo na defesa dos interesses das populações e o ter-se recusado a entrar em compadrios e a pactuar com aldrabices e negociações obscuras.

Prova de que é a «AD» e o PS em Loures que não querem trabalhar, é a falta

de quorum que continuam a provocar a nível dos órgãos autárquicos, como aconteceu a semana passada em Loures, na Assembleia Municipal e mais recentemente na Assembleia de Freguesia de Odivelas.

Sabotam a acção da APU sem apresentarem qualquer alternativa, já que alternativa não se pode considerar os desmandos que a actual Comissão Administrativa está a levar a efeito.

Desmandos que têm, contudo, o mérito de mostrar porque querem eles correr com a APU e reforçar a ideia, que aliás já existe, do que seria a acção de uma Câmara presidida pelo PS ou pela «AD».

Seria uma acção antidemocrática, como facilmente se prova pela forma como distribuíram entre si os vários pelouros, desprezando a vontade do eleitorado, marginalizando a APU, força mais votada no conchelo.

Acção de abuso do Poder, como se pode comprovar pelo aproveitamento que estão a fazer da sua presença na Câmara, para levarem a cabo a sua própria campanha eleitoral.

Acção anárquica, ao sabor de interesses de momento, como se pode ver pelo tipo de acções que

neste espaço de tempo têm realizado, nomeadamente em relação ao corte de verba para o mercado de Moscaide, por que tanto se diziam bater, indo ao ponto de querer destruir o Atlético Clube de Moscaide.

Esta a alternativa do PS/«AD»: uma Câmara de mancomunados.

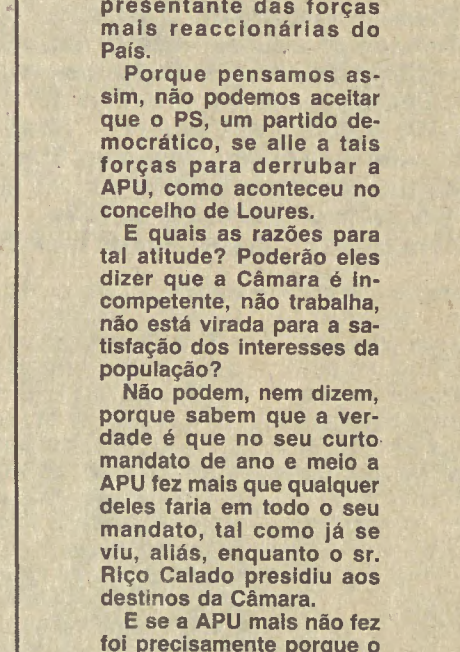
Daí que uma grande votação na APU, que reforce as suas posições em Loures, seja indispensável para impedir que a coligação PS/«AD» continue a sabotar a acção da Câmara.

Uma grande vitória da APU em Loures, para além de significar uma pesada derrota para a «AD», já que inequivocamente irá demonstrar que ela perde

diariamente base social e política de apoio, e como tal não tem legitimidade para governar, significará também uma derrota para os sectores reaccionários do PS que desde as eleições de 79 têm colaborado com a «AD» na obstrução e sabotagem da actividade da Câmara Municipal, com presidência APU, coligando-se por fim para a derrubar e provocar eleições antecipadas.

(...)

(Octávio Pato em Camarate, 3/10)



venção municipal. Basta dizer que só para o emissário Pontinha-Odivelas a ampliação da Estação de Tratamento envolve verbas que ultrapassam os 600 000 contos. E os restantes?

Não se pretende com isto afirmar que os órgãos autárquicos, e nomeadamente a Câmara de Loures, não possam tomar medidas que contribuam ainda que parcialmente para minorar a gravidade da situação, como despoluição; criação de fossas sépticas e estação de tratamento; alargamento a todo o conchelo da recolha automatizada dos lixos e tratamento final dos mesmos.

Só que durante a última gestão autárquica estas ta-

porquê é do domínio público o abandono a que votaram os pelouros por que eram responsáveis na Câmara de maioria APU, como lhes falta a autoridade moral de falar sobre a resolução de um dos muitos problemas que foram incapazes (ou não se preocuparam) em minorar durante os três anos em que foram maioria no município.

É necessário conjugar esforços

A resolução do problema da poluição em Loures passa pela acção conjunta dos vários municípios que «desaguam» ali os seus esgotos, da população e das enti-

dades governamentais, nomeadamente a Direcção-Geral de Saneamento Básico.

Soluções pontuais por vezes apontadas pelos moradores que sofrem os cheiros pútridos das ribeiras poluídas (como tapar as ribeiras, por exemplo) não só não têm qualquer viabilidade como são tecnicamente inúteis.

Consciente de que não adianta desbaratar verbas em obras de fachada e que é necessário ir ao fundo da questão — sentar à mesma mesa os responsáveis pela situação e conjugar esforços para resolver o problema —

a Câmara APU tomou a iniciativa desses contactos, mas não encontrou da parte das entidades governamentais mostras de interesse ou de capacidade de resolução.

O que significa que há que continuar a exigir a intervenção necessária da parte do Governo, enquanto a nível autárquico importa prosseguir com as obras já iniciadas (actualização de vários esgotos e sua ligação ao emissário recentemente executado entre Odivelas e Caneças).

Por outro lado, a APU considera essencial resolver definitivamente a situação calamitosa da lixeira de

Electricidade / A luz que faltam

As deficiências no fornecimento de energia eléctrica constituem mais um dos muitos motivos de descontentamento da população do conchelo de Loures. As constantes avarias e interrupções de energia não alegam ninguém e as pessoas aborrecem-se, protestam, reclamam. Com a Câmara, evidentemente.

Mas quantos dos habitantes de Loures sabem o porquê dessas avarias e interrupções?

Quantos saberão que seriam necessários 2 milhões de contos para «por em dia» os equipamentos actualmente necessários?

Quantos têm consciência de que significa o facto de os consumos terem quase duplicado nos últimos cinco anos?

Quantos, enfim, sabem que Loures é um dos raros concelhos do distrito que dispõe de distribuição pró-

pria de electricidade, sem a indispensável capacidade financeira do município para resolver os problemas daí inerentes?

Certamente muito poucos. E no entanto esse conhecimento é fundamental para se compreender o esforço que representou para a gestão APU orçamentar para o corrente ano cerca de 200 mil contos para investimentos neste sector. Um enorme esforço para tão magro orçamento e todavia manifestamente insuficiente face às necessidades.

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

Assim, a gestão APU — as

LOURES / ELEIÇÕES 11 OUTUBRO

a Câmara APU cumpriu. deve continuar! vota APU

macavém

em Santo Antão Tojal; sessão de esclarecimento em São João do Tojal-Zambujal (A. Carvalho) e teatro nos Bombeiros Voluntários da mesma localidade com a peça Histórias na História; e em Fanhões (Casalinhos) um porta-porta. As 21 e 30 começarão ainda uma sessão de esclarecimento em Fanhões - Casalinhos (Eduardo Baptista) um espectáculo; e em Santa Iria de Azóia uma sessão de esclarecimento com António Carvalho.

amanhã, dia 9, haverá durante todo o dia a partir das 9 horas sessões de rua (porta-a-porta e bancas) em Apelação, Bucelas (Freixial), Sacavém e Prior Velho. De tarde, às 16 e 30, mini-espectáculos na Arroja e no Largo das Camionetas, ambos com Adriano Correia de Oliveira. As 20 e 30, em São João da Talha uma caravana; às 22 horas em Fanhões um espectáculo (Carlos do Carmo) e às 21 e 30, em Sacavém, o anúncio de encerramento que referimos no início do programa.

em Loures custa 2 milhões de contos!

segundo a coligação PS/AD não fez nada — amirito — ou a sub-estação de Loures com mais 50 por cento da potência; criou duas novas subestações em St.º Antrião das Cavaleiro e Sacavém; construiu e reequipou as redes de duas centenas de pontos de transformação. Apesar das estas medidas a APU tomou no Inverno passado as de várias foram substancialmente reduzidas.

em trabalho colectivo

As Mas o trabalho não ficou restrito aqui. Foi reforçada a alimentação de energia na Póvoa de Santa Iria, instalada uma fazenda de alta tensão até Odivelas, para além de redes subterrâneas para reforçar as alimentações de energia

entre Senhor Roubado — Odivelas, Olival de Basto e Póvoa de St.º Adrião.

Na zona de Moscavide, Sacavém e Portela foram igualmente reforçadas as redes principais de alta tensão; na zona de S. João da Talha foi criada uma nova alimentação e completada a electrificação da freguesia de Santa Iria de Azóia.

Com os reforços das redes principais criaram-se condições para iniciar obras em curso ou em vias disso das redes para Bucelas, Lousa e Caneças e prosseguir as electrificações de Vale do Forno — Odivelas, Milharada — Loures, Espinhal e Aguiar — Unhos, B.ºs CAR — Zambujal e Camarate, Castelhana, Portela da Azóia, Moninhos, Qt.º de

Baixo, Tocadelos e ainda o reforço de Ribas de Baixo e Ribas de Cima.

Paralelamente a esta actividade — que dificilmente se pode considerar escassa para uma gestão de ano e meio tão atribulada como a que se viveu em Loures — a Câmara APU acompanhou a electrificação de novas urbanizações e dos bairros clandestinos.

No primeiro caso as infra-estruturas internas são da responsabilidade dos urbanizadores, cabendo à Câmara o reforço necessário para as servir.

Já nos bairros clandestinos o processo é diverso. As electrificações têm sido pagas pelos próprios moradores. Estes apresentam o projecto, os Serviços Municipais

acompanham o estudo e fazem o respectivo orçamento, avançando os moradores com uma entrada inicial de 50 por cento do custo. Uma vez lançada a obra os interessados vão comparticipando com o que é necessário, sem o que a electricidade não é ligada.

O controlo de todo este processo cabe às Comissões de Moradores de cada bairro e respectivas Juntas de Freguesia.

Como se vê, um processo de trabalho em que se recusam as obras de fachada (que talvez sirvam para caçar alguns votos no imediato mas que nunca colhem frutos no futuro); em que as responsabilidades são distribuídas pelas partes interessadas no processo; em que

Sabia que...

- A administração PS/Riço Calado (1977/1979) extinguiu os Serviços Culturais da Câmara de Loures?
- A mesma administração anulou expropriações feitas pela primeira Comissão Administrativa e destinadas ao alojamento de habitantes das barracas, escolas e outros equipamentos colectivos?
- Que no mesmo período a população do concelho perdeu cerca de 75 hectares de terrenos destinados a equipamentos colectivos a favor dos especuladores de terrenos e grandes urbanizadores?
- Que no mandato de 1977/79, Riço Calado centralizou em si todas as competências da Câmara não atribuindo qualquer pelouro aos quatro vereadores da APU?
- Que durante a gestão APU (1980/81) os pelouros de Edificações Urbanas, Higiene e Meio Ambiente e Equipamentos Colectivos foram distribuídos pelos vereadores do PS e PSD?
- Que o vogal do PSD eleito para os Serviços Municipalizados (na Câmara APU) em regime de permanência recusou o cargo oito dias depois de o ter aceite?
- Que os vereadores do PS e PSD (na Câmara APU) faltaram três meses consecutivos às reuniões do executivo, antes de se demitirem?

Quem tem telhados de vidro...

A actual Comissão Administrativa da Câmara de Loures, dominada pela aliança PS/AD, devia ter recordado o velho ditado popular antes de começar a atirar pedras aos vizinhos, no caso a APU.

Quanto mais não fosse para evitar partir os seus telhados, tão frágeis que não resistem à análise desapassionada dos factos.

Senão vejamos. Para além de todos os boicotes já aqui referidos e que constituíram a tônica geral da acção dos vereadores do PS e PSD na Câmara de Loures de presidência APU, cabe referir como «coroa de glória» a inacção do pelouro de Equipamentos Colectivos.

Para quem hoje se desdobra em acusações à gestão da APU quase se poderia dizer que se esqueceu do «telhado»... ou que já não o tem!

Para começar recorde-se que, dos 182 mil contos orçamentados para o sector de Equipamentos Colectivos (PS e PSD) os responsáveis apenas permitiram gastar cerca de 40 mil contos, grande parte dos quais em reparações realizadas por iniciativas das Juntas de Freguesia.

Descendo ao pormenor, refira-se o caso da construção de cemitérios nas Freguesias de Moscavide, Sacavém e S. João da Talha; a ampliação dos de Camarate, Frielas, Bucelas e Fanhões;

a aquisição de terrenos e elaboração dos respectivos projectos, bem como a construção de ossários no cemitério de Loures que não receberam a atenção dos responsáveis.

Certamente como medida

Dos 182 mil contos orçamentados para o sector de Equipamentos Colectivos, a cargo do PS e do PSD, os responsáveis apenas permitiram gastar cerca de 40 mil contos!

de pressão do novo método aconselhado por um desses responsáveis: «se os mortos não cabem deitados enterramos-nos em pé».

No sector das escolas a «acção» dos opositores da APU não foi melhor. Enquanto a instalação de alguns pavilhões pré-fabricados se processou de forma lenta e sem atender às necessidades, não foram tidas

em conta as escolas que se encontram instaladas (mal) em garagens e casas sem condições, como não se melhoraram as condições de escolas como a dos Bombeiros de Camarate; Jordão em Vila Morena — Fetais; Tojalinho, etc.

Como se isso não bastasse não foram iniciadas as escolas definitivas previstas no programa de actividades para o corrente ano, como as da Murteira, Salemas, A-das-Lebres da EDEC, em

Nem é preciso para o provar referir a transformação da Comissão Administrativa em Comissão Eleitoral do PS com o apoio complacente da AD.

Basta referir os cortes e reduções de verbas feitos em equipamentos que não foram construídos ou beneficiados como o Jardim de Infância em Frielas; parque infantil e creche no Bairro de Santiago, Camarate; parque infantil no Catujal; Centro Social com creche, posto médico e centro para a terceira idade em Bucelas; centros de terceira idade e posto médico em Frielas; creche no Bairro de Santo António, em Camarate; centro de terceira idade em Fanhões e Casalinhos; centro de terceira idade no Prior Velho; complexo desportivo na Pontinha/Santo Eloy, freguesia de Odivelas; piscina municipal em Loures.

Mesma sorte tiveram as verbas destinadas ao mercado de Sta. Iria da Azóia; à aquisição de terrenos para a reconstrução e ampliação do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Sacavém; para a aquisição de um imóvel para as forças policiais em Camarate e outros equipamentos para Lousa e Moscavide.

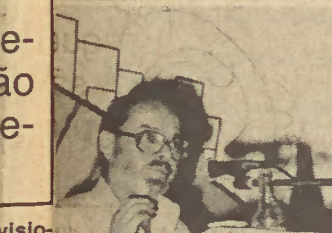
Não é contudo de excluir que com estes cortes ou reduções de verbas a aliança PS/AD pretenda apenas baralhar e tornar a dar, como quem chega disposto a abrir os cordões à bolsa...

O que não deixa também de ser significativo dos métodos que se propõem usar os que hoje prometem tudo e deixam atrás de si quase dois anos de total inoperância, em que os objectivos partidários prevaleceram contra os interesses das populações.

Dar a conhecer o que foram estes quase dois anos de gestão APU — o que fizeram os vereadores do Povo Unido e o que deixaram por fazer os vereadores do PS e da AD — será essencial para os resultados de dia 11 de Outubro.

Porque no domingo os eleitores de Loures têm de estar esclarecidos para votar e reforçar a vitória da APU que cumpriu e deve continuar.

são demonstrar que a «AD» não tem legitimidade para governar



assentavam as suas conclusões, a Comissão Permanente da Comissão Política do PS, informada por Eduardo Pereira, sobre os pretensos resultados das últimas eleições autárquicas, concluiu, textualmente, segundo o «Portugal Hoje» de 31.7.81: «Tais eleições confirmam uma descida geral da coligação «AD», ou dos partidos que a integram, bem como da APU, e atestam uma subida consistente do PS»...

Sem termos dúvidas da falsidade de tais conclusões, no que respeitava à APU e ao PS, resolvemos, contudo, analisar com a seriedade da responsabilidade de sermos o Partido da verdade, todas as 21 eleições para Assembleias de Freguesia, ocorridas em 1981, às quais concorreu mais de uma força política.

Para efeito de análise, e porque a «AD» ora concorreu como «AD», ora como PPD + CDS, ou só por intermédio de um destes partidos, quer em 1979, quer em 1981, tivemos, como disse, para efeito de análise (embora publicando, como o faremos, os resultados precisos de cada uma destas forças) de fa-

zer a soma algébrica dos resultados do PPD + CDS + AD. Os resultados dessas eleições e a análise matemática desses resultados, poderão ser fornecidos aos senhores jornalistas que como tal se identifiquem. Para analisar estes resultados, é necessário ter em conta que em regra, são menores as relações nas eleições suplementares para as autarquias, do que nas eleições autárquicas que se realizam simultaneamente em todo o País, como é regra também serem menores as votações nas últimas eleições referidas, do que nas correspondentes eleições para a Assembleia da República.

Portanto, o que é significativo num conjunto de eleições suplementares autárquicas, não é se um partido ou força política, perdeu no conjunto geral votos nas eleições suplementares de 81, relativamente às eleições de 1979, visto que necessariamente todos perdem. O que é significativo, é saber quantas vezes, e quantos votos, cada partido ganha, fugindo à regra geral da baixa. Quantos votos líquidos perde, e qual a percentagem dessa perda, relativamente

mente aos seus anteriores resultados. Qual a percentagem de votos que obteve, relativamente ao total dos votos dos partidos ou forças políticas consideradas para a análise, e como variou essa percentagem.

Dois critérios podem ainda usar-se para a análise, visto que nenhum partido concorreu, sempre e apenas, em 1981 às mesmas Assembleias de Freguesia a que concorreu em 1979. Se chamarmos critério 1, aquele que considera apenas, por cada partido ou força, os resultados das eleições em que esse partido ou força concorreu em 1979 e em 1981, as conclusões são as seguintes: a APU subiu de votação em 7 Assembleias de Freguesia 229 votos, o PS subiu apenas em 2 Ass. de Freguesia 35 votos e a AD (isto é PPD + CDS + AD) subiu apenas em 3 freguesias 150 votos. Quanto às perdas líquidas, que como disse é regra, a APU perdeu 1 283 votos e 21,8%, o PS perdeu 2 622 e 31,1% e a AD (PPD + CDS + AD) perdeu 3 167 votos e 33,7%.

Tendo em conta apenas o número de votos no conjunto destas três forças, (visto que as outras são, eleitoralmente, totalmente desprezíveis), a APU subiu a sua percentagem de 24,8 para 27,6%, isto é a sua percentagem subiu percentualmente 11,3%; o PS baixou a sua percentagem de 35,8 para 34,9%, isto é baixou 1,7% e a AD (PPD + CDS + AD) baixou a sua percentagem de 39,7 para 37,5%, isto é baixou 5,5%.

Tudo isto significa que se estas eleições fossem representativas de eleições gerais, e se nessas eleições se mantivesse apenas (como é possível) uma abstenção semelhante à das eleições de 1979, a APU teria uma grande subida, o PS uma pequena descida e a «AD» uma enorme queda eleitoral.

Se usássemos para análise o critério que nos quadros anexos se chama critério 2, isto é, comparando os resultados de todas as eleições, e considerando como perda quando se deixa de concorrer, e como ganho quando se concorre apenas em 1981, então as conclusões seriam ainda muito mais favoráveis para a APU, um pouco mais favoráveis ao PS e muito mais desfavoráveis à «AD».

A conclusão política geral, que se pode tirar das eleições suplementares realizadas para as AF em 1981, como se tiraria da análise para as eleições realizadas em 1981 para as CM, e que as eleições de

Loures vão, irrefutavelmente, confirmar é que: se a «AD» não tinha legitimidade para governar, porque, em 1980, utilizou, ilegítimamente, o poder para manipular a comunicação social, e desencadeou medidas demagógicas eleitoralistas que enganaram eleitores, mesmo assim obtendo, com uma minoria de votos, uma maioria de deputados; se a «AD» não tinha legitimidade para governar, por ter, estrondosamente, perdido as eleições de 7 de Dezembro, tendo antes declarado que se demitia do Governo se as perdesse; se a «AD», acima de tudo, não tem legitimidade para governar, porque governa contra a Constituição, e prossegue

um plano de subversão do regime; ainda menor legitimidade para governar, tem agora, que está demonstrado que se verificou profunda alteração na correlação eleitoral das forças, em seu desfavor, durante o ano de 1981.

Para nós, aqui em Lou-

res, como em qualquer outra parte do País, o inimigo não é o PS, é a «AD».

Desejariamos que os dirigentes do PS fossem capazes de fazer idêntica declaração, e actuar em conformidade, para, inequivocamente, demonstrarem que estão, agora e no futuro, ao lado das forças democráticas, e não e nunca mais, com as forças reacçãoárias da «AD». Infelizmente, os dirigentes do PS, a começar por Mário Soares, não podem ainda fazer tal declaração. Mas esperamos que num dia que não vem longe a tenham de fazer e façam.

(...)

(Carlos Costa em Sacavém, 4/10)

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO PERCENTUAL DA APU, PS, PPD + CDS + AD

ANÁLISE DA ELOQUAÇÃO PERCENTUAL 1979-1981					
	1979		1981		VAR. RELATIVA DA PERCENTAGEM d/b
	V. ABSOLUTO		V. ABSOLUTO		
	a	b	c	d	
1. COMPARÁVEIS					
APU	5 818	24,8	4 595	23,6	+ 11,3
PS	8 419	35,5	5 796	34,9	- 1,7
PPD + CDS + AD	9 395	39,7	6 228	37,5	- 5,5
TOTAL	23 691	100,0	16 619	100,0	
2. TODAS					
APU	5 916	23,8	4 666	27,5	+ 15,5
PS	8 510	34,5	6 047	35,7	+ 4,1
PPD + CDS + AD	10 369	41,9	6 228	36,8	- 12,2
TOTAL	24 804	100,0	16 941	100,0	

Nota: As percentagens de votos foram obtidas com base apenas no total de votos da APU + PS + (PPD + CDS + AD). Os critérios utilizados (1. e 2.) foram os mesmos que os utilizados para o quadro 1.

Análise dos resultados das eleições intercalares para Assembleias de Freguesia realizadas em 1981 em que concorreu mais que uma força política

FREGUESIAS	DATA	PCP/APU			PS			PPD/PSD			CDS			AD			PPD+CDS+AD			OUTROS		
		AF/1979	AF/1981	VAR.	AF/1979	AF/1981	VAR.	AF/1979	AF/1981	VAR.	AF/1979	AF/1981	VAR.	AF/1979	AF/1981	VAR.	AF/1979	AF/1981	VAR.	AF/1979	AF/1981	VAR.
SÉ PORTO - PORTO	15/7/81	1 312	644	- 668	2 368	1 350	- 1 018	—	—	—	—	—	—	2 487	1 165	- 1 322	2 487	1 165	- 1 322	—	—	—
NOGUEIRA	21/2/81	—	—	—	108	86	- 22	—	—	94	+ 94	—	—	121	—	- 121	121	94	- 27	—	—	—
S.ª MARIAVA - ZEZERE BAIXO - PORTO	12/5/81	318	402	+ 84	333	212	- 121	—	—	—	—	—	—	370	375	+ 5	370	375	+ 5	—	—	—
S.ª ANTONIO	12/4/81	—	—	—	184	184	0	—	—	943	+ 468	—	—	—	—	—	943	465	- 458	—	—	—
S.ª MARIAVA - ZEZERE BAIXO - PORTO	26/4/81	254	186	- 68	249	166	- 83	—	—	—	—	—	—	318	—	- 318	318	—	- 318	PRPD: 139	—	—
AMIAL	10/5/81	14	9	- 5	134	135	+ 1	272	238	- 34	—	—	—	—	—	—	272	238	- 34	—	—	—
MACEDA	17/5/81	147	204	+ 57	—	—	—	441	281	- 160	184	483	+ 299	—	—	—	625	764	+ 139	—	—	—
POVOA DE SANTA IRIA	17/5/81	1 711	1 339	- 372	1 211	970	- 241	—	—	—	—	—	—	763	661	- 102	768	661	- 102	86	86	- 21
S.ª MARIAVA - ZEZERE BAIXO - PORTO	24/5/81	66	78	+ 12	—	—	—	177	120	- 49	100	142	+ 42	—	—	—	277	270	- 7	—	—	—
MASCARENHAS	24/5/81	27	13	- 14	72	106	+ 34	252	183	- 69	102	93	- 9	—	—	—	354	270	- 78	—	—	—
PEDRODIO	31/5/81	50	53	+ 3	306	282	- 24	137	113	- 24	153	—	- 153	—	—	—	270	113	- 157	157	71	- 86
G. DO RIBATEJO	7/6/81	665	331	- 334	1 046	568	- 478	—	—	—	—	—	—	157	—	- 157	157	—	- 157	157	71	- 86
S.ª MARIAVA - ZEZERE BAIXO - PORTO	14/6/81	38	—	- 38	—	67	+ 67	110	116	+ 6	—	—	—	—	—	—	110	116	+ 6	—	—	—
ANDREADE	21/6/81	—	20	+ 20	205	254	+ 51	241	194	- 47	—	—	—	—	—	—	241	194	- 47	—	—	—
PAUL	21/6/81	203	233	+ 30	—	—	—	—	—	—	—	—	—	688	—	- 688	688	—	- 688	—	—	—
FRITOL	21/6/81	—	—	—	—	75	+ 75	170	165	- 5	—	—	—	—	—	—	170	165	- 5	—	—	—
DUAS IGREJAS	26/7/81	37	74	+ 37	282	235	- 47	—	—	—	—	—	—	510	—	- 510	510	—	- 510	—	—	—
ZEBREIRA	9/6/81	74	43	- 31	556	463	- 93	—	—	200	+ 200	—	—	234	—	- 234	234	260	- 26	—	—	—
FADIA GRANDE	16/6/81	—	51	+ 51	—	—	—	114	72	- 42	—	—	—	—	—	—	114	72	- 42	—	—	—
LAZARINHO	6/9/81	—	—	—	125	76	- 49	124	54	- 70	—	—	—	—	—	—	124	54	- 70	—	—	—
MIRAGAJA	13/6/81	974	986	+ 12	1 275	799	- 476	—	—	—	—	—	—	1 332	540	- 792	1 332	540	- 792	120	120	- 55
TOTAL DE VOTOS		5 818	4 595	- 1 223	8 418	5 796	- 2 622	—	—	—	—	—	—	9 395	6 228	- 3 167	9 395	6 228	- 3 167	—	—	—
TOTAL DE GANHOS		—	—	+ 1 223	—	—	+ 2 622	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL DE PERDAS		—	—	- 1 223	—	—	- 2 622	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL A.F. QUE CONCORREU		14	14	0	13	13	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—</						

Para nós, aqui em Lou-

O trabalho e o crime nas terras

A quem aproveitou o crime?

Esta seria uma pergunta que nos acudiria facilmente se se tratasse de um caso policial. E não será mesmo um caso de polícia? Numa breve viagem pelo Alentejo fomos ver: as vacas que morriam à fome, as estevas a crescer em terras abandonadas, barragens deliberadamente esvaziadas em tempo de seca, campos de regadio sem quaisquer culturas, olivais arrancados. A quem aproveita o crime?

Ao País e à sua economia? Aos trabalhadores? De certo que não. Nem aproveita directamente aos agrários responsáveis pela sabotagem, nem ao Governo dos agrários instalado em São Bento. A curto prazo não são eles que ganham. Mas apostam a longo prazo. Na desmoralização dos trabalhadores. No ruir da economia, que venha a impôr a desgraça e com ela «a necessidade de um Governo forte». Apostam no desemprego que torne os trabalhadores em escravos dóceis, dispostos de novo a ir às praças de jorna.

Os agrários que assim procedem — e é a maioria deles —, podem ser ainda acusados de incompetência. Muitos deles puseram pela primeira vez a bota em terra de cultivo. E a terra não lhes interessa. Apenas o lucro fácil e rápido. É assim que se acomodam aos milhares de contos que a cortiça dá. Não é necessário investimento, o lucro é grande e os sobreiros encarregam-se da maior parte da tarefa.

Enquanto a desolação se espalha nas melhores terras arrancadas às UCP's e Cooperativas e entregues de mão beijada a agrários antigos e modernos, Basílio Horta, o novo ministro do MAP — que ouvimos apelidar de Ministério da Agressão e Pilhagem —, dava recentemente uma entrevista a um semanário. Tal como

outros dos seus colegas procurava com palavras disfarçar a imagem de um Governo que é mais à direita ainda.

«Escrupulosamente cumprida», diz Basílio Horta, que vai ser a Lei Barreto. Má lei, toda a gente o sabe, mas que tem sido aplicada da pior forma e sempre em detrimento dos interesses da Reforma Agrária, sempre abrindo as portas a manobras fraudulentas, sempre abrindo caminho à corrupção. Diz ainda o ministro que também serão escrupulosamente cumpridas as acções do Supremo Tribunal Administrativo. E que serão reabertos os processos sempre que a lei não tenha sido respeitada.

Basílio Horta não se esqueceu de dar a entender escolhendo uma forma elegante (a seu ver) que Goulão estava implicado em ilegalidades. Aliás a «AD» inaugurou há muito o processo de lavar as mãos do que governos anteriores fizeram. A «AD» está sempre a começar... Pois bem, de qualquer modo o ministro actual diz que vai cumprir a lei. E os trabalhadores estão dispostos a pegar-lhe nas palavras. Diz-se disposto a dialogar. E os trabalhadores afirmam por seu lado que concordam se ele tiver como base o respeito pelas cooperativas.

Mas os trabalhadores não dão o seu aval às declarações de um ministro da «AD». Em 26 de Setembro, o Comité Central do PCP, na resolução aprovada durante a sua última reunião, afirmava: **Ante declarações e promessas demagógicas do Governo «AD» é necessário simultaneamente, por um lado, desmascarar firmemente a demagogia e os seus verdadeiros objectivos, por outro lado, exigir o seu cumprimento sempre que favorável aos trabalhadores, ao Povo português, à democracia.**

Assim, como exemplo — dizia ainda o documento aprovado pelo CC do PCP —, é de exigir desde já do Governo «AD» o cumprimento efectivo das declarações feitas acerca do cumprimento pelo Governo das sentenças do Supremo Tribunal Administrativo que anularam a entrega de reservas de terras roubadas às UCP's Cooperativas e das promessas de anulação das decisões ilegais.

Dias mais tarde, no último fim-de-semana, fomos ao Alentejo. Realizava-se em Évora, no passado sábado, mais um Encontro de Sementeiras Outono/Inverno. Aproveitámos para ver como vão as coisas: de um lado os agrários produzem a desolação, as terras estão abandonadas, as sabotagens sucedem-se; do outro, os trabalhadores, na terra ruim que lhes foi ainda deixada, esforçam-se por aumentar a produção, batalham contra o desemprego, continuam a investir. E sobretudo a lutar e a ter esperança. E a acreditar que não é o Governo «AD», com estes ou outros ministros, que vai resolver os problemas do país.

Não recusando o diálogo, os trabalhadores partem para ele de certo modo de pé atrás. Como dizia um delegado ao Encontro: «Se o ministro quiser ver o que se passa, que saia das suas alcáfitas e venha. Nem é preciso avançar muito pelo Alentejo dentro. Mesmo à beira de Lisboa já há muitos exemplos da sabotagem dos agrários».

Um outro delegado perguntava que crédito podia merecer um ministro que é ele próprio agrário absentista e possui terras arrendadas que se encontram ao abandono: as herdades da Barrada de Cima e da Barrada de Baixo, na Freguesia de Galveias, concelho de Ponte de Sor...

Os exemplos da sabotagem e os do trabalho

São muitas as herdades abandonadas. Ao longo da reportagem realizada no Alentejo damos conta de algumas — terras entregues a agrários que acolhem o mato, onde morre o gado, nas quais a fruta apodrece ou os olivais são arrancados. Durante o Encontro das Sementeiras Outono/Inverno, em Évora, mais exemplos foram divulgados. Aqui vão mais alguns:

No distrito de Évora — Herdades do Outeiro (200 ha), do Mourel (200 ha), do Rabagal (300 ha), do Vidigal (250 ha), do Oulheiro (250 ha).

Distrito de Beja — Herdades das Sesmarias (2207 ha), da Cortelgeira, Azinho de Baixo (250 ha) e Mealhada (regadio), Magalhães (300 ha regadio) Vale de Cura (160 ha regadio), Santo Isidro (580 ha regadio) Tramagueira e Canada, etc.

Muitas barragens e albufeiras abandonadas nos dois distritos: de Santo André (Montargil), de Vale de Moura (Évora), do Azinhalinho (Redondo).

Na passada sexta-feira deu-se conta de ter sido aberta a barragem da Herdade das Lages, entregue a Armando José Perdigão, que foi pertença da UCP «Flor do Alentejo» (Évora).

Distrito de Setúbal — Herdades de Serra dos Mendes (362 ha), de José Morgado Almeida, da Batalha (3200 ha), de Sócios Lança, Lda., do Batão (468 ha), de Mendes Pinto, da Freixeira (474 ha), de António José Filipe,

do Zambujal (700 ha), de Manuel Vinhas.

Abandonada a barragem da Freixeira, em Grândola.

Contraste

Por contraste, propõem os trabalhadores o cultivo de todas as herdades abandonadas, a construção de barragens há muito propostas: Alqueva, Vioia, Rouxo, Veiros são alguns exemplos.

Ainda em contraste com a «actividade dos agrários»: a área cultivada nas terras das UCP's e Cooperativas aumentou 3 vezes. Desbravaram-se 140 mil hectares. A taxa de ocupação cultural cresceu ao ritmo de 29 por cento ao ano.

No ano agrícola de 79/80, as UCP's produziram 231 mil toneladas de cereais — 2,5 vezes mais que os agrários. A área de regadio semeado aumentou em 12 700 hectares e as forragens em quase 40 mil hectares.

A Reforma Agrária aperfeiçoou o cultivo de diversas culturas como o arroz, o milho regadio, o tomate. Introduziu novas culturas, como o tabaco. Apesar do roubo de 214 500 cabeças de gado, a pecuária é ainda superior em 28 por cento da que existia no tempo dos agrários. Nas UCP's e Cooperativas obtêm-se os mais altos níveis de rentabilidade de trabalho agrícola — 240 contos por trabalhador.

Quem desmente estes números?



Sabotagem, desemprego, desolação nas terras entregues aos agrários

Uma das vacas ainda estremece ligeiramente, deitada, os ossos quase a furarem o couro que lhe tapa os últimos sopros de vida. Mais adiante é a carcaça inchada de uma outra vaca, que morreu há pouco e que provavelmente ainda nesse dia o agrário mandaria queimar. Na cerca, meia-dúzia de animais mantêm-se de pé nas magras pernas, nem viram para nós os olhos mortícios. Vão morrer em breve. O desgosto — e também a ira — é visível nas faces dos dois camaradas que nos acompanham. São trabalhadores da Reforma Agrária. E estamos nas terras arrancadas à Cooperativa Progresso, na herdade do Vale (Landeira), entregue com uma manada de gado bovino pelo Governo «AD», em 1980, ao agrário Castro. Dias antes, o Secretariado das UCP's e Cooperativas Agrícolas do Concelho de Vendas Novas publicara um documento acusando o agrário de ter deixado morrer à fome «por negligência, desinteresse e incompetência 42 vacas de reprodução e 10 vitelos». Alertava ainda: «Se não forem tomadas as medidas necessárias e convenientes dentro de poucos meses as restantes cabeças de gado morrerão. No princípio enterravam-nas; ultimamente para não terem o trabalho de abrir as covas queimam-nas».

Nós vimos a conta aumentar. E à hora em que escrevemos este texto, quantos animais teriam morrido? E as medidas «necessárias e convenientes», quem as toma?

Ao nosso lado, o camarada Joaquim Estroia, do Secretariado das UCP's de Vendas Novas, comentava: «Num concelho tão pequeno, tanta barbaridade! Gado a morrer, água que não é aproveitada, alqueives que não são feitos. Se aqui é assim, que fará no Alentejo todo!».

E dá um exemplo do comportamento dos agrários:

«A azeitona, por exemplo: protestaram com a geada negra, mas nas cooperativas não houve. Não apanharam a azeitona e pediram o subsídio. E o Governo ainda se deu ao luxo de lhes dar subsídio».

Damos a volta à cerca onde as vacas definham. Ninguém. Uma malhada de porcos — uma pocilga construída em cimento e tijolo — está vazia. José Inácio Pinto, um camarada que trabalha na UCP/Estrela da Manhã e nos acompanha também, estende um dedo para o interior do curral onde se encontram três vacas: «Aquele ali ainda se recuperava. Mas não aqui, assim».

Porque deixa o agrário Castro morrer os animais?, perguntámos. Inácio Pinto dá a sua opinião: «Incompetência», diz.

«Incompetência em gerir a agricultura» — sublinha Estroia. «Eles tiram a cortiça, os milhares de contos chegam-lhe».

E aponta-me o documento

do Secretariado das UCP's de Vendas Novas. Lemos:

«Ao agrário Neto foram-lhe oferecidos pelo Governo «AD» 1100 hectares de terra e não faz nenhum regadio. No entanto, a Cooperativa «Sol Nascente» destruída totalmente (tinha cerca de 200 trabalhadores) ainda em 1980 fez nos mesmos terrenos cerca de 40 hectares de regadio. O agrário Neto não fez regadio porque não quis trabalhar, pois os agricultores e nomeadamente a Cooperativa «Nova Esperança» cujas terras fazem extrema com as dele, fizeram rega-

dio, todos eles servindo-se da ribeira de Canha».

«A gente já tinha avisado, antes mesmo de eles começarem a receber as reservas, que não era gente que as fosse trabalhar. O que eles estão a fazer é a pôr tudo num caos. Não fazem regadio, não fazem absolutamente nada».

São palavras amargas, mas que contêm o essencial da verdade. O camarada Pinto adianta ainda: «Andaram à porrada aos trabalhadores para lhes arrancarem a terra e a darem aos agrários, e eles deixam-na assim e o gado a morrer à fome!».



É a desolação e a morte nos campos, quando os agrários tomam conta das terras. Estas imagens, que indignam os trabalhadores da Reforma Agrária, já não os espantam. Fazem parte do caos que todos os dias observam: o gado morre ali mesmo ao lado, como uma provocação ao trabalho. Acontece, por exemplo, em Vendas Novas, na reserva do agrário Castro

É isto a política do País?

Vamos mais adiante, encontrar trabalhadores da «Estrela da Manhã». Passámos junto às terras da «29 de Outubro». O gado pasta, tem o pelo lúcido. O Alentejo parece hoje uma manta de retalhos. De um lado terras boas abandonadas ao mato, gado a morrer. Ao pé, gado que pasta, terras de má qualidade trabalhadas pelos homens e mulheres da Reforma Agrária. Passámos um pomar que mais parece uma pequena selva:

«Eles dão sempre a desculpa da seca. Mas venham ver os regadios das cooperativas. São pequenos, é o que eles deixaram. Mas estão bem tratados. A produção pode não ser muita, mas é alguma. As cooperativas têm mais dificuldades que os Castros, mas a gente trabalha e interessa-se pela economia do País!».

Olhámos o pomar. O mato cresce entre as árvores, toneladas de fruta amontoam-se no chão. «É isto a política do País?».

Ali à beira, numa terra entalada entre as reservas dos agrários, um campo de tomate. Quatro homens cur-



Terras de agrários: matagal e desemprego, com o patrocínio da «AD»

vam-se para o chão. Trabalhavam.

Interrompemos um pouco o labor. Francisco Luís Pegas foi quem tratou do pomar que vimos ao abandono. Diz-nos:

«Mil e tal contos que ficaram lá enterrados. Para eles foi só colher. A gente tratava daquilo, os camaradas engenheiros acompanhavam connosco, aconselhavam, fizemos um bom tratamento do pomar. Quem o conheceu não pode agora ver isto assim. Isto é o tratamento

deles. A gente dava a 'cura' em Janeiro. Eles nem isso fizeram. Aquele fruta no chão está toda bichada. A gente mexia as terras, eles nunca mexeram. Não venham agora falar em temporais, que os temporais quando vêm é para todos e isto não se vê nas terras das cooperativas».

«A meu ver», respondeu-nos este camarada quando lhe perguntámos o porquê desta situação de caos, «a meu ver eles não querem pagar salários e põem ali gente que não é competente. Quando isto era tudo da cooperativa trabalhavam aqui cem pessoas, a maior parte nas terras que foram roubadas. Agora eles têm aí dez pessoas, quando têm. E não lhes falta água. A barragem é agora deles».

O desemprego

Mas o caos não fica por aqui. O desemprego alastra. Mais de 80 mulheres estão no desemprego na «Estrela da Manhã». É o panorama repete-se pelo Alentejo fora, apesar dos esforços dos trabalhadores das UCP's e Cooperativas. Desapossados dos regadios, de Inverno escasseia o trabalho em que as mulheres podem ser empregues. «Conseguimos ain-

da distribuir o resto do pessoal pela Cooperativa, mas isto custa-nos muito a aguentar. Enquanto há gente no desemprego, há nas reservas vinhas e pomares que se podiam trabalhar. Daqui a dois ou três anos tudo isto morre».

«Mas o ministro Basílio Horta disse que vai rever os processos. Repor a legalidade», adiantamos.

«Demagogia! É promessa, é palavras», responderam-nos. «Se ele quisesse tinha muito por onde começar. Podia começar logo por Vendas Novas. Começava já aqui e ainda se salvava muita coisa. As árvores têm raízes no chão. As vacas é que não têm raízes, essas acabou-se».

«Se o ministro quisesse ver, tinha muito para ver. Tinha para ver que os agrários governam-se com a cortiça e com os créditos. O Governo dá-lhes créditos, dá-lhes empréstimos. Uma reserva entregue na Cooperativa «Sol Nascente», que foi destruída, dada a um tal Bernardo, concederam-lhe um empréstimo para investir. Ele investiu... num restaurante em Pegões!».

Enquanto estes escândalos se somam, as cooperativas acumulam dificuldades. Visitámos no final os escritórios da «Estrela da Manhã».

As anteriores instalações foram-se com uma reserva. Os trabalhadores tiveram de comprar uma fazenda e aí construir novas instalações centrais. Investimento de 2200 contos em dois hectares e meio, um barracão oficina, escritórios.

A Cooperativa tinha 6500 hectares. Hoje tem apenas 2 mil. Nas 12 reservas que foram arrancadas, só uma se pode considerar com algum cultivo.

Mesmo com terra má, continua a avançar-se. A investir, a construir, a preparar o futuro em que o desemprego voltará um dia a ser banido e dessa vez definitivamente. Mas apesar das promessas do Governo, os obstáculos são quotidianos. No escritório deram-nos a ler uma resposta a um pedido de licença, por parte da Cooperativa, de abate de alguns pinheiros bravos para construção de celeiros e armazéns. O escritório vem da Direcção Geral de Ordenamento Florestal de Évora, organismo do MAP. Recusa o corte dos pinheiros porque «a situação das Cooperativas e UCP's não se encontra definida». Ali perto, porém, um olival de boas árvores foi completamente arrancado pelo reservatório.

A Reforma Agrária é ilegal? Ou o crime?

da Reforma Agrária

Encontro em Évora

Os trabalhadores da Reforma Agrária querem continuar a produzir!

Com a presidência do camarada Arraiolos decorreu no sábado passado em Évora, no Teatro Garcia de Resende, o Encontro Regional de Culturas de Outono/Inverno 81/82. «Defender a Reforma Agrária com as UCPs/Cooperativas, continuar a produzir» era o lema que animava a sessão que encheu de delegados, homens e mulheres trabalhadores do Alentejo e Ribatejo, a sala onde tantas vezes vimos debater uma questão nacional, onde tantas vezes vimos afirmar uma certeza: a Reforma Agrária continua, vai avante apesar dos ataques e dos perigos.

Novos perigos pairam sobre esta conquista da revolução, re-sultantes da anunciada política do 2.º Governo Balsemão, como anuncia a intervenção lida por Francisco Caixinha, em nome

da comissão organizadora: Os trabalhadores agrícolas do sector privado vêm as suas condições de vida degradarem-se: ausência total de uma política de apoio e in-

centivo à produção; aumentos brutais e sucessivos dos preços dos factores de produção, designadamente dos adubos, rações e gasóleo; a inexistência de uma política de escoamento e de preços de garantia à produção, estimulando-se os grandes intermediários parasitas e balcanizando os preços pagos ao produtor enquanto simultaneamente sobem no consumidor; política de crédito com taxas de juros incomportáveis; nenhuma medida face à seca e à geada; ausência de apoio técnico; tentativa de desmantela-

mento de organismos públicos de coordenação económica, como a EPAC. Destruição da Reforma Agrária, abandono das terras pelos agrários que praticam a sabotagem económica; cerco financeiro às UCP's e Cooperativas Agrícolas; agravamento das ilegalidades e da corrupção; desrespeito sistemático pelas decisões do Supremo Tribunal Administrativo. Atraso e bloqueio à publicação dos contratos colectivos de trabalho e das portarias de extensão do trabalho rural, desemprego, miséria.

Esta política diz após o balanço feito tem que terminar para bem do povo e do país.

Abaixo o Governo 'AD'

«Pelo aumento da produção! Fim ao desemprego! «Acabar com a sabotagem dos agrários!» Continuar a Reforma Agrária! Abaixo o Governo 'AD'! Por um Governo democrático!» «Eleições antecipadas!» «Aplicação das decisões do tribunal! Fim das ilegalidades! Devolução das terras às UCP's e Cooperativas».

Palavras de ordem inscritas nos panos que ornavam a sala, eram palavras de ordem que vinham também, como exigências, nas intervenções dos muitos homens e mulheres que desfilarão na tribuna, vindos de todos os cantos do Alentejo e Ribatejo.

Uma dezena de intervenções não tiveram tempo de ser produzidas. Mas todas as que ouviram faziam graves acusações à política do Governo e anunciavam a firmeza dos trabalhadores em prosseguir apesar de tudo.

Um documento — o primeiro a ser aprovado, por unanimidade e aclamação — lido pelo camarada Saraiva, e no qual se acusa o Governo de ter pretendido «aproveitar a seca e as geadas para dar um esticão na corda que a agricultura nacional tem ao pescoço dizendo ao mesmo tempo que está a dar o remédio miraculoso para os males de que ela padece», põe a nu a po-

lítica demagógica da 'AD' quanto aos subsídios anunciados, ridículos, quando nenhuma medida correcta foi posta em prática no campo da comercialização e preços para combater eficazmente a especulação, ao mesmo tempo que todos os factores de produção subiam.

O que o Governo AD/Balsemão está a fazer à agricultura nacional é um verdadeiro crime. As UCP's/Cooperativas roubam-se as terras, os gados, as máquinas, a cortiça, os adubos, as sementes, e entregam-se a agrários para que estes deixem as terras ao abandono. O único fíto do Governo 'AD'/Balsemão é a destruição pura e simples das Unidades geridas pelos colectivos de trabalhadores.

Exigências e diálogo

Os trabalhadores da UCP's/Cooperativas não fazem só

«Andaram à porrada aos trabalhadores para nos arrancarem a terra e a darem aos agrários, e eles deixam-na assim e o gado a morrer à fome!»

«Mil e tal contos que ficaram lá enterrados (no pomar). Para eles foi só colher. A gente tratava daquilo, os camaradas engenheiros acompanhavam connosco, aconselhavam, fizemos um bom tratamento do pomar. Quem o conheceu não pode agora ver isto assim»

«Se o ministro quisesse ver, tinha muito pra ver. Tinha pra ver que os agrários governam-se com a cortiça e com os créditos. O governo dá-lhes empréstimos, dá-lhes créditos. Uma reserva entregue na Cooperativa Sol Nascente, que foi destruída, dada a um tal Bernardo, concederam-lhe um empréstimo para investir. Ele investiu... num restaurante em Pegões!»

exigências, diz-se ainda no documento aprovado. Desde que iniciaram a Reforma Agrária os trabalhadores têm vindo a desenvolver um enorme esforço para o aumento e melhoria da produção, propondo-se a continuá-lo com mais força. Daqui afirmamos que vamos empenhar, nas próximas sementeiras, o nosso esforço colectivo, para procurar produzir nacionalmente o mais possível, manter os nossos efectivos pecuários e se possível aumentá-los e assegurar o máximo de postos de trabalho.

Depois de apontar algumas medidas organizativas que se impõem para levar a cabo o esforço que pretendem no caminho do sucesso de toda a actividade, o documento sublinha ser inegável o esforço patriótico dos trabalhadores, agricultores e técnicos da Reforma Agrária, contrariamente à política agrícola

la ruínosa dos governos de direita e à política de abandono e sabotagem pelos agrários.

O segundo documento aprovado — com uma abstenção — sublinha: O Encontro confirma as sucessivas propostas feitas anteriormente e reafirma a disposição do diálogo dos trabalhadores com todos os órgãos de soberania com base no respeito pelo prosseguimento da Reforma Agrária com as UCP's/Cooperativas pelo cumprimento da lei e da Constituição da República Portuguesa, tendo em conta alguns princípios fundamentais.

Garantia pelo respeito das UCP's/Cooperativas, pelo seu modo de organização e de trabalho e criação de condições de estabilidade em torno das mesmas; execução dos acordos do STA com devolução das terras e bens usurpados ilegalmente; reabertura dos processos de reservas contestadas por ilegais pelas UCP's/Cooperativas e anulação das mesmas — são alguns dos princípios exigidos para o diálogo. Outras exigências dizem respeito ao cerco financeiro de que as UCP's são vítimas, ao respeito pelos compromissos por anteriores governos quanto à questão da Previdência e Fundo de Desemprego, quanto ao crédito agrícola de emergência.

Exigindo ainda que o Estado pague as UCP's/Cooperativas valores — benfeitorias, subsídios, cortiça — que orçam os 12 milhões de contos, ao mesmo tempo que propõe um Encontro de Contas, os trabalhadores reunidos em Évora repudiam, por outro lado, a revisão da lei Barreto nos termos anunciados pelo ministro Basílio Horta, que procura fazer uma lei ainda pior, que permitiria à 'AD' acabar com a Reforma Agrária.

Os latifúndios — afirmaram os trabalhadores — têm de ser eliminados de vez dos campos de Portugal! A Reforma Agrária tem de se realizar!

com as melhores terras entregues aos agrários, se avançou para a pecuária, para as barragens.

A barragem está quase pronta. Só um lençol de água, no fundo, anunciava que, um dia destes, vai haver lá água que chegue. O camarada estende o braço, abarca o horizonte e o futuro, lembra-se dos hectares desbravados, das lutas, das casas agora abandonadas no «condado das águas», terra que o agrário recuperou, e diz com o legítimo orgulho que mostrou quando nos fez visitar as instalações da cooperativa e chamou ao supermercado o 1.º do distrito:

«Isto aqui tudo à volta vai ser regado. Olha só o que se pode produzir!»



Centenas de delegados, vindos de todo o Alentejo e Ribatejo, seguiram com atenção os trabalhos do Encontro. Decidiram continuar o esforço na defesa da Reforma Agrária. Concluíram também que não é o governo «AD» que pode resolver os problemas do País

Realizações, trabalho, esperança na terra de quem a trabalha

O Alentejo é hoje terra de contrastes. De um lado a boa terra, muita dela desbravada à custa do suor e do empenhamento dos trabalhadores, e que agora foi entregue ao mato e ao abandono pelos agrários. Do outro a terra que permanece na posse de quem a trabalha, onde se investe e se combate pela produção contra o desemprego, pelo futuro, com esperança.

Nesta breve viagem que fizemos abundaram exemplos de um e de outro caso. Mas ocupemo-nos do esforço, do trabalho e da esperança, que é daí que vem o pão.

Já em Vendas Novas, os camaradas nos dizem: «A maioria dos trabalhadores não tem o espírito perdido apesar das dificuldades. Os trabalhadores estão na disposição de voltar às terras porque sabem que é a única maneira de sobreviver, de garantir trabalho, emprego, desenvolvimento. A grande preocupação que se vê é esta: será que eles ainda nos tiram mais? Cada vez que um governo entra, é assim que tem feito. Mas a gente quer a Reforma Agrária, queremos continuá-la!»

Mais tarde, chegados no intervalo de um plenário da UCP «A Luta é de Todos», em Mora, ouvimos os camaradas discutindo formas de minorar o desemprego, de recuperar dívidas não pagas. Elegeram também 10 delegados ao Encontro que no dia seguinte ia realizar-se em Évora para tratar da questão das sementeiras Outono/Inverno. Apesar de as mulheres da UCP estarem no iminência de desemprego, elas lá estavam todas, participando no plenário, contribuindo para a resolução dos problemas da Reforma Agrária. A certeza de que, mais tarde ou mais cedo, dias melhores chegarão, podia respirar-se na sala do velho cinema, instalações que são hoje da UCP. Uma parte das instalações são ocupadas por mais de 20 famílias expulsas da «Herdade da Chaminé» quando a reserva foi entregue. Essas famílias, que tinham mais de 20 anos de trabalho, na casa do antigo agrário que voltou à posse das terras, foram recolhidas pelos seus camaradas. A solidariedade na Reforma Agrária não é palavra vã.

Nessa noite, depois de uma visita à UCP Brotense, fomos encontrar-nos com os camaradas da «ALuta é de Todos». Vimos o grande parque de máquinas, o supermercado da UCP, o talho, os vastos armazéns, o bar onde aquela hora se bebia um copo de convívio, os escritórios onde ainda se trabalhava. À volta de uma mesa conversámos. Estava o camarada Valentim, responsável pelas finanças e pessoal e também delegado sindical, o camarada Joaquim Pedro, responsável pelos gados, máquinas, regadio e comercialização; José Coelho, responsável pelas oficinas, membro do secretariado concelhio das

UCP's e Cooperativas. É este quem nos fala do Encontro de Évora:

«É mais um Encontro com um grande interesse. Aqui fez-se trabalho preparatório, não só para chegar a uma orientação em relação às sementeiras, mas exprimindo a preocupação em relação à ofensiva contra a Reforma Agrária».

O camarada Valentim adiantou: «Também foi dada uma informação sobre a situação da cooperativa e das perspectivas. Vai haver problemas de desemprego para as camaradas mulheres e assim foi informado».

«Qual foi a reacção dos trabalhadores?», perguntámos. «Não foi novidade. As camaradas conhecem os problemas e aceitaram a solução proposta. Não há outra maneira. O grosso do trabalho das camaradas era o regadio; no Verão há sempre trabalho e, quando há regadio também há trabalho no Inverno. Enquanto não houve reservas, não houve problemas de desemprego. Mas as trabalhadoras que vão para o desemprego, não esqueçamos que trabalharam ao nosso lado para erguer tudo isto. Mesmo que consigam trabalho fora têm de manter regalias, manter rações».

«Que regalias?». «Para além do salário, os trabalhadores podem comprar alguns produtos mais baratos, há também alguns que podem receber gratuitamente — do que se produz —, são pequenas regalias, como por exemplo empréstimo de máquinas por número limitado de horas, etc.»

Diversificação das culturas «Mas porque não encontram as mulheres trabalho nos regadios entregues aos reservatórios?»

É José Coelho quem responde:

«Vou dar um exemplo: a cooperativa tinha cerca de 200 ha de regadio que foi de novo entregue à administração das Misericórdias. Nós propusemos à Comissão Administrativa da Misericórdia que arrendasse os terrenos à Cooperativa. Mas preferiram arrendar a um outro indivíduo que a subarrendou a seareiros. Ali trabalhavam cerca de 200 mulheres. Os seareiros empregam talvez aí umas dez e preferem ir buscar gente a outro lado. Além disso não estão interessados em diversificar as culturas. É só o tomate que lhes interessa».

E continua: «Toda a zona da Chaminé e

Molta foi entregue em reservas ao Pereira Caldas de Almeida e outros. Ele já tinha uma reserva que doou a um filho. Havia 150 ha de regadio. Hoje, a seara que fazem, para não terem encargos com pessoal, é só arroz. Nós, além do arroz, cultivávamos tomate, tabaco, milho».

Perspectivas

«E as perspectivas?». Joaquim Pedro adianta: «A Cooperativa continua com as contas equilibradas e até hoje os saldos são positivos, apesar dos ataques. Mas a previsão, depois de nos tirarem as reservas, já não é tão favorável, embora as contas continuem equilibradas. Apesar de nos não darem o dinheiro da cortiça, que continua retido, continuamos a

investir, sobretudo em melhoramentos fundiários — desbravamento de matos, pequenas albufeiras. Tudo sem apoio do Estado, nem financeiro nem técnico».

«Virámo-nos sobretudo para a pecuária: construção de estábulos de gado leiteiro e de engorda. Temos os melhores aproveitamentos possíveis em pequenas parcelas de terrenos rentáveis para produzir forragens para silagem e alimentação em verde. Estas parcelas, de 22 ha, foram compradas pela UCP a um pequeno agricultor da zona».

E num desabafo: «Podem escrever que esta direcção convida mesmo o MAP a visitar esses terrenos e estábulos para se certificar se nós sa-

bemos ou não administrar as terras».

«Comprámos em 1977, 29 vacas leiteiras e presentemente já temos 100 crias dessas vacas. As instalações foram todas construídas pelos trabalhadores, desta UCP, com apoio técnico de um engenheiro agrônomo ao serviço da UCP. Um outro estábulo para crias de engorda, em parcela de sequeiro, onde não existia uma gota de água, ficou beneficiado pelos trabalhadores que descobriram um poço de 7 metros de fundo por outros 7 de diâmetro. Cheio de água! Da para abastecer o estábulo de 200 novilhos de engorda e para dispensar a pequenos agricultores da zona que têm tido dificuldades no ano seco».

A conversa arremata-se: «De

1978 para cá, apesar de tudo, investimos. Em instalações, obras, etc., foram investidos cerca de 12 mil contos! E continuamos!».

Esta imagem de confiança e de trabalho iria repetir-se na UCP de Brotas, onde falámos com um membro da direcção, Joaquim Coelho dos Santos. A UCP tem cerca de 5 mil hectares e as melhores terras já foram em reservas (cerca de 2 mil ha). A primeira imagem que nos dá é a de uma certa incerteza: o ano que foi mau, a cortiça que não pagam, apesar de haver compradores. Mas as obras sobrepõem-se aos sentimentos. E as obras foram muitas e são muitas. Na sala de reuniões da Cooperativa, antes de termos com os próprios olhos o que

está feito, diz-nos Joaquim Coelho dos Santos que já se tomaram de renda 475 ha para pastagem, olival, pão. Que foram gastos mais de 2 mil contos numa ceifeira, dois tractores, diversas alfaias, duas máquinas adquiridas sem qualquer linha de crédito. Que se constrói uma barragem que vai dar para regar 60 ha de terra.

«Se encher, se chover», diz o camarada, o o optimismo de quem tem visto tantos ataques à Reforma Agrária que mais um, da parte da Natureza, não o espantaria.

E fomos de viagem visitar as obras da barragem! Pelo caminho vão-nos contando. Ali as mulheres não partem, apesar de o mau ano não ter assegurado o pleno emprego. Também ali,

Confraternização e esclarecimento Festa na «1.º de Maio» do fim do ano agrícola

— Esperemos que esta chuva não estrague a festa!

Não era bem chuva a sério mas uns esparsos pingos que durante toda a manhã, intermitentemente, foram salpicando o vasto recinto de terra batida circundado pelas instalações do Monte Camões. De qualquer modo, o recado do trabalhador da «1.º de Maio» não era destituído de razão: depois de um ano de seca, não tinha piada nenhuma a Festa do Fim do Ano Agrícola se estragada precisamente por essa chuva que, durante meses e meses, tanta falta fizera!

Não, a chuva não veio. A pouco e pouco foram chegando, sim, automóveis e camionetas com pessoas, umas de perto, outras de bem longe (de Lisboa, das Beiras), gente de variadas idades e profissões, uns movidos pela curiosidade de ver de perto como é a Reforma Agrária, outros pelo desejo de, no contacto directo e de viva voz, dizer aos homens e mulheres da «1.º de Maio», e através deles a todos os trabalhadores da Reforma Agrária, «Para a frente, amigos, estamos convosco!»

E a festa, no fundamental, acabou por ser isso mesmo: o pretexto para um domingo de camaradagem e confraternização entre os trabalha-

dores da cidade e do campo, entre os operários agrícolas do sul e os pequenos agricultores do norte. E também uma jornada de esclarecimento. E certamente, acima de tudo, uma afirmação de confiança no futuro da Reforma Agrária — uma afirmação de confiança no futuro do Portugal de Abril.

Coisas para ver e contar

O Monte Camões, perto da barragem do Maranhão, a poucos quilómetros de Avis, é o «coração» da cooperativa «1.º de Maio». Para quem vem de fora há muita coisa para ver, muita coisa para contar — histórias de rir e de chorar, histórias de espantar...

Os trabalhadores da Cooperativa não se fazem rogados: põem-se à frente dos grupos de forasteiros, elevam a voz, percorrem os campos, os estábulos, as casas, ciceroneando com orgulho os seus locais de trabalho, pelo seu próprio trabalho mantidos e cuidados. «Para que todos possam ver o que nós fizemos em cinco anos!» Legítimo e desculpável orgulho.

Na moderna sala de ordenha mecânica, um casal de beirões, trabalhadores do campo sem dúvida, peque-

nos agricultores decerto, admiram a limpeza das instalações e a higiene com que tudo é feito, espantam-se com a informação de que dali seguem diariamente três mil litros de leite para Lisboa — e a mulher, sem olhar, murmura para o companheiro: «Isto aqui já é o socialismo!» E ele, pós bem assentes na terra: «O socialismo não é ainda, mas uma promessa é concerta!».

Coisas para ver. Mas também coisas para contar: de como a propriedade, antigamente, era utilizada pelos latifundiários Barreiras apenas como coudada para caçadas e banquetes, a que não faltavam o Marcelo, o Tomás e outros; de como então os trabalhadores eram ignorados, espezinhados, ofendidos e explorados; de como, na casa dos ex-patrões (que eles não viviam aqui, olha quem, era apenas uns templos de vez em quando) hoje tudo está como dantes, limpo e bem conservado — só que os ocupantes são antigos escravos libertados; de como, nas mãos dos trabalhadores, as vacas leiteiras passaram de duas para 400, e o total das cabeças de gado de 4 mil para 15 mil; de como os velhos já não mendigam pelas ruas e os miúdos já não vagueiam sem eira nem beira, porque há lares para a ter-

ceira idade, creches e escolas.

O caminho da luta

Já sem ameaças de chuva, nem mesmo os pingos matinais, o convívio avançou pela tarde. Dos pastos da Cooperativa tinham vindo a vaca e as ovelhas imoladas ao indomável apetite de um domingo de festa no campo; do Barreiro veio a banda, e de S. Romão (Serra da Estrela), das Eiréiras (Montemor-o-Velho) e de Benavente vieram os ranchos. Até que chegou a hora de, em palavras mais formais, falar de todas essas coisas sérias de que, afinal, ainda que muitas vezes sorrindo, se conversa durante todo o dia.

O primeiro a discursar no palco improvisado foi José Luís, presidente da Cooperativa, que durante todo o dia andara numa roda-viva, um abraço aqui, um dedo de conversa ali, um problema urgente para resolver agora, «um copito aqui com a malta» logo a seguir.

Agradeceu a solidariedade dos que vieram de fora, elogiou a unidade e o trabalho esforçado, este ano particularmente duro, dos homens e mulheres da «1.º de Maio», sublinhou que a seca só tinha culpas no mau ano agrícola porque os governos «AD» nunca fizeram nada

para que assim não fosse. E alertou contra a demagogia: o ministro da Agricultura diz que quer dialogar, mas «na semana passada estivemos em vários departamentos do MAP e o que lá nos disseram foi que a lei da Reforma Agrária tinha que ser alterada, e antes ainda é preciso alterar a Constituição». Será esta a base do «diálogo»? José Luís recorda: «Não me esqueço que um dia o anterior secretário de Estado Goulão nos disse que a única coisa que havia a fazer, e havia de ser feita, era devolver todas as terras da Reforma Agrária aos antigos donos». Só há, pois, um caminho: a luta.

A «nossa» Cooperativa

Também de luta em defesa da Reforma Agrária falou o camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, que antes de abordar aspectos importantes da situação política e da actualização antidemocrática e antipopular do governo «AD», à luz das recentes decisões do CC, se dirigira àqueles que, eventualmente, estranhassem o facto de um dirigente comunista discursar numa festa como aquela. E foi muito claro: pois não é o PCP o único grande partido nacio-

nal que desde a primeira hora está com a Reforma Agrária? Não educa o Partido os seus militantes na defesa intransigente da Reforma Agrária? Não eram comunistas Caravela e Casquinha?

Depois da intervenção de Joaquim Gomes — o momento político culminante do dia — a festa continuou. E à noite houve baile. Aos poucos, entretanto, os que tinham vindo de longe foram abalando para as suas terras. Cansados e ao mesmo tempo satisfeitos. E também, certamente, evocando as palavras com que José Luís, do alto do palco, os saudara:

«Bem-vindos à nossa Cooperativa, amigos. E quando digo *nossa*, digo *nossa* mesmo, porque entendemos que esta terra não é só de quem a trabalha, mas é de todos os que estão com a Reforma Agrária, de todos os que estão com Abril, de todos os democratas. Os trabalhadores da Reforma Agrária não querem a terra para si, porque a classe operária não é egoísta. Queremos a terra para dar pão ao povo, a todo o povo, queremos a terra para servir os portugueses e para construir no nosso país uma sociedade sem exploradores, uma sociedade mais feliz!»



Internacional

Conferência Interparlamentar Cada vez mais visível o isolamento do imperialismo

● Rupturas no seio do mundo capitalista quanto à política agressiva de Reagan

As minhas palavras talvez não agradem a alguns, mas não têm a intenção de ferir ninguém; limito-me a expressar, com franqueza, os meus pontos de vista, partindo de factos que considero objectivos e não posso omitir a opinião que me merecem determinados governos e políticas. Quando o faço, não critico povos, mas governos e os que estejam em desacordo terão todas as oportunidades para, desta mesma tribuna, refutarem as minhas palavras, da qual serão escutados com o maior respeito.

Com estas palavras iniciou o camarada Fidel Castro, Presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros da República de Cuba, o discurso inaugural da 68.ª Conferência da União Interparlamentar que decorreu, em Havana, de 15 a 23 de Setembro.

A União Interparlamentar é uma organização de parlamentares de todo o mundo que existe há mais de 90 anos para discutir problemas de índole internacional e muito embora as suas resoluções não possuam carácter vinculativo, não deixam por isso de ser recomendações pelas quais a maioria dos parlamentares se batem, nomeadamente ao nível da opinião pública mundial.

Este ano o plenário da Conferência que decorreu na capital cubana juntou parlamentares de cerca de 100 países, tendo participado como novos países membros o Zimbábue, o Uganda, a República Popular do Congo, a Guiana, o Benin e a Nicarágua. Entretanto, o Peru pediu a sua adesão e a República de Cabo Verde, que este ano teve um observador na Conferência,

o ter expressado claramente no início do seu discurso de abertura, conforme transcrevamos a princípio, os representantes do imperialismo não conseguiram rebater nenhuma das acusações feitas pelo dirigente cubano, nomeadamente a análise social e económica a nível mundial feita por Fidel. Mais uma vez se verifica que o imperialismo, quando está frente aos seus opositores e lhe são dadas todas as oportunidades para rebater as acusações (verdadeiras) de que é alvo, revela a sua falta de argumentação e cala-se num silêncio comprometido e revelador das suas intenções.

Os assuntos tratados

Os pontos da ordem de trabalhos foram aprovados por unanimidade ou por esmagadora



Os camaradas Silva Graça e Joaquim Miranda integraram a delegação dos parlamentares portugueses que participou nos trabalhos da 68.ª Conferência Interparlamentar

nialismo no mundo e da prática de «apartheid» na Namíbia e na África do Sul.

Foram ainda discutidos e aprovados os seguintes pontos extras:

- condenação da agressão israelita às instalações nucleares do Iraque;
- defesa dos direitos do homem em El Salvador;
- situação política no Uruguai;
- e situação política no Chile.

Contributo para resolver a crise energética

O camarada Joaquim Miranda participou activamente nos trabalhos da Comissão Específica do 4.º ponto da Ordem de trabalhos e que dizia respeito à crise de energia no mundo.

Sobre este assunto o deputado comunista teria oportunidade de atribuir a responsabilidade da chamada crise de energia às grandes multinacionais do sector. Contrariando depois o lançamento do odioso da questão pelos círculos do imperialismo para os países produtores de petróleo do terceiro mundo, salientou a situação energética em Portugal, apresentando neste caso as propostas do PCP para a saída da crise, quer no que respeita aos objectivos a atingir, quer quanto às medidas de política geral capazes de os tornarem possíveis.

No que respeita aos objectivos a atingir, referiu: a melhoria da balança de pagamentos, a limitação do endividamento externo, o maior aproveitamento dos recursos naturais, a diversificação das fontes de energia primária, a diversificação das origens externas de aprovisionamento de energia, a garantia de acesso ou segurança de aprovisionamento em matérias-primas energéticas, a optimização do efeito reprodutor sobre a economia nacional, a melhoria de qualidade dos serviços prestados ao nível do consumo, poupança e conservação de energia.

Entre as medidas políticas em geral, salientou Joaquim Miranda, actualização do inventário dos recursos energéticos nacionais e sua prospecção e avaliação; aproveitamento dos recursos hídricos ainda disponíveis; prospecção e avaliação dos recursos nacionais de carvão; aceleração do recurso aos carvões fósseis como fonte primária e alternativa e bem assim o estudo do recurso ao gás natural;

utilização de subprodutos e resíduos orgânicos como combustíveis biológicos; garantia de aprovisionamento externo em matérias-primas na base de acordos de trocas comerciais a longo prazo; promoção de medidas de poupança nos consumos de energia, nomeadamente nos transportes e nos serviços, formação e aproveitamento pleno dos recursos humanos, técnicos e científicos.

Nesta sua intervenção o deputado Joaquim Miranda fez ainda referência ao plano energético nacional que tarda, em Portugal. Por último e após referir que tais medidas e objectivos se integram no espírito do projecto de resolução da Conferência sobre o assunto salientou ainda a necessidade de cooperação com os países do terceiro mundo, particularmente com os novos países africanos que se libertaram do regime colonial português.

Condenada a invasão de Angola

Por seu turno, o deputado Silva Graça, que é membro efectivo da Comissão de Descolonização da UIP, apresentou duas propostas, uma condenando a invasão da República Popular de Angola pelo regime racista da África do Sul e outra condenando a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia. Ambas foram aceites.

Na sua intervenção salientou que a 68.ª Conferência decorre num momento particularmente grave da situação internacional, onde é clara a intenção dos círculos mais reacconários do imperialismo em criar focos de conflitos regionais, ameaçando gravemente a paz mundial.

Neste contexto — acrescentou — aparece como particularmente grave a situação que se vive na África Austral.

Afirmando que o regime racista da África do Sul comporta-se a nível mundial, como um marginal, o camarada Silva Graça interrogou:

Ousaria a África do Sul invadir a República Popular de Angola se não contasse com o apoio que lhe seria dado pela administração Reagan? Uma tal afronta às relações pacíficas entre os povos verificaria-se se Pretória não se sentisse animada pela nova política agressiva dos Estados Unidos, cujos exemplos

mais recentes são a decisão de construir a bomba de neutrões, as provocações contra a Líbia, o apoio impudico a regimes ditatoriais como a junta fascista de El Salvador e outros na América Latina, o apoio a Israel e às suas agressões contra o povo palestino e os países árabes, o regresso ao vocabulário usado e reacconário onde aqueles que lutam pela libertação dos seus povos são chamados de terroristas...?

E mais adiante:

Faço à gravidade da nova situação na África Austral da invasão brutal da República Popular de Angola pelas tropas racistas da África do Sul, o grupo português decidiu apresentar uma adenda ao projecto de resolução que visa condenar sem equívocos esta agressão criminosas, ao mesmo tempo que exige a retirada imediata das tropas sul-africanas que invadiram o território soberano da República Popular de Angola. Estamos certos que esta iniciativa terá o apoio da grande maioria dos parlamentares aqui presentes.

Falando de Timor, dizia igualmente:

Devo chamar a vossa atenção para a necessidade de se apoiar sem equívocos o povo de Timor Leste na sua luta pela autodeterminação e a independência, contra a Indonésia, que ocupa este território ilegal e abusivamente.

O isolamento do imperialismo

Esta Conferência da União Interparlamentar evidenciou o papel crescente dos países do terceiro mundo que inequivocamente optaram por soluções contrárias aos interesses do imperialismo; salientou igualmente a crescente acatização das propostas apresentadas pelos países socialistas e pelos países onde predominam forças progressistas; mostrou claramente o crescente isolamento do imperialismo e em particular da administração Reagan e das suas propostas; tornou mais evidentes as rupturas no seio do mundo capitalista, particularmente quanto à agressividade da política reacconária da administração Reagan.

Esta Conferência destacou ainda a importância que assumiu a nível internacional as modificações políticas recentemente verificadas em França, e no plano nacional confirmou a coerência e a justeza das posições do PCP, no que concerne à política externa.

No que diz respeito à delegação de parlamentares portugueses, algumas das votações verificadas confirmaram a total subserviência da AD relativamente à política externa dos círculos mais agressivos do imperialismo.

Os deputados comunistas no decorrer da Conferência tiveram oportunidade de travar úteis contactos com as delegações da República Popular de Moçambique e da República de Cabo Verde, assim como com as delegações da Síria, Frente Polisária, URSS, RDA e representantes de partidos comunistas europeus, em particular o Partido Comunista Francês.



A luta armada foi uma dura realidade imposta pelo imperialismo ao povo vietnamita; tal nunca impediu a necessária formação cultural dos combatentes

Falar do Vietnam Um povo que luta um país que renasce

Falar do Vietnam é antes de mais abordar a saga de um país quatro vezes milenário, que suportou no fluir da sua longa história uma das mais duras lutas pela sobrevivência como povo e pela independência como Estado a que a Humanidade jamais assistiu. Colonizado duas vezes pelos chineses — durante mil anos na primeira, 30 na segunda — e com doze invasões pelo meio, viveria o mais longo período de paz com o seu poderoso vizinho entre os princípios do século XV e o século XVIII, num total de 350 anos, sendo o mais curto de 30 anos... sem invasões. A partir de 1930 derrotaria e expulsaria sucessivamente os imperialistas japoneses, franceses e norte-americanos e seus lacaios.

Falar do Vietnam é sobretudo falar de um povo temperado na luta pela identidade nacional e a liberdade, vergando nela os mais violentos opressores, derrotando os mais poderosos exércitos, enquanto constrói uma pátria livre, justa e progressista. Uma pátria socialista.

A sua luta pela liberdade tomou particular relevo a partir de 1930 quando, sob a direcção do Partido Comunista do Vietnam, fundado por Ho Chi Minh, e seguindo a via aberta pela Grande Revolução de Outubro, se lançou na revolução nacional democrática popular e progressista, rumo ao socialismo.

Em 1945, após a vitória do exército e do povo soviético sobre o nazi-fascismo, o povo vietnamita conduziu triunfalmente a Revolução de Agosto e a 2 de Setembro de 1945 o presidente Ho Chi Minh leria a Declaração de independência: nascia a República Democrática do Vietnam, o primeiro Estado operário-compartes do Sudeste da Ásia.

Mas os colonialistas franceses, apoiados pelos imperialistas americanos, invadiriam uma vez mais o Vietnam, seguindo-se uma longa luta durante a qual seria realizada a reforma agrária no país. A derrota dos franceses culminaria em Diên Biên Phu, seguindo-se-lhe os acordos de Geneve, em 1954, nos quais se consagraria o reconhecimento da independência, soberania, unidade e integridade territorial do Vietnam.

O imperialismo norte-americano viria na esteira do derrotado colonialismo francês, impondo uma neo-colónia e uma base militar no Sul do país, com o objectivo de perpetuar essa divisão e colocar o Vietnam do Sul, o Laos e o Kampuchea (então designado por Cambodia) na esfera contra-revolucionária dos EUA. Para realizar estes objectivos, o governo norte-americano desencadearia a mais bárbara guerra de agressão do pós-guerra, lançando toda a sua formidável máquina militar sobre o pequeno povo vietnamita. Seria derrotado política e militarmente e obrigado a assinar, em 1973, o Acordo de Paris sobre o Vietnam, a que se seguiu a sua retirada total do território.

Em princípios de 1975 o povo vietnamita alcançaria a vitória completa através da grande ofensiva geral e levantamentos generalizados, conhecida por rando-se obviamente que quem o dominar... dominará o mundo. Estas perigosíssimas «anticipações» surgem a par com revelações inquietantes, nomeadamente que nos EUA um número apreciável de cientistas, engenheiros e operários altamente qualificados trabalhavam na criação de armamentos espaciais: satélites-interceptores, mísseis anti-satélite, lasers de combate.

Com a chegada dos anos 80 e um visível retrocesso que entretanto se verifica na política de coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais diferentes, por obra e graça do imperialismo, o problema do perigo da utilização do espaço para fins militares volta a colocar-se com a maior acuidade. Esta situação levou a URSS a apresentar à 36.ª sessão da Assembleia Geral da ONU um projecto de tratado sobre a proibição de colocar no espaço qualquer tipo de armas.

Cada vez mais os povos de todo o mundo tomam consciência dos perigos para a sobrevivência do próprio planeta que o alargamento da corrida aos armamentos para o espaço acarreta. As forças progressistas e amantes da paz impedirão que isso aconteça.

mas concluídas e outras em vias disso: uma central hidro-eléctrica em Hoa Binh com uma potência de dois milhões de kilowatts), complexos de prospecção e exploração de hidrocarbonetos particularmente prometedores em Vung Tau e Thai Binh, minas de carvão e cimentos cuja produção se cifra em milhões de toneladas por ano, empresas de construções mecânicas, estaleiros navais, fábricas de fição e de papel, etc. Em todas as regiões do país, dezenas de milhares de centros de produção de pequena indústria e artesanato encontram-se em vias de contribuir substancialmente no fornecimento de vários produtos indispensáveis à vida quotidiana.

Além de se ter já restaurado grande parte da antiga rede de estradas e pontes, rasgar-se milhares de quilómetros de novas vias férreas e estradas, foram reequipados e alargados a frota marítima e os portos.

Prossegue nos domínios do ensino, da cultura, das artes, da saúde e da assistência social um trabalho em profundidade: erradicou-se quase por completo o analfabetismo do Sul do país (uma pesada herança imperialista); mais de 16 milhões de pessoas frequentam actualmente as escolas de ensino geral, profissional, técnicas, secundárias e superiores. As ciências e as técnicas, reforçadas por dezenas de milhares de quadros e especialistas, exercem um efeito benéfico cada vez maior na economia e na defesa.

Para todos estes sucessos o povo vietnamita contou e conta com o precioso auxílio material, técnico, científico e humano da União Soviética, cuja solidariedade internacionalista se tem mostrado sempre e sem vacilações o mais poderoso incentivo à luta libertadora dos povos. Também importante a solidariedade activa da restante comunidade socialista e das forças progressistas do mundo inteiro, que muito contribuíram para os extraordinários sucessos políticos do povo vietnamita sobre o imperialismo. A sua luta vitoriosa veio fortalecer também a luta emancipadora dos povos do mundo inteiro.

É evidente que este maritizado do país, que viu lançado o seu solo mais bombas que todas as que foram lançadas durante a II Guerra Mundial (e foram os EUA dos «direitos humanos» que praticaram tal monstruosidade), tem de enfrentar numerosas dificuldades. Um país devastado como este tem problemas a todos os níveis: alimentação, artigos de consumo, matérias-primas e bens essenciais, combustíveis, fontes energéticas, transportes e comunicações. A sua elevação industrial é uma urgência inadiável que mobiliza as atenções e os esforços de todo o povo.

Que vencerá igualmente esta batalha, apesar dos novos sacrifícios impostos pela cliqu expansionista de Pequim.



Fidel Castro ao pronunciar o discurso de abertura da 68.ª Conferência Interparlamentar, que este ano se realizou em Havana

tenciona pedir a sua adesão para o próximo ano.

A delegação portuguesa a esta 68.ª Conferência da União Interparlamentar era constituída por 11 deputados, entre os quais se contavam dois deputados do Grupo Parlamentar Comunista — os camaradas Silva Graça e Joaquim Miranda.

Ainda Fidel

A Conferência reflectiu de forma marcada a gravidade da situação política a nível mundial e as ameaças à paz mundial, situação que foi igualmente reflectida com precisão e clareza durante o discurso de Fidel Castro, discurso que foi aplaudido por mais de dois terços da assistência e que daria o tom ao prosseguimento dos trabalhos. Aliás, apesar de Fidel Castro

maioria. O mesmo sucedendo com os pontos extra aceites para discussão pelo plenário.

Da ordem de trabalhos foram debatidos os seguintes pontos:

- 1.º Participação do Parlamento na cooperação internacional visando alcançar os objectivos do desarmamento e necessidade urgente de acelerar as negociações sobre as questões do desarmamento;
- 2.º Violação das resoluções das Nações Unidas e da União Interparlamentar por Israel decorrentes do seu comportamento nos territórios árabes ocupados e das suas agressões contra o Líbano;
- 3.º Relações povo, parlamento, executivo;
- 4.º Crise de energia no mundo;
- 5.º Medidas urgentes para a liquidação dos vestígios do colo-

O Espaço que o «Sputnik» abriu deve ser fechado à guerra!

O célebre «bip...bip» vindo do espaço pasmou a Humanidade há exactamente 24 anos. Estava-se no dia 4 de Outubro de 1957 quando, nos rádios-receptores de todo o mundo, surgiu audível e regular um sinal propagado em ondas radioeléctricas e vindo do espaço. Emitia-o um posto rádio-emissor colocado a bordo do «Sputnik», nave colocada na órbita do nosso planeta pela URSS e que em breve passaria à História como o primeiro satélite artificial criado pelo engenho humano. Estavam abertas as portas do Cosmos.

Hoje, quase um quarto de século decorrido após o extraordinário acontecimento, os resultados conseguidos na exploração espacial ultrapassam de longe os sonhos mais optimistas desencadeados pelo pequeno «Sputnik». O homem foi à Lua, as naves e os satélites tornaram-se tão comuns como os

aviões ou os postos de rádio, criaram-se estações científicas orbitais, o mundo está ligado via satélite, a economia funciona cada vez mais com o apoio da tecnologia cósmica.

A cooperação espacial tornou-se uma realidade de que, directa ou indirectamente, beneficiariam todos os Estados.

Todavia não pode ser ignorado que todo este potencial tecnológico pode igualmente ser utilizado para fins não pacíficos. A questão não é de hoje — e a União Soviética, logo em 1958 (um ano depois do lançamento do «Sputnik») apresentaria na ONU uma proposta no sentido de proibir a utilização do espaço cósmico para fins militares. A precaução foi útil e culminou na assinatura de um tratado internacional declarando o espaço extraterrestre, incluindo a Lua e os outros corpos celestes, património de toda a Humanidade, comprometendo-se os países signatários a só utilizar o Cosmos para fins científicos, pacíficos e não colocar em órbita engenhos portadores de armas ou outros meios de extermínio.

Hoje já há quem fale ser o espaço a arena principal das guerras do futuro, conside-



A conquista do Espaço cósmico é a grande aventura do século XX, iniciada com o lançamento do «Sputnik» e hoje confirmada por enormes êxitos; é preciso manter a exploração espacial em prol da paz e do progresso, exclusivamente. Na foto: centro de controlo da nave soviética «Soyuz-28», em Baikonur



Vietname, país defendido por um povo em armas que, na mais longa luta emancipadora da época actual, derrotaria sucessivos e poderosos inimigos, conquistando a liberdade e o direito de construir a sua própria vida, no caminho do socialismo

SEMANA Internacional

30 Quarta-feira

Durante a cimeira da «Commonwealth», a decorrer na Austrália, o primeiro-ministro do Zimbábue, Robert Mugabe, pede o apoio de todos os países membros da Comunidade Britânica para que tomem uma posição contra a política sul-africana do «apartheid». ■ Morrem num acidente de avião quatro dirigentes militares iranianos, entre os quais o ministro da Defesa e o chefe de Estado-Maior em exercício. ■ O Partido Trabalhista britânico, actualmente em oposição, aprova no seu congresso anual e por uma maioria de dois terços o apoio ao desarmamento nuclear unilateral da Grã-Bretanha e a não aceitação à instalação de mísseis nucleares norte-americanos «Cruise» no país. ■ A Arábia Saudita rejeita quaisquer condições ao seu pedido para comprar aviões de radar norte-americanos «Awacs», afirmando que «as portas do mundo estão abertas» para satisfazer as necessidades de defesa do reino; esta atitude surge na sequência de pressões norte-americanas para que os referidos aparelhos, caso sejam vendidos à Arábia Saudita, sejam controlados apenas por técnicos dos EUA.

1 Quinta-feira

O presidente soviético Leonidas Brejnev manifesta a sua satisfação pelas próximas conversações entre o seu país e os EUA sobre a limitação de armas nucleares, reafirmando a disponibilidade para a negociação séria por parte do seu país. ■ O ministro dos NE espanhol afirma que o seu país manterá a sua política de não instalar, nem armazenar, armas nucleares no seu território, «nem no presente nem no futuro». ■ O governo francês apresenta o orçamento para 1982 que aponta para uma política de crescimento económico e emprego através do aumento das despesas públicas. ■ O Irão desmente que aviões seus hajam bombardeado, hoje, instalações petrolíferas do Kuwait. ■ O ministro italiano da Defesa, Lello Lagorio, afirma que o seu país não vê de momento nenhum motivo para estacionar no seu território bombas de neutrões fabricados pelos EUA.

2 Sexta-feira

Uma sondagem promovida pelo Instituto Universitário Belga revela que a oposição da população do país à instalação de mísseis nucleares norte-americanos no território aumentou, num ano, de 41,7% para 50,2%. ■ Ali Khamenei, actual presidente do Partido Republicano Islâmico (PRI), é eleito presidente da República do Irão nas eleições que hoje se realizaram, na sequência do assassinato do anterior presidente. ■ Fontes do Fundo Monetário Internacional (FMI) declaram que o governo chinês «admitiu a possibilidade» de contrair um empréstimo superior a seis bilhões de dólares, o maior jamais considerado pelo FMI. ■ Humberto Calderon Berti, ministro venezuelano da Energia e Minas, denuncia perante um grupo de jornalistas dos EUA em visita a Caracas o perigo de uma desestabilização política nas Honduras e no Panamá através das manobras da multinacional petrolífera norte-americana «Texaco».

3 Sábado



Os presos irlandeses do IRA suspendem a greve da fome iniciada em Março passado e que custou a vida a dez patriotas irlandeses encarcerados na prisão britânica de Maze, em Belfast, em comunicado os detidos afirmam que «desistimos da greve de fome devido ao êxito obtido pela hierarquia católica, com o apoio oficial irlandês, na campanha derrotista conduzida junto de quem nos é querido». ■ A ETA Militar reivindica a autoria do atentado terrorista de ontem contra o navio «Marques de La Ensenada», actualmente em serviço de luta antiterrorista e vigilância na costa do Cantábrio. ■ A agência soviética TASS considera que a decisão do presidente Reagan, dos EUA, em produzir com mísseis nucleares de ogivas múltiplas «MX» vem intensificar a corrida aos armamentos e ameaça a paz mundial.

4 Domingo



O dirigente do Partido Trabalhista britânico Michael Foot adverte a administração Reagan para encerrar seriamente as negociações com a URSS sobre a limitação de mísseis nucleares instalados na Europa. ■ Durante uma manifestação realizada em Madrid, a polícia espanhola dispara balas de borracha e gases lacrimogénios para dispersar os milhares de pessoas que protestavam contra a entrada da Espanha na NATO. ■ O Kuwait anuncia a retirada do seu embaixador no Irão e a aprovação de medidas (não especificadas) de defesa, na sequência de um alegado ataque aéreo iraniano a instalações petrolíferas do país, desmentido já pelas autoridades de Teerão. ■ Após uma reunião extraordinária de mais de cinco horas, os ministros das Finanças da CEE decidem a revalorização do marco alemão e do florim holandês e a desvalorização do franco francês e da lira italiana.

5 Segunda-feira

É noticiado na imprensa que as piores cheias do Nepal nos últimos 30 anos causaram a morte de 1 500 pessoas e milhares de desalojados, para além da destruição das sementeiras, na sequência de chuvas torrenciais próprias da monção que se desencadearam na passada terça-feira. ■ Um relatório preparado por um grupo de cientistas suecos versando o tema «Desenvolvimento e Desarmamento» e feito de acordo com as instruções da 10.ª sessão especial da Assembleia Geral da ONU sobre desarmamento, revela que os países mais atrasados do mundo não poderão desenvolver-se se não se registar um desarmamento generalizado. ■ Grupos religiosos, sindicais, ecológicos e outros da RFA preparam para o próximo dia 10 uma manifestação a favor da paz em Bonn com a participação de cem a 150 mil pessoas; o chanceler Helmut Schmidt já manifestou o seu desacordo em relação à manifestação enquanto o presidente do Partido Social-Democrata (SPD), Willy Brandt, se recusou a proibir os militantes de assistirem ao acto.

6 Terça-feira



Morre o presidente egípcio Anwar Sadat, atingido por rajadas disparadas por militares que participavam numa parada comemorativa do 8.º aniversário da guerra contra Israel; os autores do atentado dispararam quando a viatura em que seguia passava frente à tribuna de Sadat. ■ A comissão dos NE da Câmara Baixa do parlamento espanhol inicia o debate sobre o pedido do governo para a adesão à NATO. ■ Edward Heath, antigo chefe dum governo conservador britânico, critica o actual primeiro-ministro, Margaret Thatcher, que chefiava igualmente um governo conservador, considerando que a sua dura política de austeridade económica dá lugar a desnecessários conflitos sociais, sublinhando que «nenhum outro governo britânico nos últimos 50 anos originou tão atemorizante agravamento da situação económica».

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 4 de Outubro de 1959 a nave soviética «Luna III» tira as primeiras fotografias da face oculta da Lua, dois anos exactos após o lançamento do primeiro satélite artificial da Terra, o «Sputnik»

Internacional

A morte de Sadat

A morte do presidente Anwar Al Sadat na passada terça-feira, vítima de um atentado executado por militares que desfilavam perante o dirigente egípcio integrados numa parada, nos arredores do Cairo, comemorativa do 8.º aniversário da guerra contra Israel em 1973, é o trágico corolário de uma política hostil à causa do povo palestino (que tem colhido a solidariedade dos povos árabes) e a submissão aos interesses do imperialismo prosseguida por Sadat e acentuada nos últimos anos. Assumindo a presidência do país em 1970, dois anos depois Sadat iniciara o per-

curso que afastaria o Egipto da linha progressista defendida por Nasser, deteriorando gradualmente as relações do regime egípcio com os restantes Estados árabes, até à ruptura total, após a assinatura de um tratado separado de «paz» com os sionistas, os célebres «acordos de Camp David», sob o patrocínio dos EUA.

A aliança com os algozes do povo palestino, a par com uma crescente repressão interna para abafar as vozes discordantes à sua política, granjearam a Sadat poderosos inimigos tanto

fora como dentro do seu país. A enorme vaga repressiva desencadeada recentemente por Sadat contra a oposição democrática e religiosa ao seu regime ditatorial foi sintoma bem claro do isolamento em que se encontrava.

É neste enquadramento que surge o trágico acontecimento da passada terça-feira, de inevitáveis consequências políticas quer para o Egipto quer para a situação geral que se vive no Médio Oriente, onde é de esperar uma intensificação das manobras e das intrigas do imperialismo.

Racistas intensificam agressão a Angola



Recrudescer a agressão dos racistas sul-africanos à República Popular de Angola, segundo notícias recentes, os dirigentes de Pretória iniciaram o reforço dos seus efectivos que invadiram o Sul da RPA numa evidente demonstração de que, longe de pretenderem retirar do território, tencionam prosseguir e aprofundar a agressão à pátria de Agostinho Neto.

O presidente angolano, camarada José Eduardo dos Santos, denunciaria aliás na passada segunda-feira em Sófia o prosseguimento da agressão, racista ao seu país, como acusaria as tropas sul-africanas de cometerem atrocidades e actos de vandalismo, torturando e matando, mulheres, velhos e crianças, destruindo aldeias inteiras. Por outro lado prosseguem os ataques preferenciais a fábricas, hospitais,

pontes, transportes e escolas, e a disseminação de minas nas terras de cultura.

O presidente angolano denunciaria igualmente a cobertura que continua a ser dada pelos racistas a grupos contra-revolucionários. Esta tentativa de criar uma «zona tampão» no Sul da Angola permitiria aos homens do «apartheid» manobrar mais impunemente na Namíbia com o objectivo de esmagar a SWAPO e impedir a independência deste território.

Prosegue assim a aventura racista apoiada pela administração Reagan, agravando-se mais e mais a situação em África, cuja paz só ficará definitivamente salvaguardada quando o odioso regime de Pretória for vencido e banido do continente.

«Ameaça soviética» Novo relatório para história velha

Mereceu honras de primeira página na imprensa reacção nacional e estrangeira um tal «relatório Weinberger» (nome do actual secretário da Defesa dos EUA) que pretendeu alamar o mundo com a velha «ameaça russa» servida em croquis *made in* Pentágono. A manobra tem barbas, mas nem por isso deixou de ser executada mais uma vez pelos actuais governantes norte-americanos — na aparência apegados ao princípio de Goebbels «uma mentira mil vezes repetida torna-se verdade».

Se fôssemos ingénuos ou os mentecaptos que a administração Reagan parece considerar-nos, perguntaríamos como pôde o imperialismo e sobretudo os EUA viver descaradamente todo este tempo sob tal ameaça. Mostrariam-nos a nossa perplexidade pelo facto de a URSS, segundo as objectivas agências de informação capitalistas, surgir aos nossos olhos ora como um país de escandaloso atraso científico-tecnológico, ora como o supassumo disso mesmo. Questionaríamos ainda uma última aflição: afinal as Forças Armadas Soviéticas e a capacidade militar da URSS estão em queda vertical ou, pelo contrário, possuem uma eficácia ao nível das ficções científico-hollywoodesas?

É que, entendamo-nos, o imperialismo e os seus poderosos megafones dos «media» tanto dizem uma coisa como outra... Apoiando-se, nos casos ambos, em estudos tão sérios e documentados como este «relatório Weinberger».

Porquê então esse «relatório» falhado à partida, onomasticamente desacreditado, ridículo em suma na própria espantação que o engendrou?

A resposta é tão clara que torna ingénuo a «manobra Weinberger»: este relatório surge porque a administração Reagan, pretende forçar as Câmaras de liberativas do seu país e convencer os seus aliados europeus a dar apoio à vertiginosa

corrida aos armamentos em que está empenhada. E surge ainda por uma outra razão: a necessidade de vencer, com «provas», a crescente recusa dos aliados europeus em se transformarem no campo de batalha de uma guerra sonhada em Washington, e que aniquilaria, antes de mais, todo o velho continente.

O não dos aliados

Alarga-se a recusa dos aliados dos EUA em embarcar na loucura armamentista da administração Reagan. Não só pelas «marchas da paz» que cruzam as capitais europeias, as manifestações de protesto que irrompem, variadas e sempre mais vastas, nos países capitalistas da Europa contra a bomba de neutrões, o extraordinário movimento de massas que alastra por todo o mundo capitalista (EUA incluídos) exigindo a paz e a segurança ameaçadas pelos novos «falcoes» da Casa Branca.

Há que registar também as posições assumidas por dirigentes políticos responsáveis desses países, que não podem ficar indiferentes à repulsa dos seus compatriotas para com os planos norte-americanos.

Só nos últimos dias assistiu-se à recusa formal dos trabalhistas britânicos, durante o seu congresso anual, em instalar mísseis «Cruise» no seu território bem como a decisão tomada por uma maioria de dois terços em efectuar o desarmamento

nuclear unilateral da Grã-Bretanha. E o Partido Trabalhista britânico está às portas do n.º 10 de Downing Street.

Aliás Michael Foot, o presidente trabalhista britânico, alertaria perante as câmaras de TV do seu país para a necessidade de os EUA encarem seriamente as negociações com a URSS sobre a limitação dos mísseis nucleares instalados na Europa, sublinhando que «há alguns elementos nos EUA que apenas estão a brincar com as negociações», advertindo finalmente que a administração Reagan não deve enganar-se sobre a atitude da Europa Ocidental, porque se as conversações «ruírem, não obterão apoio da Europa Ocidental».

Também Lello Lagorio, minis-

Começou há 32 anos o Socialismo na RDA

A 7 de Outubro de 1949 fundava-se a República Democrática Alemã, acontecimento político, económico e social de vastas repercussões quer a nível interno quer no plano internacional. Passados 32 anos pode avaliar-se com segurança da grandiosidade dos resultados: um reerguer do socialismo no sentido exacto do termo — de um país que hoje se encontra entre os dez mais industrializados do mundo, que mostrou a evidência a superioridade material e moral do socialismo sobre o capitalismo.

Os primeiros tempos de vida da RDA foram particularmente difíceis pois, embora a situação internacional e a ajuda solidária da URSS abrissem de imediato caminho à construção de uma nova vida, a pesada herança do passado — destruições da guerra, envenenamento da consciência de muitas pessoas pela propaganda nazi — erigiu dificuldades à construção do jovem Estado socialista.

Para a total concretização deste grandioso objectivo — o erguer de um Estado socialista — contribuiu decisivamente a capacidade do proletariado alemão em aproveitar um momento ímpar para forjar a sua unidade. Em 21 e 22 de Abril de 1946, na sequência da unificação do Partido Comunista e do Partido Social-Democrático, foi fundado o partido de unidade da classe operária, um partido marxista-leninista, o Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA).

Assim se arrancou resolutamente para a liquidação de todos os vestígios e bases do fascismo: os crimes de guerra foram castigados de acordo com as determinações dos Aliados em Potsdam, em 1945; foram nacionalizados os monopólios e as grandes empresas de armamento, liquidado o latifúndio e realizada a Reforma Agrária mediante a distribuição de terras aos camponeses, que se organizaram de forma colectiva; o ensino foi aberto a todos os filhos de operários e camponeses; lançaram-se as bases do poder democrático inteiramente virado para a defesa dos interesses dos trabalhadores.



RDA, um país onde a prosperidade, a segurança e o bem-estar mostram a superioridade material e moral do socialismo sobre o capitalismo

A classe operária e o seu partido, através de uma política consequente, souberam unir todas as classes e camadas sociais numa estrutura democrática e antifascista, forjaram uma estreita aliança com o campesinato, atraíram a intelectualidade para a causa comum de reconstrução nacional.

São conhecidos os sucessos económicos e sociais da RDA, que fizeram deste país uma potência económica da actualidade e definem uma organização social onde as necessidades básicas do cidadão — trabalho, assistência médica, ensino, habitação, reformas e apoio à terceira idade — foram há muito respondidas por um sistema

económico e social — o socialismo — que hoje se preocupa já com outras questões, essas apenas relacionadas com o aperfeiçoamento, correcção e aumento de eficácia dum esquema de vida característico de uma sociedade altamente desenvolvida, próspera e justa.

No plano internacional refira-se a consequente actuação internacionalista da RDA que, em colaboração com toda a comunidade socialista, desenvolve uma acção sistemática pela paz e o desarmamento e uma activa solidariedade com todos os povos em luta contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o «apartheid» e a discriminação racial.

armamento nuclear norte-americano — registam-se dissensões no partido governamental, SPD, que alastram pelas bases e reflectem o descontentamento provocado pela atitude pró-armamentista subjacente nas afirmações do chanceler Helmut Schmidt (contrariadas, de resto, pelo presidente do partido, Willy Brandt).

Refira-se ainda uma sondagem promovida pelo Instituto Universitário Belga cujos resultados foram conhecidos no início deste mês e dizem que a rejeição do povo belga à instalação de mísseis nucleares no seu território aumentou, em um ano, de 41,7% para 50,2%. Recorde-se, a este propósito, que foi a pressão da opinião pública e de alguns partidos que levou o governo belga, meses atrás, ao adiamento da «decisão nuclear» para data posterior às conversações leste-oeste sobre redução de mísseis.

Surdos até quando?

Entretanto a administração norte-americana parece continuar surda ao clamor mundial que se ergue contra os seus planos, Ronald Reagan já veio à televisão anunciar a construção de cem mísseis nucleares «MX», propostas para a construção do novo bombardeiro «B-1» e o desenvolvimento do bombardeiro estratégico «Stealth», destinado a iludir radares inimigos. Em contrapartida ordenou, há oito dias, o encerramento de quatro hospitais públicos, por falta de verbas. Esses hospitais, originariamente destinados a prestar serviço a marinheiros, davam assistência a militares, índios, refugiados indochineses e outras pessoas de escassos recursos financeiros...

Enquanto o desemprego nos EUA sobe em flecha (totalizan-

do quase oito milhões em Setembro, segundo dados governamentais), iniciou-se também no início deste mês o novo ano fiscal dos EUA e, com ele, a entrada em vigor do plano de Ronald Reagan, que abre uma nova era de austeridade e sacrifícios sobretudo para os mais pobres. Esse plano económico prevê cortes brutais nos orçamentos para a assistência e os diversos serviços públicos, transferindo esses dinheiros para a Defesa.

Estes cortes têm uma repercussão imediata e dramática sobre a sociedade norte-americana e já se começou a sentir os seus efeitos: na semana passada foram encerradas as portas da agência de serviços para a comunidade que, nos últimos 17 anos, combatu directamente a pobreza acabando-se também a política do «New Deal» de Franklin Roosevelt e a «guerra contra a pobreza» de Johnson. Quanto ao ensino haverá menos professores, mais alunos por aula e os almoços das crianças em colégios e jardins de infância serão mais caros ou menos abundantes. Tudo isto para alimentar a «defesa»...

Por aqui se vê a seriedade com que a nova administração Reagan encara as propostas construtivas da União Soviética para se negociar a redução dos armamentos. Propostas cuja viabilidade é registada pelos próprios aliados europeus dos EUA.

Quando é que esta administração norte-americana se convence que não lida com atrasos mentais nem é, desde há muito, o patrão do mundo?

Coupar-se-ia ao ridículo de «relatórios Weinberger» e começaria, finalmente, a ter algumas hipóteses de poder falar em «direitos humanos» sem fazer corar ninguém, a começar pelos próprios norte-americanos.

Um projecto diferente

Na 36.ª Assembleia Geral da ONU a União Soviética apresentou um projecto de declaração sobre a «prevenção da catástrofe nuclear» que, a ser aprovada, proclamará solenemente em nome dos Estados membros da Organização das Nações Unidas que: «1.º — Os Estados e estadistas que recorrerem primeiro à utilização de armas nucleares cometerão o crime mais grave contra a Humanidade; 2.º — Jamais serão justificados os perdoados os estadistas que decidirem ser os primeiros a utilizar armas nucleares; 3.º — São incompatíveis com as leis morais da Humanidade e com os altos ideais das Nações Unidas quaisquer doutrinas que admitam a iniciativa do emprego de armas nucleares e quaisquer opções que empurrem o Mundo para uma catástrofe; 4.º — O supremo dever e directa obrigação dos dirigentes dos Estados possuidores de armas nucleares é agir de modo a reduzir a zero o perigo de eclosão de um conflito nuclear. É necessário parar e retroceder a corrida às armas nucleares por meio de esforços conjuntos e por meio de conversações honestas e em condições de igualdade; 5.º — A energia nuclear só deverá ser utilizada para fins pacíficos, para bem da Humanidade».

É assim que se defende a paz. Com propostas concretas, intenções transparentes, vontade de negociação. Por que não faz o Pentágono um relatório a este respeito?

Os métodos sul-africanos

No séquito da nova administração norte-americana, chefiada por Ronald Reagan, consta um tal Donald DeKioffer, investido em funções de responsabilidade no sector do comércio externo. Em princípio, nada de especial a assinalar. Só que — pequeno pormenor — o citado Donald não é um funcionário governamental entre muitos outros, mas sim um indivíduo acusado, ao que parece com provas indeneitáveis, de receber chorudas quantias para, nos EUA, e utilizando o seu cargo oficial, fazer propaganda e servir os interesses dos racistas sul-africanos.

Este Donald não é caso único, nem é novidade. Segundo escrevia recentemente o diário «Star», de Johannesburg, as autoridades sul-africanas gastam anualmente mais de um milhão de

rand (cerca de um milhão e trezentos mil dólares) para subornar personalidades influentes na Casa Branca, Congresso e outros círculos próximos do governo dos EUA. Uma quantia semelhante, para os mesmos fins, é também gasta por uma organização denominada South African Foundation and Satour. Em ambos os casos, como é óbvio, os protagonistas nestas actividades — tanto os que dão a «massa» como os que a recebem — jamais utilizam o termo *suborno* ou outro igualmente pouco elegante. Utilizam a expressão «procura de compreensão e aprovação» para a política sul-africana...

Esquerda chilena unifica esforços

Oito organizações políticas da esquerda chilena decidiram unificar as suas forças para derrubar a ditadura

de Pinochet. Entre elas contam-se o Partido Comunista, o Partido Socialista, o Partido Radical e o Partido de Esquerda Revolucionária. Foi no termo de uma reunião realizada no passado dia 18 de Setembro na Cidade do México que a decisão foi tomada pública, através de um documento dirigido ao povo do Chile.

No documento afirma-se que o «movimento popular empregará as formas de luta que julgue em cada momento objectivamente mais adequadas», desde manifestações de desobediência civil até acções directas e de propaganda armada. «No quadro de uma estratégia de ruptura com perspectiva insurreccional».

A data para a reunião não foi escolhida ao acaso e destinou-se a reforçar o seu sentido patriótico: 18 de Setembro é o dia em que o Chile assinala a sua independência nacional.

«Heróis» cubanos incomodam no Peru

São conhecidos os problemas causados nos EUA pelos cubanos ali recebidos como «exilados políticos» e «combatentes da liberdade», mas, ao fim e ao cabo, na sua maior parte, autênticos marginais, cuja saída da ilha da Liberdade acabou por resultar num bem para o povo cubano.

Também no Peru, porém, têm surgido diversos problemas com os cubanos ali «refugiados». Agora, por exem-



pio, é o chefe do Instituto Peruano do Desporto que se queixa da impossibilidade de cumprir o plano de construção de um novo estádio de atletismo, visto o local previsto — o parque recreativo de S. Luis, em Lima — estar ocupado pelos marginais, sem que estes dêem mostras de pretender desocupar as instalações...

EUA e Israel: o pai e o filho

Segundo revelava recentemente o diário soviético «Sélskaya Zhizn», a venda de armas dos Estados Unidos aos seus principais clientes estrangeiros atingirá em 1983 um valor de 22 bilhões de dólares, o que significará um acréscimo, em relação aos números actuais, de cerca de sete bilhões de dólares. Como é sabido, a grande maioria desses clientes é constituída por governos reacçãoários e ditatoriais, que se servem dessas armas para reprimir o povo e

para provocações belicistas.

Como é o caso de Israel. Aliás, precisamente com a colaboração dos EUA e de outros países ocidentais, Israel — informa o «Wall Street Journal» — fabrica actualmente, em ritmo acelerado, uma vasta gama de armamentos modernos, utilizando a cederia por parte desses países das mais avançadas tecnologias militares. Aquela jornal diz mesmo que «a indústria de guerra é o único ramo próspero da extremamente debilitada economia de Israel».



Trabalhadores

A CGTP-IN onze anos depois

Cada vez mais forte a intenção de lutar pela defesa dos direitos dos trabalhadores

Ao completar onze anos de existência a CGTP-Intersindical Nacional continua firme na luta pela defesa e melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do Povo português. Isto mesmo foi realçado durante o comício que na quinta-feira passada se realizou no Campo Pequeno, em Lisboa, e que assinalou o décimo primeiro aniversário da Central única dos trabalhadores portugueses.

Um dos oradores, Armando Teixeira da Silva, membro do Secretariado Nacional da CGTP-IN, destacaria na sua intervenção que vale a pena lutar e que os trabalhadores têm força suficiente para se oporem com êxito ao patronato e ao seu governo. E exemplificou com dados recentes:

Tomando como base os contratos negociados e acordados no primeiro semestre deste ano, o aumento médio alcançado nos salários contratuais situa-se entre os 23 e 24 por cento, e o período médio de vigência dos salários revisados desceu de 16,8 meses (média de 1980) para 14,7 meses (média de 1981).

Mas o dirigente sindical iniciará a sua intervenção com um balanço da política de direita seguida pelos diferentes governos desde 1976, política que tem agravado a situação dos trabalhadores, particularmente durante a seguida pelos governos AD.

E referindo-se concretamente ao desemprego, assunto que hoje é preocupação para milhares e milhares de famílias portuguesas Armando Teixeira da Silva diria:

Nunca o desemprego atingiu números tão grandes e reconhece-se oficialmente que, este ano, se registará o seu agravamento. Apesar do desemprego estar a aumentar, o número de desempregados que recebem subsídios do desemprego é diminuto e tem mesmo decréscimo.

Oficialmente — acrescentou o dirigente sindical — o Governo reconhece que existem, pelo menos, 340 mil trabalhadores desempregados, mas o

número dos que recebem subsídio de desemprego é inferior a 50 mil.

Para onde vão 10 milhões de contos?

Desenvolvendo ainda esta preocupante questão do desemprego é para o qual o Governo AD — qualquer dos três — nunca mostrou o menor interesse em resolver, pelo contrário parece apostar em agravá-lo para

deste modo proporcionar ao grande patronato uma reserva de mão-de-obra barata, o dirigente da CGTP-IN poria o dedo na ferida ao comentar o desvio de milhões de contos descontados para o Fundo de Desemprego e cujo destino se desconhece.

Sobre isto diria Armando Teixeira da Silva depois de referir que apenas cerca de 50 mil desempregados recebem subsídio de desemprego:

Tal situação é tanto mais escandalosa quando se sabe que, este ano, os trabalhadores irão descontar para o Fundo de Desemprego mais de 15 milhões de contos e que as importâncias destinadas ao pagamento dos subsídios de desemprego serão inferiores a 5 milhões de contos.

Para onde irão mais de 10 milhões de contos?

Esta é uma boa pergunta para o Governo Balsemão/Amaral (ou será Amaral/Balsemão?) responder, correspondendo assim ao desejo tão propagado de combater a corrupção. Com a vantagem de começar pela própria casa, sem necessidade de criar bodes espiatórios para uma acção da qual pretende tirar dividendos políticos e eleitorais.

O nível de vida desce

Mas não é só o desemprego que constitui um grave problema para os trabalhadores e o Povo português. Outros — tão graves como aquele — se fa-

zem sentir. É o caso por exemplo da diminuição do nível de vida dos trabalhadores e que Teixeira da Silva referiu:

Começando por sublinhar que nunca desde o 25 de Abril o nível de vida fora tão baixo, acrescentou:

O nível de vida tem descido de uma forma quase contínua, aproximando-se já, perigosamente, da situação existente em 1973.

Se tormarmos como base o período compreendido entre 1974 e 1980 constatamos que o salário médio em Portugal aumentou cerca de 345 por cento, mas que os preços subiram 336 por cento, donde resulta que o salário médio real no fim de 1980 deve ser superior ao de 1973 em apenas 2 por cento.



Recordando que só no período compreendido entre fins de 1975 e fins de 1980 os salários reais dos trabalhadores desceram mais de 15 por cento, o dirigente da CGTP-IN acrescentou:

Em 1981, devido à alta desenfreada do custo de vida a situação tornar-se-ia insustentável, se não fosse a luta firme e generalizada dos trabalhadores que levou o Governo e o patronato a recuar nos seus propósitos de impor o tecto salarial de 16 por cento.

E mais adiante: Se os trabalhadores acelerassem passivamente o tecto salarial que o patronato e o seu governo pretendiam impor este ano, verificar-se-ia uma baixa significativa do seu nível de vida.

Os insultos aos trabalhadores

Diz a sabedoria popular que quando uma pessoa utiliza o insulto é porque não tem argumentos. Assim procedeu o Governo, ao apresentar o seu Programa. Comprometido com o patronato explorador e sem argumentos para contrapor às objecções dos trabalhadores e das suas organizações de classe, que todos os dias apresentam provas concretas da sabotagem e da exploração capitalista, o Governo escolheu o insulto. E vai de chamar parasitas aos trabalhadores, como se os legumes surgissem nas hortas pelo esforço dos latifundiários, os barcos se fizessem ao mar por «obra e graça» de Jorge de Melo e os prédios crescessem e ficassem prontos a habitar apenas por intermédio das palavras — pois, pois — de J. Pimenta.

Final, quem é parasita? — interrogou Armando Teixeira da Silva, que prosseguiu:

Os que diariamente ganham o seu sustento, com sa-

lários insuficientes, ou os governantes da AD que há cinco meses nada fazem para resolver os problemas do país?

Já estamos habituados a que, quando se agita o espantinho do absentismo, o que se pretendia era retirar direitos aos trabalhadores, limitar as suas liberdades.

Mas poderão existir razões objectivas para estimular o absentismo num país em que a procura de emprego é muitíssimo superior à oferta de postos de trabalho?

Haverá estímulos ao absentismo, estímulo às chamadas baixas da Caixa, quando os trabalhadores recebem menos 60 por cento dos seus salários num país onde é difícil sobreviver com o salário normal?

Este Governo e as forças que o apolam não tem credibilidade nem moral para acusar os trabalhadores. É um Governo onde imperam as ilegalidades, o compadrio e a corrupção de tal forma que é o próprio Primeiro-Ministro quem, reconhecendo tais situações, se vê na contingência de ter de pedir moderação aos seus próprios ministros.

A alteração da legislação laboral

Mas o governo não se contenta apenas em chamar parasitas aos trabalhadores. Pretende aumentar o exército de desempregados e que as bichas em procura de emprego se espalhem por todas as fábricas e escritórios. Deste modo o grande patronato esfregará as mãos de conteúdo e dirá para com a sua bolsa: a AD sempre cumpriu o que prometera. E com um brilho guloso no olhar o patrão explorador não se importará nada de receber 50, 100 ou mesmo 200 candidatos a um único posto de trabalho para depois escolher aquele que, numa situação mais difícil, vender a sua força de trabalho pelo menor salário.

Para melhor concretizar este panorama, o Governo AD precisa de rever a actual legislação laboral. E dessa intenção falou o dirigente da CGTP-IN:

Ouvimos, da boca do ministro do Trabalho, a intenção de rever a lei dos despedimentos, no sentido de que os trabalhadores seriam despedidos sem justa causa sempre que as entidades patronais dessem uma pretensa justificação da necessidade de extinguir postos de trabalho ou, ainda, a pretexto de uma chamada inadequação do trabalhador para o desemprego da sua função.

Que não hajam dúvidas nehumas, camaradas. Se permitíssemos que tal lei viesse a ser aplicada era a porta pela qual milhares e milhares de trabalhadores seriam lançados no desemprego.

Bem pode o Governo vir com a desculpa de que o trabalhador que assim fosse despedido seria substituído por outro.

Mas como? Quem é que obrigaria a que isso assim acontecesse?

E Armando Teixeira da Silva citou alguns exemplos flagrantes e bem recentes:

É ou não verdade que apesar dos próprios Tribunais terem mandado reintegrar os trabalhadores despedidos estes ficaram na rua, como é o caso, entre outros, da Têxtil Manuel Gonçalves, da Standard, da Facar, Santix, da Mondorel, etc...

E nós sabemos porquê, camaradas.

É porque tanto o governo, como o patronato sabem que coram com a ineficácia, paralela e corrupção da Inspeção do Trabalho e dos Tribu-

nais de Trabalho para que as leis e as sentenças não sejam cumpridas quando não favoreçam aos trabalhadores.

No entanto, desde logo o dirigente sindical avisou:

Daqui afirmamos solenemente que, na garantia do sagrado direito ao trabalho, a CGTP-IN mobilizará os trabalhadores e desencadeará as formas de luta necessárias para que esta lei não passe.

Combater os divisionistas

Depois de abordar as afirmações do governo quanto aos contratos a prazo, referindo que nada de significativo haverá na alteração da lei dos contratos a prazo no sentido de beneficiar os trabalhadores, o dirigente da CGTP-IN desatou publicamente o ministro do Trabalho para um debate na televisão sobre a questão da alteração das leis de trabalho, visto o Governo andar a afirmar o contrário das críticas feitas pelos representantes dos trabalhadores.

Alertando para os perigos que poderiam advir desta pretendida revisão da legislação laboral, Armando Teixeira da Silva evocou o papel dos divisionistas nesta tarefa governamental:

Devemos também desmascarar e combater os divisionistas que, cumprindo o papel para que foram criados, já andam a dar cobertura às manobras do Governo, dizendo que afinal a alteração das leis de trabalho não são tão más como supunham.

O papel dos divisionistas já é conhecido pelos trabalhadores.

Que o digam entre outros os trabalhadores da EDP, da Indústria e Comércio Farmacêutico e, ultimamente, os trabalhadores têxteis, onde os divisionistas aceleraram um contrato, do qual foram retirados pelo patronato mais de cem direitos e regalias que os trabalhadores haviam conquistado duramente, chegando ao escândalo de acordarem um aumento do horário de trabalho de 42 horas e meia para 45 horas semanais.

Por último e antes de abordar a questão da revisão constitucional que a AD pretende e que não é para servir os interesses dos trabalhadores, o dirigente sindical referiu-se à lei da greve, afirmando:

Registámos que o ministro do Trabalho tenha desmentido o Primeiro-Ministro ao dizer que não vai haver revisão à lei da greve.

Ai está uma atitude realista. É que nós não só nos opomos decididamente a qualquer tentativa para limitar o direito à greve como voltamos a reafirmar que recorreremos às greves sempre que os superiores interesses dos trabalhadores o aconselhem ou o exijam.

Fizemos greves durante o fascismo, enfrentando a PIDE e a repressão.

Não é agora, no Portugal Democrático, que deixaremos de fazê-la.

O outro orador no comício de aniversário da CGTP-IN, realizado em Lisboa, foi Florval Langa, que falou em nome da União dos Sindicatos de Lisboa.

Na sua breve intervenção evocaria a criação da Intersindical Nacional, em 1 de Outubro de 1970, data histórica do movimento sindical português, marco decisivo da luta dos trabalhadores na sua caminhada para a total emancipação.

E salientou que naquela data tomou corpo aquilo que para muitos combatentes da liberdade foi um sonho pelo qual deram a melhor das suas vidas, quando não a própria vida.



Concretiza-se o âmbito nacional

● Comemorações no Porto, Braga, Aveiro, Setúbal

● Nas empresas

● Saudações

As comemorações do 11.º aniversário da CGTP-IN têm âmbito nacional. O seu programa vai desde as sessões distritais, como os comícios de Lisboa e do Porto até às reuniões e plenários de empresa, passando pelas realizações promovidas e a promover pelas Unidades locais a nível concelhio, como em Sines, e prolongam-se por todo o mês corrente. Braga, Aveiro e Setúbal são alguns dos distritos onde as comemorações começaram mais cedo.

No Porto, as comemorações foram iniciadas com um comício-festa no pavilhão do Académico. Organizado pela União distrital (USP), o comício foi antecedido de plenários em várias empresas e reuniões comemorativas. Na Algot, onde as trabalhadoras prosseguem a luta pela viabilização da empresa, defendendo os postos de trabalho, a sessão foi particularmente significativa. Nos plenários participou Carvalho da Silva, da comissão executiva do secretariado nacional (direcção da CGTP-IN).

Desemprego, nível de vida, salários, legislação laboral, ilegalidades, compadrio e corrupção no Governo, "namoro" da AD à direcção do PS, revisão da Lei Fundamental do País, e lutas dos trabalhadores com rele-

vo para os têxteis, foram temas destacados do comício-festa do Porto. Intervieram Manuel Lopes, da direcção da Central, e Vitor Ranita da União dos Sindicatos (USP) entidade promotora do comício, que mobilizou milhares de trabalhadores na noite da última sexta-feira. Falou, ainda no Académico, principalmente do desenrolar e das perspectivas da luta dos têxteis, Manuel Freitas que, em nome da Federação dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal, condenou as actividades divisionistas do Sindicato UGT, um paralelo que assinou com os patrões um pretenso contrato, sem ter representatividade para tal, e que agora tenta prejudicar a luta dos trabalhadores têxteis pelo CCTV.

O aumento do desemprego, a

baixa do poder de compra e do nível de vida das massas trabalhadoras, que tende a agravar-se perigosamente, a nova legislação AD para o trabalho a prazo e os despedimentos levaram os oradores, e designadamente Manuel Lopes, a reafirmarem a convicção inabalável e generalizada, segundo a qual a luta dos trabalhadores não esmorecerá; antes «vai continuar até que o Governo AD-Balsemão vá definitivamente para a rua».

Como em Lisboa também no Porto o comício incluiu um espectáculo. A festa não faltou. Actuaram Carlos do Carmo e o Grupo 1.º de Maio.

Anteriormente, na Lisnave, antes do plenário com o qual terminou a sessão solene que incluiu uma visita do dirigente da CGTP-IN, Armando Teixeira da Silva, actuara para os trabalhadores da Margueira o Cór de Amadores de Música, dirigido pelo maestro e compositor Fernando Lopes Graça.

Dezenas de saudações aprovadas em plenários eram entretanto recebidas da parte das organizações de trabalhadores nas maiores empresas do País. É por exemplo o caso da Mague, da Petrogal e de numerosas empresas visitadas pelos dirigentes da CGTP-IN; dos Sindicatos, Federações e Unões; e da generalidade do movimento operário e popular, que continua a reunir-se para tratar de assun-

tos específicos, mas não esquece o 11.º aniversário da sua organização sindical.

Em Sines houve acções de mobilização e esclarecimento. Vários locais de trabalho foram visitados por dirigentes da Central unitária, do secretariado da União dos Sindicatos de Setúbal, da União dos Sindicatos de Sines/Santiago do Cacém e outros dirigentes, que reuniram com os delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores.

Ainda em Sines, houve plenários com a participação daqueles sindicalistas na Equimet, Procontrol e Câmara Municipal, onde o presidente do município recebeu os visitantes.

Manifestações de confiança no futuro da CGTP-IN e de satisfação pelo seu 11.º aniversário acompanharam os dirigentes sindicais que, segundo um comunicado da USS, «constatarem um descontentamento generalizado dos trabalhadores perante a política do Governo AD/Balsemão/Freitas do Amaral e a firme disposição de lhe dar combate até à sua derrota definitiva».

Em Braga, um plenário distrital de dirigentes e delegados sindicais juntamente com membros das comissões de trabalhadores constituiu a principal realização do aniversário.

A semelhança dos outros distritos, o plenário manifestou o seu apoio total às iniciativas pro-

gramadas pela CGTP-IN, opondo-se designadamente à imposição de qualquer tecto salarial.

Em Aveiro, além do plenário distrital, houve dois torneios de xadrez e, em Agueda, um convívio.

Nos plenários e nas outras realizações mais importantes, integradas no programa geral das comemorações, estiveram sempre presentes elementos da direcção da Central unitária.

No encontro de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores do distrito de Setúbal, além de outros documentos relativos à situação político-sindical e ao aniversário da Inter foi aprovada uma extensa moção de veemente condenação e repúdio pela invasão da República Popular de Angola pelos racistas de Pretória. O documento incluiu um apelo aos trabalhadores de Setúbal para que participem «activamente nas campanhas de solidariedade aos trabalhadores e ao povo da RPA que o movimento sindical vai desencadear». Foi ainda aprovada uma outra moção em favor da paz e contra a instalação de armas nucleares em Portugal.

Encontro de mulheres no Porto

Segundo informação que nos chegou mais tarde, reuniram-se entretanto no Porto mais de 50 delegadas eleitas nas empre-

